

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)**

Gláucia Tais Purin

**Rádio Comunitária e Potência de Ação Coletiva: uma análise da perspectiva do  
radialista da Rádio Comunitária Heliópolis FM**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2015

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)**

Gláucia Tais Purin

**Rádio Comunitária e Potência de Ação Coletiva: uma análise da perspectiva do radialista da Rádio Comunitária Heliópolis FM**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência Parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Social, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Bader Burihan Sawaia  
(orientadora)**

---

**Odair Furtado**

---

**Lorena de Fátima Prim**

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia, minha orientadora, pelo bom encontro, pela atenção, incentivo e generosidade em compartilhar conhecimentos durante o andamento do mestrado.

À minha mãe, Marisete Ivone Busarello Purin e meu pai, Gilmar Purin (*in memoriam*), pelo apoio incondicional aos meus desejos e escolhas, mas principalmente pelo encorajamento.

Aos meus irmãos Gilmar Purin Jr. E Georgia C. Purin pelo incentivo e confiança de sempre.

À Profa. Dra. Lorena de Fátima Prim pela atenção, incentivo e apoio durante todo o percurso de formação, mas principalmente por acreditar no meu potencial enquanto pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Odair Furtado, pela disponibilidade e pelas contribuições na banca de qualificação.

À Cinara Brito, Lívia Gomes dos Santos, Denis F. Gonçalvez, Elisângela Sá, Diana Jaqueira, Leandro Rosa, e Ezio Alves, principalmente pela amizade, pela atenção nas infinitas conversas sobre a pesquisa, e por proporcionar minha estadia em São Paulo mais calorosa.

À André F. C. Santos pelo incentivo e companhia constante.

À Profa. Dra. Cristina Vicentin pela oportunidade em realizar um estágio docente.

Aos professores (as) do P.E.P.G. pela dedicação no ensino: Maria C. Guedes, Mary J. P. Spink, Salvador A. M. Sandoval, Míriam D. Rosa, Antonio C. Ciampa, e Raul A. P. Filho.

À Marlene pelo apoio de sempre quanto a burocracia durante o mestrado.

À Daiane Piassini, Cláudia Morikio, Lídia Cabral, Luana Nogueira, Karli K., Analu V., Verônica Roque, Raquel Roque, e Laísa L., pela amizade e por proporcionar momentos em família em São Paulo.

À Eline Emanoeli, Bruno Moura, Juliana Fernandes e Karina Caputti pelas infinitas conversas e debates sobre a organização política dos estudantes, e pela amizade construída.

Aos meus colegas do NEXIN e a todos os amigos que fiz durante o percurso do Mestrado.

Ao CNPq, pelo financiamento que possibilitou a dedicação exclusiva para esta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar a potência da Rádio Comunitária Heliópolis FM (RCH) para se constituir em espaço de ação coletiva, na perspectiva de seus radialistas. Para tanto, resgata da história da emissora, princípios, forma de planejamento e atuação contextualizando com a história das rádios comunitárias no mundo e analisa os sentidos dos radialistas e diretores sobre seu papel na comunidade e na estrutura da União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) mediante seus diversos projetos sociais na locais.

O referencial teórico adotado é da Psicologia Social Sócio-Histórica especialmente a teoria de Lev. Vigotski sobre linguagem e sentido/significado, nas reflexões sobre transformação social de Silvia T. Lane, da dialética exclusão/inclusão de B. Sawaia, e na teoria da afetividade de B. Espinosa.

A metodologia enquadra-se na perspectiva da pesquisa qualitativa de estilo etnológico, usando o procedimento de observação do funcionamento da rádio registrado em diário de campo, entrevistas individuais semi-estruturadas com os radialistas e a diretoria da emissora, além de conversas informais também registradas em diário de campo. Conjuntamente, foram analisados documentos da programação da emissora e de documentos sobre a Rádio Comunitária Heliópolis e da UNAS. Dessa forma, a análise dos dados segue a orientação de Vigotski da busca do subtexto do discurso obtido no campo.

Compreendemos que a RCH é produto e produtora de subjetividades, mediante a produção de significados, e sentidos, e também é um instrumento de mediação das relações, na medida em que influencia na vida social, coletiva, e cultural. A história da RCH e a análise dos sentidos nas entrevistas, indicaram seu potencial por ser idealizada por lideranças da própria comunidade, administrada pelos moradores locais, sendo pioneira na conquista pela outorga, pela alternativa a mídia hegemônica, e também pela resistência no enfrentamento ao preconceito que a própria mídia produz sobre a comunidade de Heliópolis, transmitindo informações locais sobre a realidade. Mostrou também que a RCH desenvolve funções de utilidade pública, transmitindo informações da própria comunidade, incentivando bandas ou artistas desconhecidos; e também com uma função educativa, de formação dos locutores, e na transmissão de programas e vinhetas de informação educativa, cultural e jornalística, tornando-se uma estratégia de enfrentamento à alienação.

Apesar de atualmente se observar o esvaziamento da esfera pública baseada na hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e silêncio, consideramos este um norte que as RCs não se podem perder de vista. Neste sentido, refletimos que para superar a dicotomia entre esfera pública e privada é preciso atrelar a noção de comunidade a sua politização em busca de territórios capazes de motivar trocas de opiniões, vontades, e ideias, proporcionando “bons encontros” com o outro, e investindo assim na potência de ação coletiva, e no poder comum capaz de impedir os excessos desproporcionais entre si, como os que geram a miséria e a escravidão.

Acreditamos que a RCH pode explorar ainda mais seu potencial educativo, cultural, participativo e político, a partir de sua afetação e potência de ação coletiva em conjunto com movimentos sociais, reforçando seu papel de denúncia, sua luta por direitos, por políticas públicas, pela democratização da comunicação, assim como pela democracia participativa.

**Palavras chave:** Psicologia social sócio-histórica; rádio comunitária; participação social; sentido/significado, dialética exclusão/inclusão.

## ABSTRACT

This research aimed to investigate the power of the FM Community Radio Heliopolis (RCH) to constitute a collective action space, in view of their broadcasters. For this, rescues the history of the issuer, principles, way of planning and contextualizing performance with the history of community radio stations in the world and analyzes the meanings of broadcasters and directors about their role in the community and in the cores of Union structure, Residents Associations Heliopolis Area (UNAS) through its various social projects in places.

The theoretical framework adopted is the Socio-Historical Social Psychology especially the theory of Lev. Vygotsky about language and meaning / significance, the reflections about social transformation Silvia T. Lane, the dialectic exclusion / inclusion of B. Sawaia, and in theory affectivity B. Espinosa.

The methodology is based on the perspective of qualitative research of ethnological style, using the observation procedure of the radio operation recorded in a field diary, individual semi-structured interviews with the broadcasters and the directors of the issuer, as well as informal conversations also recorded in diary. Together, documents were analyzed from the station and programming documents on Community Radio Heliopolis and UNAS. Thus, data analysis follows the Vygotsky's orientation speech subtext of the search obtained in the field.

We understand that the RCH is a product and producer of subjectivity, by producing meanings, and senses, and is also an instrument for mediation in relations to the extent that influences the social, collective, and cultural. The history of RCH and the analysis of the way the interviews indicated its potential to be devised by leaders of the community, run by locals, pioneering in winning the award for the alternative to mainstream media, and also for strength in coping with prejudice that the media itself produces about Heliopolis community, transmitting local information about reality. It also showed that the RCH develops utility functions, transmitting information from the community, encouraging bands or unknown artists; and also with an educational function, training of broadcasters, and transmission of programs and vignettes of educational information, cultural and journalistic, making it a coping strategy to the sale.

Although currently be seen emptying the public sphere based on overestimation of intimacy, privacy, the withdrawal and silence, we consider this a North that CRs must not be lost sight of. In this sense, we reflect that to overcome the dichotomy between public and private spheres is necessary to tow the notion of community to its politicization in search of territories able to motivate exchanges of views, wishes and ideas, providing "good meetings" with each other, and thus investing in the power of collective action, and common power capable of preventing disproportionate excesses among themselves, as those that generate poverty and slavery.

We believe that the RCH can further explore their educational potential, cultural, participatory and politician, from his affectation and power of collective action together with social movements, reinforcing its reporting role, their struggle for rights, for public policy, by democratizing communication, as well as the participatory democracy.

**Palavras chave:** Socio-historical social psychology; community radio; social participation; meaning / significance, dialectic exclusion / inclusion.

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AMA: Assistência Médica Ambulatória

AMARC ALC: América Latina e Caribe

AMARC Brasil: Associação Mundial e Rádios Comunitárias no Brasil

AMARC: Associação Mundial de Rádios Comunitárias

AME: Ambulatório Médico de Especialidades

ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações

APCA: Associação Paulista dos Críticos de Arte de São Paulo

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS AD: Centros de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas

CCA: Centros para Criança e Adolescente

CEI: Centros de Educação Infantil

CEU: Centro Educacional Unificado

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CMDCA: Conselho Municipal da Criança e Adolescente

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS: Conselho Nacional de Saúde

CONFECOM: Conferência Nacional de Comunicação

CRT: Centro de Referência e Tratamento à AIDS

DJ: disc jockey

EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENLOUCRESCER: Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau/SC

ETEC: Escola Técnica Estadual

FMLN: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FURB: Universidade Regional de Blumenau

ITCP/FURB: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau

IUDOP: Instituto Universitário de Opinião Pública

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais e Transgêneros

MC: Mestre de cerimônias

MNDC: Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação

MOVA: Núcleos do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MSE/MA: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

NEXIN: Núcleo de Estudos da Dialética Inclusão/Exclusão

NPJ: Núcleo de Proteção Jurídico-Social e de Apoio Psicológico

Oboré: Projetos Especiais em Comunicações e Artes

OMS: Organização Mundial de Saúde

OPAS: Organização Pan Americana da Saúde

PAM: Posto de Assistência Médica

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAP: rhythm and poetry

RC: Rádio Comunitária

RCH FM: Rádio Comunitária Heliópolis FM

RCs: Rádios Comunitárias

RECIBLU: Associação dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau

SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI: Serviço Social da Indústria

SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SME: Secretaria Municipal de Educação

SME: Secretaria Municipal de Educação

STS: Supervisão Técnica de Saúde do Ipiranga

TCLE: Termos de Consentimentos Livre e Esclarecidos

UBS: Unidades Básicas de Saúde

UNAS: União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 LEVANTAMENTO DA LITERATURA.....	16
1.1 Rádios comunitárias em São Paulo .....	17
1.2 Rádios comunitárias, espaço público e esfera pública .....	22
1.3 Movimento histórico das rádios comunitárias.....	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
3 RÁDIO COMUNITÁRIA HELIÓPOLIS FM, HELIÓPOLIS E UNAS.....	56
3.1 Comunidade de Heliópolis e criação da UNAS .....	58
3.2 Rádio Comunitária Heliópolis FM .....	66
3.3 Perfil dos Radialistas .....	69
3.4 Rádio Comunitária.....	73
3.5 Ouvintes/Comunidade .....	101
3.6 Potência de coletividade .....	109
3.7 Educação.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS.....	126

## INTRODUÇÃO

O tema da rádio comunitária, sem fins lucrativos e criadas em comunidades pobres começou a me interessar durante a atuação em um Programa de Extensão Universitária “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB)”, como parte das atividades como estagiária do Curso de Psicologia da FURB (2011 e 2012) e como técnica em Incubação em Psicologia (2013). O trabalho foi realizado principalmente na assessoria a um grupo de triagem de materiais recicláveis na cidade de Blumenau-SP denominado: Associação dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau (RECIBLU)<sup>1</sup>. Naquele momento o grupo realizava atividades de triagem dos materiais recicláveis coletivamente e os revendiam para a indústria.

Meu primeiro contato com uma rádio comunitária foi em 2013, inicialmente instigada pela participação do grupo Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau/SC (ENLOUCRESCER), na Rádio Comunitária Fortaleza, acompanhou o programa: Mentas e Vertentes que é planejado e realizado pelos próprios integrantes da associação. Além disso acompanhou outro programa organizado por um grupo de jovens da cidade e assessorado por enfermeiros da rede pública da Prefeitura de Blumenau e entrevistou o radialista e diretor da emissora questionando-o sobre a história e funcionamento da rádio, sua sustentabilidade financeira, a participação da comunidade, entre outras perguntas e curiosidades. Naquele momento foi perceptível que o desenvolvimento de um programa na rádio gerava nos grupos um potencial organizativo, no qual, para o grupo atingir um objetivo precisava comunicar-se entre si, ter interesses em comum e estarem atentos aos acontecimentos da cidade para inserirem pautas e assuntos na programação. Com isso, observou-se um desenvolvimento da compreensão coletiva e política nos participantes dos programas, já que os temas discutidos eram decididos em grupo, e exploravam a fundo as temáticas debatidas nos programas, sendo entrevistados diversos profissionais da cidade e da região sobre saúde, política, arte, lazer, entre outros.

---

<sup>1</sup> Este grupo constituía-se por 50 associados, homens e mulheres, com idade entre 20 a 60 anos, com pouca escolarização, residindo em locais afastados e muitas vezes em áreas de ocupação (de risco), obtendo uma renda média mensal de R\$700,00. Verificou-se que a condição desses trabalhadores fora resultante da desigualdade social e da falta de oportunidades no acesso aos bens materiais e simbólicos da cultura, como por exemplo, a falta de acesso à escolarização, à profissionalização, aos cuidados com a saúde, entre outros. (MARTINS; PURIN, 2013). Condição esta que não ocorreu apenas na realidade dos catadores de Blumenau e região, mas que se trata de um fenômeno que, de maneira geral, ocorre com os catadores no Brasil e na América Latina. (PRIM e PURIN, 2013).

Dessa forma, a presente dissertação inicialmente, pretendeu investigar se a criação de um programa na Rádio Comunitária Fortaleza organizado pelos triadores de materiais recicláveis de Blumenau afetaria a configuração desses como um coletivo de sujeitos de direito e de potência de ação coletiva. Porém, alguns acontecimentos foram mudando o curso da pesquisa. A partir da obtenção de uma bolsa de estudos integral pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no início do curso no Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social, a pesquisadora decidiu mudar-se definitivamente para São Paulo, a fim de poder dedicar-se exclusivamente aos estudos e a pesquisa. Assim, o foco se ampliou.

O processo de exploração do universo das rádios comunitárias em São Paulo foi instigante, pois representou a constatação de 592 rádios comunitárias existentes em São Paulo, a verificação de mais de 300 materiais bibliográficos (teses e dissertações) sobre o tema, com enfoques teóricos e metodológicos bastante diversos, mas nenhum na área da Psicologia. Também abriu a possibilidade de conhecer a diversidade desse tema e as complexas questões políticas que o envolvem. Comecei a conhecer experiências de rádio comunitária, e participar de eventos sobre o tema, como a Audiência pública: “Rádios Comunitárias, Desafios e Perspectivas”, promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no dia 28/08/2014 em São Paulo. Também tive a oportunidade de conhecer uma rádio livre no Chile denominada de Rádio Placeres, uma emissora não legalizada, muito conhecida por ter resistido a ditadura no Chile e pelas suas posições de esquerda.

Essa visita introduziu a pesquisa nas discussões políticas sobre rádio comunitária. A rádio Placeres iniciou suas transmissões em 1989, por um coletivo chamado “Centro Cultural Arauco”, ao longo do tempo foi perseguida pelo governo de Patricio Aylwin, que a fechou diversas vezes. Apesar de ter interrompido suas transmissões por algum tempo, sempre resistiu a partir de sua organização com militantes. Sua programação é composta da realização de programas coordenados por voluntários da região em que se localiza, da participação e promoção de reuniões com vizinhos, de formações educacionais e políticas em associações/centros/ONGs, da realização de atividades culturais e festivas para levantamento de fundos visando subsidiar as despesas da emissora, entre outras ações coletivas.

O objetivo da rádio é estar a serviço dos que lutam: os trabalhadores, estudantes, os povos originários, etc.; estão contra o monopólio comunicacional, de modo que as rádios comunitárias alternativas e populares procuram romper com o

monopólio de repetição da informação, convidando para participar diversos profissionais, pensadores, para apresentar uma cidade que os jornais, diários não apresentam; e por último, a partir da música e do povo promover a cultura, a integração com festas, as quais faz questão de reforçar que não são financiadas pelo governo, mas sim auto-gestionadas por voluntários. A emissora organiza-se mediante assembleias, não contando com diretor ou presidente, mas sim funcionando horizontalmente a partir de comissões temáticas, na qual contam com 25 voluntários ao todo. A comunidade participa desta rádio através do facebook, e-mail, twitter, entrevistas realizadas nas comunidades, editadas e transmitidas nos programas a partir das demandas solicitadas pelos moradores. E desde 2011, quando houve o movimento estudantil os radialistas descobriram que é possível transmitir o sinal para a emissora estando em outro espaço, dessa forma sempre que há alguma manifestação nas ruas, uma dupla de radialistas voluntários desloca-se até a manifestação utilizando o sinal de internet de uma loja próximo ao local e assim transmitem ao vivo a opinião dos moradores manifestantes entrevistados pela rádio.

Todos os entrevistados consideram que os projetos de transformação da sociedade necessitam controlar o território, possuir meios de comunicação e de espaços de formação que não sejam institucionalizados, cuidar da saúde, entre outros elementos, na qual percebe que os meios de comunicação também são importantes para resgatar o coletivo e alcançar comunidades mais politizadas sobre os assuntos que rondam a própria comunidade. Mas alertam que há dois modelos de intervenção: um denominado de “interações sociais”, na qual parte-se do sistema já pronto (modelo), mas sem questioná-lo, no qual o trabalho comunitário que se propõe é de integrar as pessoas, mas com pouca participação. E a segunda, denominada de “transformação social”, a qual implica uma crítica e mais participação da população.

Também avaliam que a grande maioria dos jornalistas chilenos acredita que a Rádio Comunitária, ao transmitir informações que a grande mídia não transmite, equivale a uma ação de resistência, ou um movimento contra as pessoas que administram grande parte dos meios de comunicação e a favor da população chilena. Porém, consideram que a forma como o jornalismo está sendo conduzido torna-se superficial e alienante, tanto da parte dos meios tradicionais, quanto daqueles que se intitulam “esquerdistas”.

Essa experiência reforçou a opção pela rádio comunitária sem fins lucrativos e localizadas em comunidades pobres, portanto, quando tive a oportunidade de integrar o

Núcleo de Estudos da Dialética Inclusão/Exclusão (NEXIN) da PUC-SP . O referido grupo de estudos e pesquisa é voltado a aperfeiçoar a ação psicossocial transformadora, a qual entende que a psicologia social deve oferecer subsídios ao fortalecimento de espaços públicos de debates e fortalecimento do sentimento do comum e ação coletiva, fazendo pesquisa em busca de espaços e ferramentas que favoreçam tal práxis. Adota como referencial de suas análises a teoria Sócio-Histórica, que compreende a configuração da subjetividade, enquanto modos de sentir, pensar e atuar no mundo mediante as relações sociais, as quais também são mediadas por instituições sociais de todo tipo que divulgam e sustentam ideias dominantes. Nessa perspectiva, a mídia torna-se um dos principais mediadores dessa produção de subjetividade, influenciando a vida social, coletiva, cultural, portanto um instrumento poderoso de manutenção de relações de poder e alienação, mas também de resistência.

A questão da democratização da comunicação tem sido discutida há muito tempo pela Psicologia, mobilizando-a a participar do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que defende a necessidade de controle social das mídias de massas, que a comunicação deve ser pensada no campo dos direitos humanos e que a sociedade deve ter o direito tanto de recebê-la quanto de produzi-la, ou seja, de expressar livremente suas opiniões. Concorda-se que a mídia é também mediadora de relações humanas, e que quando a mesma se encontra nas mãos de poucos grupos familiares acabam controlando a divulgação da informação, limitando as visões sobre os fatos, se transformando em uma comunicação hegemônica, e voltada para interesses capitalistas, ou seja, torna-se um dos principais sistemas coletivos de produção de subjetividades. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, 2009); (Anexo a). Nesse contexto a RC aparece, historicamente, como alternativa à hegemonia da grande mídia, com possibilidades de democratizar a transmissão de ideias e recuperar a ideia de espaço público de debate e defesa dos interesses diversos e antagônicos.

Em 1995 o termo rádio comunitária se institucionaliza durante o I Encontro de Rádios Livres Comunitárias, sendo definidas como aquelas que operam sem fins lucrativos e têm programação plural, e possuindo gestão partilhada, por meio de conselhos e assembleias, encaixando-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência. As mesmas, tornam-se produto da comunidade na medida em que tratam de seus problemas, suas festas, suas necessidades, seus interesses e sua cultura, na medida em que sua atuação com compromisso com a educação para a cidadania e com a

programação interativa com a participação direta da população ao microfone, valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais locais, além disso, visa democratizar o poder de comunicar proporcionando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no microfone, e produzir programas.

Até setembro de 2014, segundo dados do Ministério da Comunicação, existiam 4.641 rádios comunitárias autorizadas no Brasil, sendo que 592 encontram-se em São Paulo (SP). Mas será que a rádio ainda é ouvida, não cederam espaço às mídias digitais? Essa era outra pergunta que ainda precisava ser respondida para decidir pela escolha da rádio comunitária como tema de pesquisa, resposta que encontrei na Pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, realizada em outubro e novembro de 2013, com 18.312 brasileiros em 848 municípios, atingindo todos os 26 estados do país e seu Distrito Federal. Constatou que entre as mídias mais presentes nos lares brasileiros está: a TV representando 97% dos entrevistados; a rádio representando 61% dos entrevistados; a internet com 47% dos entrevistados; os jornais impressos com 25% dos entrevistados; e por último as revistas impressas alcançando 15% dos entrevistados. Apesar desta pesquisa não diferenciar a frequência e intensidade de uso entre as rádios comerciais e comunitárias, a mesma apresenta com relação a preferência de uso das mídias que a rádio, de forma geral, é a terceira mídia mais preferida pelos brasileiros, independente da renda familiar e atividade. Ou seja, ela está em segundo lugar entre as mídias existentes nos lares brasileiros, mas em terceiro lugar com relação a preferência de uso, indicando que é um meio de comunicação muito presente e utilizado pelos brasileiros. A pesquisa também indicou que a rádio é mais ouvida em metrópoles, sendo preferida mais por pessoas com maior escolaridade, escolhida com mais frequência por idosos, e ouvida por mais tempo pelo gênero feminino. (Anexo b)

Confirmada a pertinência do interesse em estudar RC, para concretizá-lo em pesquisa era necessário, encontrar rádios em funcionamento, vinculada a uma comunidade, o que a pesquisadora procurou fazer em paralelo ao levantamento da literatura. As pesquisas realizadas em São Paulo indicam que as rádios comunitárias Cantareira FM, Rádio Comunitária Heliópolis FM e Nova Paraisópolis são as emissoras mais reconhecidas pela história e atuação em prol da comunidade. E ainda, há um consenso quanto ao pioneirismo da Rádio Comunitária Heliópolis FM, por ser uma emissora criada pela iniciativa dos moradores da comunidade representados pela União

de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) – organização que atua com ações educativas na comunidade, e por ser a primeira emissora de São Paulo a receber a autorização para funcionamento em 2008. (BEBETON, 2006); (VOLPATO, 2012). Vicente (2012) também acrescenta que é a mais importante RC de São Paulo por manifestar apoio a movimentos sociais.

Essas reflexões orientaram a escolha da Rádio Comunitária Heliópolis FM, como campo de pesquisa, cujo objetivo é o de colaborar com reflexões sobre o potencial das RCs em resistir aos processos de inclusão perversa cerceadora da restrição da cidadania e à hegemonia da grande mídia, voltada aos interesses capitalistas, com possibilidades de democratizar a informação e de criar espaços de participação social e de debate de questões públicas.

Olhar a sociedade pela dialética da exclusão/inclusão é destacar o processo social que mantém a desigualdade social, numa sociedade que para se manter exclui a participação do negócio público, da propriedade e do capital, para incluir o que no plano subjetivo se revela como alienação. Para tanto usa diferentes dispositivos de dimensão objetiva e subjetiva de desqualificação social e de discriminação. (SAWAIA, 1999), mas é também destacar as linhas de resistência à desigualdade. Nessa perspectiva as RCs apresentam-se como um desses dispositivos, especificamente como uma alternativa à condição de exclusão de grupos do espaço das discussões políticas, tanto pelo potencial de democratização da comunicação, quanto pelo potencial de formação de coletivos.

As rádios comunitárias, por não estarem vinculadas aos interesses políticos dos grupos dominantes, favorecem a participação popular, permitindo a liberdade de expressão da comunidade? Seriam elas instrumento de ações voltadas a orientar práticas emancipadoras nas políticas públicas? Qual direção elas atuam: como incentivadoras do espírito de solidariedade da comunidade ou como espaço de exercício da democracia, da expressão e do exercício da cidadania, dos debates públicos, de lutas por reconhecimento, ou em ambas?

Para colaborar com essas reflexões, sobre estratégias de enfrentamento coletivo da dialética exclusão/inclusão, a presente pesquisa faz um pequeno recorte dessa questão ampla e complexa, por se tratar de uma dissertação, com tempo curto de realização, (e também pelo rumo que a pesquisa foi tomando nos primeiros contatos com o campo) que levaram a pensar formas de colaborar com a rádio, atuando junto aos radialistas, os quais na sua quase totalidade residem na comunidade, fazendo com que

estes vivenciem a história em movimento e as contradições da própria comunidade; possuem certa independência no planejamento de seu programa, bem como porque a formação do radialista é função da RC, como delibera a lei: “visa democratizar o poder de comunicar proporcionando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no rádio, produzir programas”.

Assim, o **objetivo geral** ficou definido como: analisar a rádio comunitária, sua inserção na comunidade e sua relação com a grande mídia, pelo olhar dos radialistas.

**Objetivos específicos:**

- Elaborar a história da RCH, seus objetivos, necessidades e desafios;
- Conhecer a programação da RCH, seus objetivos, horários, sustentabilidade, e planejamento das ações;
- Investigar como a população participa da rádio;
- Compreender a forma como a RCH se insere na estrutura da UNAS e se relaciona com os demais projetos sociais administrados por essa associação.
- Analisar os sentidos e motivações dos radialistas e diretores da rádio sobre o seu papel na rádio, na comunidade e na UNAS. E o que pensam da população e do bairro;

## 1 LEVANTAMENTO DA LITERATURA

A revisão da literatura permitiu realizar uma melhor e mais qualificada problematização sobre a temática das rádios comunitárias, bem como identificar algumas de suas potencialidade e dificuldades.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mediante busca avançada, se procurou os seguintes assuntos: Rádio Comunitária e Rádios Comunitárias, sendo encontrados 12 trabalhos em formato Tese/Dissertação e 10 Artigos; em seguida se filtrou por título as palavras: Rádio Comunitária e Rádios Comunitárias, sendo encontrados 4 trabalhos em formato Tese/Dissertação, 22 Artigos e 1 resumo de Tese/Dissertação; totalizando assim o encontro de 49 documentos, exceto 4 documentos que repetiam-se e não consideramos.

Sobre os trabalhos encontrados, 17 trabalhos são internacionais e 32 nacionais, e foram publicados a partir de 2001, sendo no ano de 2011 foi o que mais se publicou sobre o tema. Ao separá-los por grande área e área do conhecimento, segundo categorias da CAPES, se chegou aos seguintes números: 2 trabalhos sobre ciências agrárias (estudos sociais e extensão Rural e desenvolvimento); 4 trabalhos sobre ciências da saúde (saúde coletiva, saúde pública e medicina social); 10 trabalhos sobre ciências humanas (sociologia, antropologia, educação e ciência política); 31 trabalhos sobre ciências sociais aplicadas (administração, ciências sociais, ciências econômicas, comunicação e jornalismo); e 2 trabalhos sobre linguística, letras e artes (arte e educação e estudos africanos).

Dentre estes, utilizamos as palavras-chaves como critério para selecionar os trabalhos a serem utilizados nesta dissertação. Dessa forma, foram selecionados 3 trabalhos por conter as palavras: rádio comunitária e/ou rádios comunitárias e São Paulo, considerando que este é o campo de pesquisa à ser estudado; e ainda foram selecionados 09 trabalhos por conter as palavras: rádio comunitária e/ou rádios comunitárias e espaço público e/ou esfera pública, por considerar que estas palavras compreendem uma visão do uso da rádio comunitária como espaços abertos à participação, ao debate e à intervenção de todos, permitindo a participação popular nas negociações políticas. Contudo, os 13 trabalhos selecionados pertencem às categorias de grandes áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Considerando que não encontramos nenhum trabalho na área da psicologia na base de dados utilizada.

E ainda complementamos este capítulo com uma breve história das RCs visando contextualizar sua atuação desde o seu início enquanto movimento de luta, seus desafios históricos e atuais, e suas conquistas.

O estudo exaustivo destes documentos proporcionou orientações para os próximos passos da pesquisa. Atividade muito importante que indicou questões a serem abordadas, criticadas e complementadas ao longo da pesquisa, além de ter indicado a escolha do campo da pesquisa.

### **1.1 Rádios comunitárias em São Paulo**

Volpato (2012) em sua pesquisa mapeou as tendências e configurações de 23 rádios comunitárias legalizadas na Região Administrativa de Bauru, interior paulista. Verificou que as emissoras estudadas estão mais próximas da população local quando comparadas à grande mídia, “estimulando e promovendo laços de identidade que tendem a ser mais fortes e baseados em sentimentos de pertença, já que estão em jogo sentimentos comunitários e localistas, como a vizinhança, a familiaridade e ações de interesse coletivo”. (VOLPATO, 2012, p. 7). Além disso, constatou que a promoção de identidades localistas e comunitaristas ocorrem ao darem visibilidade às mensagens e conteúdos intrínsecos às suas localidades, ao capacitar técnica e/ou profissionalmente, ao mobilizar a população para determinado fim, visando algum tipo de ajuda mútua, seja material, emocional, intelectual e espiritual. Por outro lado, apontou que as rádios comunitárias podem contribuir para o fortalecimento de identidades legitimadoras das instituições dominantes ao reproduzir programas, formatos e conteúdos da grande mídia, ao servir dela como fonte jornalística ou, mesmo, ao comprometer a política editorial da emissora com interesses das instâncias do poder, ao não primar pela pluralidade local, e ao não viabilizar canais efetivos de participação.

De forma geral, Volpato (2012) constatou que as rádios comunitárias desenvolvem uma gestão centralizada e não sabem, pois os entrevistados confundem as funções do Conselho Comunitário e da Associação Mantenedora, imaginando que dizem respeito a mesma instituição, permitindo com que a RC seja gerida por membros da rádio, ou por um gestor único. Mas, segundo a exigência do artigo 8º da lei 9.612/98, o conselho é responsável por acompanhar a programação da emissora. Neste caso, o pesquisador sugere que a capacitação dos gestores para o trabalho popular e para a administração de rádios comunitárias, quer seja na competência de se criarem canais de

participação popular, na implantação de repórteres populares ou na mobilização para atuação como locutores, técnicos de som, redatores, poderiam ser promovidos por universidades e organizações do Terceiro setor, interessadas na democratização das comunicações.

Quanto à programação, cada uma das 23 emissoras possui peculiaridades em suas grades de programação. As emissoras com predomínio de veiculação de programas religiosos e músicas de estilo gospel, por um lado segmentam sua programação e não dão abertura à pluralidade religiosa da população local, por outro, podem também estar atendendo a outro segmento que não encontram nas rádios comerciais. O mesmo acontece com as emissoras que possuem grades de programação de predomínio musical, as quais podem estar reproduzindo à lógica dos padrões de rádios locais, ou por outro lado, podem se configurar como alternativa de conteúdo já que sua preponderância é por músicas sertanejas, estilo que encontra pouco respaldo em emissoras convencionais. Referente as informações jornalísticas veiculadas pelas emissoras, esclarece que são construídas com base em notícias da mídia comercial, seja da região ou da grande mídia, alguns retirados da internet, de jornais da própria cidade ou cidades vizinhas. Em alguns casos se produzem algumas informações de caráter local, mas de forma bastante tímida. O autor também verificou emissoras que vendem espaços na grade de programação, sejam para segmentos religiosos, políticos, locutores e outros interessados em ter algum programa na emissora da cidade. Nessa perspectiva, para o autor: “essas rádios não desenvolvem formas de comunicação de linha contra-hegemônica porque se inserem na lógica do fluxo de informação dominante”, e ainda afirma que: “[...] sua grande maioria não consegue contestar o atual sistema e suas instâncias de poder, nem ao menos geram espaços públicos de debate, que provoquem a reflexão, ou o fazem de forma quase insignificante”. (VOLPATO, 2012, p. 12).

Quanto a outorga, o estudo constatou uma média de espera de cinco a dez anos, desde a data de protocolo do pedido até o início efetivo de operação da emissora, considerando este um desafio de acesso ao sistema de radiodifusão comunitária no Brasil. Esta morosidade e burocracia, têm levado as rádios comunitárias a três consequências principais, conforme se diagnosticou: “[...] a) muitas emissoras operam na ilegalidade, pois não conseguem autorização do órgão federal competente; b) para agilizarem a outorga, algumas rádios têm procurado a ajuda de políticos; e c) podem representar repressões à mobilização popular.” (VOLPATO, 2012, p. 15). E referente à

legislação a grande maioria das emissoras afirmaram que a restrição à veiculação de espaços publicitários e à área de cobertura são as principais falhas da lei.

O estudo averiguou que as rádios comunitárias são um espaço em potencial para a prática, o incentivo e aprendizado da cidadania, na qual contribuem na divulgação de informações de utilidade pública, na realização de campanhas de arrecadação de alimentos, de materiais de utilidade doméstica, como móveis ou eletrodomésticos, na divulgação de oportunidades de emprego, na veiculação de mensagens de autoestima e religiosas, na capacitação técnica. Assim como, averiguou-se que as rádios comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento econômico do território, como por exemplo, uma emissora que desenvolveu uma campanha de valorização do comércio local incentivando o consumo na própria cidade, promovendo o comércio local.

Volpato (2012) também verificou assídua mobilização na participação da popular mediante campanhas sociais e beneficentes; formação de agregações solidárias e de fraternidade; criação de consciência da atual realidade pessoal e local; democratização da informação; bem como no desenvolvimento econômico local. Porém constatou que este potencial de participação não é utilizado para o debate, para a contestação do atual sistema social e político, para a denúncia, para reivindicações. Para o autor, sem dúvida, o principal impedimento de tal prática, nos casos estudados, tem sido decorrente das relações com as diversas instâncias do poder local, como Prefeitura, Câmara e seus representantes, o que, na maioria das vezes, tem limitado a atuação das rádios para a veiculação de conteúdos alternativos e de contestação.

Outra pesquisa sobre RC em São Paulo, Vicente (2012), reflete acerca dos impasses, contradições e potencialidades evidenciadas neste cenário. O autor selecionou 12 rádios comunitárias autorizadas, das 34 existentes na capital de São Paulo até o ano de 2012. A escolha deu-se pela representatividade das emissoras em termos de projetos políticos e sociais; por veicularem sua programação mediante a internet; e pela distribuição geográfica, representando todas as suas principais regiões. Conclui que a maioria não segue a legislação. A programação é predominantemente musical e seguem tendências das emissoras comerciais. Ressaltando a ausência de programas de caráter educativo e/ou de utilidade pública na grande maioria das emissoras, exceto as Rádios Ágape e Heliópolis que desenvolveram programas de saúde e de língua portuguesa. O estudo aponta a ausência de programas musicais de caráter educativo, nas grades das programações, que ofereçam informações adicionais sobre as músicas veiculadas ou

uma melhor contextualização de seus gêneros e artistas, capaz de oferecer ao público elementos adicionais para a sua compreensão e apreciação. Porém, em três emissoras (Heliópolis, Paraisópolis e Cantareira FM) constatou-se um espaço musical diferenciado, tanto através de programas dedicados a gêneros específicos quanto pela abertura de espaços para as gravações de artistas locais, especialmente de RAP.

Apesar de a legislação proibir a relação com instituições religiosas, a grande maioria possui, na qual algumas delas transmitem missas e programas de padres e pastores, considerando ainda que uma das emissoras estudadas se apresenta nas redes sociais como uma rádio gospel da Igreja Assembleia de Deus do Bom Retiro. Para Vicente (2012, p. 11), estes dados demonstram: “[...] que a religião se mantém como uma importante fonte de apoio e de intermediação com a comunidade para as rádios em geral”. E ainda, por outro lado: “[...] demonstra uma distorção do projeto das rádios comunitárias, que permite que a cena acabe sendo ocupada por grupos de poder religiosos de modo similar ao que ocorre no âmbito das emissoras comerciais”. Ainda sobre a legislação, o autor aponta que a internet permitiu ultrapassar os limites geográficos das rádios de 1 km de raio.

Em outro ponto de análise, o autor destaca o cenário de aparente despolitização das rádios comunitárias, compreendida principalmente como a redução dos espaços para debates de questões relevantes e para a participação dos membros da comunidade. Exemplifica que, com exceção das emissoras Cantareira FM, Heliópolis e Nova Paraisópolis, “nenhuma das emissoras analisadas manifesta um claro apoio a movimentos sociais, propõe debates de questões locais ou mesmo incentiva uma maior participação de seus ouvintes em suas atividades”. (VICENTE, 2012, p. 12). Considerando ainda a grande predominância da programação musical nas emissoras, a reprodução do modelo tradicional das emissoras comerciais e a aparente ausência de programas de caráter educativo e/ou de utilidade pública, o autor reconheceu um notável desvirtuamento das rádios comunitárias que deveriam ser um importante modelo alternativo de comunicação para a população da periferia dos grandes centros urbanos.

O estudo de Vicente (2012) apontou a Rádio Heliópolis (local da presente pesquisa) como a mais importante e antiga rádio comunitária de São Paulo, tendo sido uma das justificativas da nossa escolha.

Com relação a questão da hegemonia dos modelos comerciais de rádio, o autor aponta que a academia científica tem sido pouco efetiva no seu papel de apresentação de

“modelos alternativos e na pesquisa de formatos, gêneros e linguagem que permitam uma visão mais rica e abrangente das possibilidades comunicativas do veículo”. (VICENTE, 2012, p. 14). Apesar das dificuldades constatadas, Vicente (2012) como a maioria dos que aqui estão apresentados, reconhece que existe um potencial de vinculação das rádios comunitárias à projetos sociais; ao processo de luta por reconhecimento e organização para a integração local; a representação e o fortalecimento dos laços identitários; e a autoestima de comunidades carentes da periferia de São Paulo.

A terceira pesquisa, não aborda Heliópolis. Pois, Bebeton (2006) desenvolveu uma pesquisa sobre a importância da preservação da cultura local, na cidade de São Luís do Paraitinga, no interior do Estado de São Paulo. Segundo ele, o sentimento de pertencer a um grupo, partilhando valores, ideais e crenças comuns motiva essa população a comemorar e dessa forma preservar suas festas tradicionais, uma rica e diversificada cultura popular.

O pesquisador reconhece que uma rádio comunitária pode “exercer um papel de extrema importância na construção da produção local de uma integração solidária, participando e articulando ações que visem o social, o cultural e o econômico” (BEBETON, 2006, p. 133) Afirma que o espaço do cotidiano e as solidariedades existentes em uma rádio comunitária impedem o poder crescente e invasivo dos atores hegemônicos, sustentados no diálogo com o global e regional, mas vivendo o local, na busca do sentido de sua existência.

Notou-se no estudo que a emissora não se caracteriza como uma rádio genuinamente comunitária, mas sim de uma atuação híbrida, na qual se apresenta ora como comunitária, ora com características de rádio comercial, mas de qualquer forma desenvolve seu papel nas manifestações culturais da cidade. Neste sentido, os ouvintes também esperam mais de sua única emissora, reconhecendo que seja uma rádio pequena e possua dificuldades, porém identificam-na como comunitária e esperam dela ações para a comunidade. Por outro lado, Bebeton (2006) aponta que para melhorias qualitativas na Rádio Paraitinga é extremamente necessário o apoio mais efetivo da comunidade, uma real participação da comunidade que deveriam ser protagonistas dos processos comunicacionais por ela propiciados. Entendendo que este é um processo em gestação, podendo muito ser feito para construção de atores mais atuantes nos processos comunicacionais da cidade e, desta forma, participarem do projeto da comunidade: preservar suas tradições, articulá-las com o presente e desejar o futuro.

Em síntese, os trabalhos realizados em São Paulo sobre rádios comunitárias destacam o potencial de fortalecimento da comunidade, de torná-la protagonista dos processos comunicacionais, de se tornarem espaços para a prática da cidadania e da democracia, e de lutas por reconhecimento. Porém, assumem que ainda não atingiram esses objetivos, destacando a aparente despolitização das RC, e em sua maioria identificando que sua atual função fica restrita a primeira. Há duas exceções, segundo Vicente (2006), as rádios comunitárias Heliópolis e Paraisópolis como as emissoras mais reconhecidas pela história e atuação em prol da comunidade. E ainda, há um consenso quanto ao pioneirismo da Rádio Heliópolis, pois foi a primeira emissora de São Paulo a receber a autorização, por atuar na comunidade visando seu desenvolvimento a partir de parcerias com outras instituições.

## **1.2 Rádios comunitárias, espaço público e esfera pública**

As pesquisas, para falar da dimensão política das RCs usam o conceito de espaço público, as quais recorrem a J. Habermas e Hanna Arendt, com predominância do primeiro.

Contata-se que os autores Luz (2008) e Loureço (2010) referem-se teoricamente à Habermas para situar o conceito espaço público. E que os outros autores referem-se aos pressupostos teóricos de Habermas e Hanna Arendt, sendo: Silva (2007), Teixeira (2003 e 2004) e Daniel (2008), Mendes (2006), Leal (2007), e Leal; Ribeiro (2007), porém todos se baseiam na teoria de Habermas para a análise dos estudos.

Leal (2007) e Leal; Ribeiro (2007) desenvolvem um conceito próprio de espaço público baseado nos pressupostos de Arendt e Habermas, porém a estrutura do conceito está próximo ao conceito de Habermas.

Segundo os autores pesquisados, a teoria de Hannah Arendt sobre espaço público denomina-a como um reino público, área de atividade e interesse público, o qual se refere a um meio público, com dimensões espaciais, que em línguas latinas assumiu o sentido figurado de esfera pública para designar o fenômeno sociopolítico e espacial da reunião de pessoas em um espaço para tratar da coisa pública que diz respeito a todo cidadão da *pólis* onde as ações de qualquer um podem ser vistas, avaliadas, e criticadas. (MENDES, 2006); (LEAL, 2007); (LEAL; Ribeiro, 2007); (SILVA, 2007); (TEIXEIRA, 2004); e (DANIEL, 2008).

Já os referenciais de J. Habermas indicam que a esfera pública é considerada um fenômeno que se manifesta num determinado espaço a partir do trato comunicativo e racional entre as pessoas. Referindo-se ainda em duas qualidades de esferas públicas existentes na contemporaneidade, sendo a primeira: referenciada na exposição pública de pessoas, que busca a visibilidade de sua imagem privada, cuja conformação está recorrente na mídia; e a segunda: que está vinculada à exposição pública de opiniões que decorrem de controvérsias que resultam e partem de reflexões sobre temas de interesse mais abrangentes. Considerando que estas duas qualidades não estão condicionadas a configurações espaciais. Para este teórico, o fenômeno geral da esfera pública não ocorre apenas na discussão política entre membros da mesma comunidade, mas surge também a partir de interações simples, na qual se encontrem relações humanas livres de coerção e não submissas a práticas sistêmicas, pois considera que a intersubjetividade possui uma força misteriosa capaz de unir elementos distintos mantendo, mesmo assim, a sua identidade.

Em síntese destacam esfera pública como espaço que possibilita o trato comunicativo e racional entre as pessoas e a possibilidade de todos participarem dos negócios públicos e influenciarem nas decisões políticas, base para a cidadania.

Destacamos o estudo de Luz (2008) que, por ter escolhidos como sujeitos de sua pesquisa os radialista/comunicadores, o jornalismo em emissoras comunitárias por meio de sua cultura profissional, assim sendo, leva em consideração as estruturas organizacionais, os processos produtivos de duas rádios, entre outros aspectos, uma delas localiza-se em Pernambuco, e outra no Distrito Federal. Com relação a programação, uma das emissoras preenche mais da metade de sua programação com notícias, porém a outra apesar de possuir programas jornalísticos transmite na maior parte da programação, músicas. Os radialistas das emissoras são moradores da localidade, porém os diretores de ambas as emissoras são parentes. Segundo a autora, os diretores objetivam administrar os espaços com compromisso, retomando o “fortalecimento das redes primárias de relacionamento e construção de espaços democráticos e cidadãos de reivindicação de princípios básicos de uma vida digna: emprego, saúde, educação e segurança”. (LUZ, 2008). Nas duas rádios desenvolve-se um jornalismo comunitário, na qual o morador da região é a principal fonte entrevistada e de informação. Aponta-se neste jornalismo os problemas e buscam-se as soluções e não a audiência. Neste sentido Luz aponta que a proximidade se torna um dos “facilitadores para a coesão e interação construtiva desses espaços públicos

comunitários, em que a discussão em busca do melhor argumento tem a finalidade de conscientizar a população de seus direitos e deveres para que possam reivindicá-los”. (LUZ, 2008)

Além disso, a autora assinala que os veículos pesquisados se apresentam como mídias realmente comunitárias, sendo modelos alternativos aos convencionais; possuem programação plural voltada para a educação informal e o desenvolvimento da comunidade; mantém sua sustentabilidade a partir dos apoios culturais; e ainda contempla vínculos intensos com a comunidade. As rádios pesquisadas tornam-se assim espaços públicos de discursividade para o exercício da cidadania, por meio da politização dos sujeitos sociais.

Lourenço (2010) desenvolveu uma pesquisa documental e bibliográfica, para analisar as rádios comunitárias como arenas públicas, sugerindo a sua configuração ideal para que possa funcionar como arena pública deliberativa, apontando cinco aspectos: a) o nascer no seio da comunidade, consistindo a importância dos seus objetivos e motivos estarem alicerçados na comunidade; b) o estabelecimento de diretrizes coletivas, consistindo no protagonismo da comunidade, no respeito da estrutura hierárquica determinada pela própria comunidade visando sempre o benefício do coletivo, e no processo de gestão do veículo; c) preconizar a realização constante de reuniões com os membros da comunidade, para que possa ser mantido diretrizes coletivas e foco na realidade da comunidade; d) não possuir vínculos com instituições de caráter privado, como partidos políticos, entidades religiosas, entre outras, para evitar interesses que não condizem com a perspectiva da realidade comunitária; e por último, e) captar os anseios da comunidade e publicizá-los, não tendo que ser necessariamente assuntos de cunho político, mas sim de interesse comum da comunidade.

Lourenço (2010) considera que as RCs compõe a esfera pública que se constitui de uma estrutura comunicativa baseada em arenas públicas, ou microsferas públicas, as quais consolidam as opiniões públicas, levando ao debate público, podendo, ainda que sem garantias, influenciar nos processos de decisão política.

Porém, a pesquisa apresenta que na prática há uma série de imperfeições no marco regulatório que impossibilitam ou pelo menos não favorecem a transformação das rádios comunitárias em arenas públicas legítimas. Neste sentido, o Lourenço (2010), aponta a excessiva burocracia para conquistar a outorga, sua frequente necessidade de apoio de agentes políticos ou outras entidades para elaboração e acompanhamento do processo burocrático, a falta de financiamento de recursos financeiros para a

manutenção do projeto das emissoras, e a limitação de abrangência territorial das emissoras, pois existem comunidades de proporções muito maiores do que a restrição legal, limitando o acesso da comunidade ao espaço de discussão, sendo assim, necessária a reformulação da legislação referente.

Lourenço (2010) considera a rádio comunitária uma alternativa à condição de exclusão de determinados indivíduos do espaço das representações simbólicas da sociedade, já que as pessoas não necessitam paralisar suas atividades, laborais ou não, para participar, ativa ou passivamente, da discussão realizada na rádio. No modelo político adotado pelo Brasil, formado por uma junção do projeto neoliberal e democrático-participativo, o autor considera que as rádios comunitárias podem ser consideradas uma possibilidade de aumento da cidadania política, e de aprimoramento da própria democracia que possui uma estrutura de regime de representatividade, a qual resulta muitas vezes, no afastamento e na despolitização dos cidadãos.

Silva (2007), desenvolveu sua pesquisa sobre rádios comunitárias em áreas periféricas, elegendo 02 (duas) rádios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Seu objetivo foi compreender as motivações e estratégias para a criação de um rádio comunitária, como ela se articula com a vida associativa local e, qual o significado e desafio da criação de um espaço público alternativo, considerando áreas marginalizadas e onde práticas políticas autoritárias são uma constante.

O trabalho demonstrou que as rádios respondem às necessidades históricas da comunidade e da leitura que os fundadores das emissoras tinham sobre suas cidades. Neste caso, a emissora “Novos Rumos” foi criada procurando incorporar o ideal de uma rádio comunitária, ou seja, estando aberta a todos, sendo plural e estando conectada à realidade da localidade, e abandonando partidatismo político, pois seus criadores identificaram a necessidade de criação de um espaço para o debate público de diferentes setores da sociedade e para que a identidade local fosse construída. Já a emissora “Onda Livre” foi criada depois da emancipação de sua localidade, portanto, esta emissora se propôs em ser um canal de articulação dos movimentos e associações da cidade e, também em divulgar uma representação alternativa da realidade de São João de Meriti, construindo assim uma rede de articulação dos coletivos da cidade.

A partir dos referenciais habermasianos, Silva (2007), considera que as rádios comunitárias estudadas, dado o contexto histórico e político, criaram um espaço para o debate público, visando que os diferentes setores da sociedade tivessem um canal de comunicação e para que a identidade queimandense fosse construída. Apontando assim

que as emissoras demonstraram representar um espaço de encontro, de articulação, de disputa de diferentes atores das cidades, constituindo-se como um palco importante para entendimento da vida local, para a construção de novas identidades a partir de discursos positivos sobre o lugar, para o desenvolvimento territorial, e de questionamento da cultura política autoritária dominante.

Neste sentido, segundo Silva (2007), é importante que haja participação dos diversos atores da sociedade civil nas rádios comunitárias para a construção das esferas públicas locais, articulando demandas, permitindo a articulação de diferentes visões sobre a realidade, e garantindo uma maior dinamização da vida municipal, fazendo com que seja menos monopolizada pelas esferas parlamentar e midiática, bem como menos refém de práticas clientelistas.

Os estudos de Teixeira (2003 e 2004) vão na mesma direção: analisar a relação das rádios comunitárias enquanto criador de um espaço público em duas rádios comunitárias do Distrito Federal, dentro do contexto brasileiro. Com relação ao papel das rádios, o autor assinala que são incentivadoras do espírito de solidariedade da comunidade, ao promoverem campanhas junto à comunidade e aos comerciantes locais para se conseguir cestas básicas, remédios, cobertores e empregos, faz com que as pessoas da comunidade se sintam estimuladas a ajudar sempre que podem e doando o que têm. Essa proximidade da rádio com a comunidade, seu caráter específico ao oferecer um espaço à comunidade, e em buscar conjuntamente a solução para os problemas da comunidade, propicia uma maior identidade com o seu público e possibilita assim, uma inserção social.

Dentre as duas experiências acompanhadas por Teixeira (2003), a mesma verificou que ambas possuem um caráter assistencialista, na qual comunicam pedidos de emprego, vestuário, móveis, alimentos, botijão de gás, entre outros, porém a mesma, observou que este caráter está mais presente na Rádio Popular. Compreendendo que esta realidade ocorre devido ao baixo nível sócio-econômico dos moradores da comunidade, estando mais preocupadas com suas necessidades básicas. Já a Rádio Comunitária de Brazlândia, realiza uma comunicação com maior direcionamento à conscientização da comunidade do que ao assistencialismo, pois esta localizada numa região com maior estrutura de desenvolvimento.

O estudo apontou que as emissoras são consideradas uma extensão do lar dos seus ouvintes, motivado pela amizade que os comunicadores estabelecem com os ouvintes, reciprocamente, e devido ao grau de confiança que os ouvintes depositam nos

locutores das rádios, a qual, por exemplo, muitas vezes as pessoas da comunidade entregam à rádio carteiras e documentos perdidos, ao invés de entregar às autoridades públicas competentes.

Teixeira (2004) mostra que as rádios são também responsáveis pelo fortalecimento da cultura local e apoio à realidade local, quando, por exemplo, divulga o trabalho de músicos, bandas da região, eventos e/ou acontecimentos locais, e ainda promoções dos comerciantes locais. Ou quando denuncia os problemas da comunidade, com o intuito de pressionar aos responsáveis públicos para as devidas providências, ou até mesmo mobilizar a própria comunidade para a solução dos problemas, o qual torna visível o incentivo à participação e mobilização da comunidade. Promovendo assim, um referencial de identificação por parte da comunidade com as emissoras, e criando esferas públicas específicas, na qual as comunidades encontram um espaço de atuação relacionado à sua vida cotidiana, aos seus interesses, e oferecendo espaço à comunidade para que esta seja ouvida e para que possa falar.

Assim referenciado, Teixeira (2003 e 2004), avalia que o desenvolvimento dos meios de comunicação criou um novo espaço público, no qual ocorre a reflexão da vida social de forma aprofundada. Dessa forma, as rádios comunitárias pelo uso de uma linguagem acessível à comunidade e por reforçar um discurso local, enfatiza as necessidades e demandas da comunidade, criam uma esfera pública específica.

Daniel (2008) desenvolveu sua pesquisa discorrendo sobre os dilemas da construção do espaço público, a partir do aporte teórico de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Mediante entrevistas qualitativas e observação participante, pesquisou uma rádio localizada em Porto Alegre (RS), a qual é gerida e organizada exclusivamente por moradores do bairro. Sua contribuição é o resgate histórico sobre a formação da esfera pública no contexto do Brasil, apontando que a constituição do espaço público foi permeado de valores como patrimonialismo, indistinção entre esfera pública e esfera privada e paternalismo, características que obstruíram o desenvolvimento da democracia e cidadania na sociedade civil. Destaca que o padrão autoritário, característico da formação da esfera pública brasileira, repete-se nas relações sociais cotidianamente, e também nas instituições estatais. Considera que a partir dos anos 70 no Brasil iniciou-se um revigoramento da sociedade civil, e a partir dos anos 80 um processo de construção de espaço público generalizado, no qual novos atores sociais e políticos passaram a atuar, época em que começam a surgir rádios livres no Brasil.

Daniel (2008), conclui a partir de seu trabalho que a experiência pesquisada da Rádio Quilombo FM possibilita a construção de uma esfera pública alternativa, temática e autônoma no bairro, contribuindo para ultrapassar os valores tradicionais, patrimonialistas e autoritários, presentes na formação do espaço público brasileiro, e ainda conclui que a rádio cumpre um papel fundamental no bairro, na qual capta as demandas vindas dos fluxos comunicativos primários vindos da vida cotidiana e forma uma esfera pública de discussão local.

Mendes (2006) desenvolveu sua pesquisa sobre as associações de radiodifusão comunitárias sob o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas, utilizando dados da literatura existente sobre o tema, e entrevistas desenvolvidas com as seguintes organizações: Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária (CONRAD); Movimento de Organização Comunitária (MOC); Rádio Comunitária de Feira de Santana- Ba; e Rádio Comunitária de Novo Barreiro- RS. A investigadora, compreende as rádios comunitárias como canais de construção democrática de uma efetiva participação popular na vida política e da liberdade de comunicação, com possibilidade de romper com as práticas discursivas neutras que impõem o silêncio e a hegemonia, assim como ocorre com frequência na mídia comercial, e ainda as rádios por refletirem um movimento interno da sociedade civil marcada pela pluralidade de grupos independentes, de opinião e de comunicação pública independente, são capazes de serem agentes da transformação.

Mendes (2006), considera que predomina nas RCs o modelo discursivo de esfera pública, o qual considera que a influência da sociedade civil se concretiza mediante a existência de esferas públicas transparentes e porosas, transcorrendo diversos níveis da sociedade, incorporando todos os discursos, as visões de mundo e as interpretações que adquirem visibilidade e expressão pública. Contudo, Mendes (2006, p. 95) conclui que as rádios comunitárias se constituem em “esferas públicas subalternas decorrentes da exclusão de significativa parcela do povo do direito humano fundamental à comunicação”. Porém, também aponta como sugestão para trabalhos posteriores o questionamento sobre o limite dos espaços públicos em termos de pressão e influência sobre os demais subsistemas.

Leal (2007) desenvolveu uma pesquisa comparativa entre o Brasil e a França sobre radio comunitárias para responder: em que medida as rádios associativas na

França e as rádios comunitárias no Brasil se configuram como espaços democrático-participativos e de manifestação de esferas públicas, fortalecedoras da democracia participativa. Compreendendo por esfera pública o “lugar simbólico e não necessariamente físico, onde se manifestam trocas de opiniões, gostos, vontades, ideias, comunicações temáticas e gerais, referenciadas na discussão política ou nos acontecimentos de toda ordem que perpassam o cotidiano”. (LEAL, p. 13, 2007).

O estudo apontou que a rádio comunitária possui um potencial para incentivar a formação de espaços públicos onde os cidadãos compartilham, debatem e constroem um pensamento sociopolítico crítico e autônomo, desvinculado do consenso elaborado pela comunicação hegemônica, na qual se beneficia dos monopólios estatal ou privado sobre o setor das comunicações. Considera que as RCs são palco de aparições episódicas ou mais regulares de esferas públicas.

Embora as rádios estudadas não se constituem efetivamente como experiências de democracia participativa totais, pois oscilam entre interesses privados, servem de espaços democráticos participativos para comunicações cotidianas. Considera, contudo, que essas oscilações não invalidam completamente a potencialidade das rádios para a manifestação da esfera pública, e que seu uso, torna-se um recurso de comunicação que oferece uma alternativa legítima para as populações carentes e locais desenvolverem um sistema próprio de comunicação e interação com a realidade regional. (LEAL, 2007).

Leal (2007) verifica que as rádios associativas na França possuem práticas discursivas e ações voltadas para a valorização das diferenças socioculturais locais, buscando reconhecimento da diversidade cultural a partir da comunicação e publicização de práticas culturais de diferentes nacionalidades (músicas, hábitos, crenças religiosas), de experiências pessoais mediante o relato de vivências interculturais, assim como da exposição de conflitos étnicos, nacionais e sociais. Já nas rádios comunitárias brasileiras, observou-se práticas discursivas e ações expostas mais vinculadas ao assistencialismo, pois as necessidades materiais básicas não supridas levam os ouvintes a uma intervenção “pré-política”, sem nenhum caráter propositivo ou crítico, transferindo para a emissora a expectativa de respostas às suas demandas já dirigidas ao Estado, o qual não ofereceu solução. Mas ainda, percebeu-se o uso do espaço radiofônico para denúncias de situações de risco e críticas ao sistema político local e nacional, nas emissoras brasileiras. Dentre as diferenças entre os países, as emissoras francesas se colocam numa relação entre indivíduo e Estado, tentando

aproximar ambos, já no Brasil as rádios comunitárias mostraram assumir atribuições do Estado quando promovem ações assistencialistas.

A Leal (2007) conclui que, embora as rádios não incorporem totalmente o modelo ideal de esfera pública, não se pode desconsiderar seus feitos como espaço que promove, interações sociais valiosas que se aproximam do exercício da democracia, da expressão e do exercício da cidadania, dos debates públicos, de lutas por reconhecimento de diferenças socioculturais. (LEAL, 2007) e (LEAL; RIBEIRO, 2007).

Todas as pesquisas, embora variando a metodologia e os espaços analisados, destacam que a rádio comunitária é uma alternativa à condição de exclusão de grande parcela da sociedade nas negociações das questões política em geral e especialmente as que lhes dizem respeito, em duas direções: como incentivadoras do espírito de solidariedade da comunidade, e também como espaço de exercício da democracia, da expressão e do exercício da cidadania, dos debates públicos, de lutas por reconhecimento. Também, a grande maioria das pesquisas concorda que a prática das RCs fica restrita a uma dessas dimensões: a ações locais voltadas às relações comunitárias.

Embora reconheçam que essa ação possa significar um potencial de fortalecimento da comunidade e de sua transformação em protagonismo dos processos comunicacionais, de enfrentamento da hegemonia da grande mídia, bem como de se tornarem espaços para a prática da cidadania, por outro lado constatam que ainda não atingiram esse objetivo, destacando a aparente despolitização das RC, sua ação assistencialista e cooptação pelas relações de poder locais ou mais amplos, por meio de financiamento e vinculação institucional. Muitas vezes as necessidades materiais básicas não supridas levam os ouvintes a uma intervenção “pré-política”, sem nenhum caráter propositivo ou crítico, transferindo para a emissora a expectativa de respostas às suas demandas já dirigidas ao Estado, o qual não ofereceu solução.

As pesquisas que falam da dimensão política usam o conceito de espaço público de Habermas e Hanna Arendt, as quais configuram um conceito de espaço público que é parâmetro importante de análise das RCs, e usado para referir-se ao potencial das RCs de incentivo à formação de espaços públicos onde os cidadãos compartilham, debatem e constroem um pensamento sociopolítico crítico e autônomo, desvinculado do consenso elaborado pela comunicação hegemônica, permitindo a participação popular nas negociações políticas.

Consideramos que as pesquisas apresentadas oferecem um parâmetro de análise do potencial das RCs. Entendemos que no modelo político brasileiro capitalista e de democracia representativa que exclui a maioria da população, sustentando uma estrutura de extrema desigualdade, as rádios comunitárias podem ser consideradas uma possibilidade de aumento da cidadania política, e de aprimoramento da própria democracia que possui uma estrutura de regime de representatividade, a qual resulta muitas vezes, no afastamento e na despolarização dos cidadãos. Mas, avaliamos que é preciso salientar o fato dela ocorrer em uma sociedade pautada pela contradição e luta de classes, o que acaba por atravessar esses polos potenciais de espaço público. Assim se preocupa com o perigo das RCs se transformarem em inclusão perversa.

Também nossa perspectiva teórica alerta para a dimensão objetiva e subjetiva das RCs e para as relações e sentidos (intersubjetividade) dos que lhes dão corpo e alma cotidianamente. Como a pesquisa de Luz (2008), consideramos importante investigar-se “dentro” das emissoras comunitárias, mergulhando na cultura profissional dos comunicadores, nas estruturas organizacionais e nos processos produtivos das rádios. Assim, pode-se analisar, no particular dos radialistas a influência das condições externas (características do cenário político), imbricados com os elementos internos (funcionamento, organização e financiamento, etc.), e ainda subjetivos (sentidos, emoções e as relações de seus voluntários). Atendemos ser importante conhecer o empenho dos radialistas na manutenção das mobilizações políticas, culturais e sua ligação com a comunidade, pois, como todos os textos da literatura também defendemos que elas são um recurso de comunicação que oferece uma alternativa legítima para as populações carentes e locais desenvolverem um sistema próprio de comunicação e interação com a sociedade.

### **1.3 Movimento histórico das rádios comunitárias**

O movimento das rádios comunitárias RCs surgiu fortemente em meados dos anos 70 a partir das rádios livres existentes principalmente na Europa e América Latina.

Na Europa, as rádios livres tiveram uma finalidade sociopolítica e cultural, vinculadas a movimentos sociais, a protestos coletivos, estando comprometidas com a crítica ao monopólio estatal dos meios de comunicação. E sempre se posicionando em defesa ao direito da expressão de liberdade.

Segundo Peruzzo (1998a, p. 241), pressupõe-se “[...] que a primeira rádio livre tenha sido uma emissora sindical que, em 1925, foi ao ar na Áustria”. Neste mesmo ano, surge a União das Rádios Operárias dos Países Baixos, na Europa. Enquanto isso, em Chicago, nos Estados Unidos (EUA), “a Federação do Trabalho explora uma estação radiofônica” (MACHADO *et al.*, 1987, p.150), sendo a Rádio Wums, a primeira rádio livre norte-americana, localizada no Estado de Ohio, que ficou no ar por mais de cinquenta anos, e enfrentou a legislação norte-americana.

Segundo Meliani (1995) *apud* Santos, (2014), as rádios livres espanholas “[...] foram importantes para o processo de redemocratização do país”, como é o caso da Rádio Espanha Independente, criada em 1941, tendo enfrentado a ditadura durante trinta anos, na Espanha.

O termo rádio livre nasceu na Itália nos anos 1968-1969, enquanto mídia privada de expressão livre criada em meio à sociedade civil, num momento de forte monopólio estatal sobre os meios de comunicação audiovisuais. Nessa época, o Grupo Danilo Dolci emitia clandestinamente em Sicília, na Itália, a partir da cidade de Partinico denunciando em praça pública as injustiças das quais os cidadãos do vilarejo de Belia eram vítimas. (LEAL, 2007).

Algumas pessoas confundem rádios livres com rádios piratas. O termo rádio pirata, surgiu em 1958, quando navios ancorados à Costa Britânica, holandesa e dinamarquesa transmitiam sinais de rádio que eram captados pela população mais próxima, e hasteavam bandeiras nos barcos, o qual lembravam os antigos barcos de piratas. Estas rádios transmitiam músicas e propagandas aos ouvintes, numa época em que o Estado proibiu a publicidade de produtos em emissoras radiofônicas. Na Inglaterra, a primeira rádio pirata a transmitir seu sinal foi a rádio Merkur, em julho de 1958 e um mês depois já faturava quantias publicitárias de 150 mil dólares. (MACHADO *et al.*, 1987, p.60).

Na Itália, em Bolonha, a criação da rádio livre Alice, em 1974, se tornou um marco histórico para as emissoras alternativas de caráter político-cultural. Nos termos de Guattari: “A originalidade de Alice era a de ultrapassar o caráter puramente ‘sociológico’, digamos assim, das rádios independentes, e de se assumir como projeto.” (2005, p. 200). A rádio Popolare, criada em 1976, na cidade de Milão, é outra emissora marcante no quadro das rádios livres italianas, pois foi criada por militantes de diferentes facções políticas e sindicais da esquerda italiana, a qual funcionou a partir de um sistema de gestão cooperativo. (LEAL, 2007).

A Itália foi o primeiro país da Europa onde as rádios livres foram regulamentadas. Neste período os grupos políticos organizados foram duramente reprimidos, e em contrapartida a iniciativa privada foi incentivada. A Corte Constitucional Italiana, em 1976, se pronunciou para reafirmar o monopólio da emissora estatal de Radiotelevisão Italiana sobre o plano nacional, mas também reconheceu o direito de existir às rádios e televisões locais abertas. (LEAL, 2007, p. 119). Durante este período de legalização das rádios livres, na Europa, o critério priorizado foi o da “competência técnica”, excluindo as iniciativas populares consideradas mais desorganizadas por não terem acesso aos aparelhos tecnológicos. (TELES, 1999).

Nos anos 80, as rádios livres foram consideradas fonte de energias utópicas. Durante entrevista para o curso de Jornalismo da PUC-SP, em 1982, concedida por Guattari, o mesmo relata que participou do movimento das rádios livres, iniciado desde o ano de 1977, na França. Descreve que na fase inicial o fenômeno reunia apenas minorias, sendo que: “O pessoal das rádios livres era um bando de loucos, um pouco como D. Quixote atacando o grande monopólio [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 105). Importando ilegalmente a aparelhagem da Itália, inicialmente, e inspirados neles, “[...] Muitas vezes, duas ou três pessoas colocavam os equipamentos em uma cozinha e começavam a emitir”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 105). Logo esse fenômeno ganhou força e estendeu-se pela França e em outros países da Europa, produzindo impacto sobre a grande mídia.

*A rádio livre é uma utilização inteiramente diferente da mídia rádio. Não se trata de fazer como a rádio dominante - nem melhor, nem na mesma direção, que a rádio dominante. Trata-se de encontrar um outro uso, uma outra relação de escuta, uma forma de *feedback* e de fazer falar línguas menores. Trata-se ainda de promover um certo tipo de criação que não poderia acontecer em nenhum outro lugar. [...] (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 106).*

Guattari & Rolnik (1996) descreve que ao diferenciar-se das outras mídias convencionais, as rádios livres foram utilizadas por grupos folclóricos, ecologistas, fanáticos do rádio, e militantes dos bairros, que transmitiam em diversas línguas, durante o dia e até a noite. Os militantes de bairros estavam cientes de tudo que se passava no bairro, que por sinal era muito povoado por trabalhadores imigrantes, os quais logo “[...] vinham pessoalmente na rádio contar o que se passava, denunciar nominalmente seu Fulano ou Dona Sicrana”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 105).

Fatos que desencadearam uma repressão ainda maior sobre as rádios livres e também uma mobilização contra a repressão.

O autor destaca que a principal vantagem das rádios livres é a participação popular e a autonomia permitindo a liberdade de expressão na organização dos programas, pois as mesmas não estão vinculadas aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes.

Representando um momento marcante na construção das rádios comunitárias da Europa e também para os outros países, é a fundação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), em 1983, no Canadá. Esta entidade é uma organização internacional não governamental, de caráter laico, e sem fins lucrativos. Esta instituição objetiva a promoção da democratização das comunicações para favorecer a liberdade de expressão e contribuir para o desenvolvimento equitativo, socialmente justo e sustentável dos povos. Por volta de 1990, fundou-se a AMARC América Latina e Caribe (AMARC ALC), que representa as seguintes sub-regiões: Países Andinos, América Central, Cone Sul, México, Brasil, e Caribe. Atua no fortalecimento de seus programas de ação, em especial no Programa de Legislação e Direito à Comunicação e no Programa de Gestão.

Na América Latina, as rádios comunitárias também foram antecidas pelo desenvolvimento das rádios livres no período pós-colonial, estando associado a movimentos em defesa do desenvolvimento social e humano dos países pobres latino-americanos.

De forma geral, as rádios locais, surgiram na América Latina como porta-vozes de povos marginalizados, para servir a propósitos educacionais como na alfabetização de crianças e adultos; espaço de contra-informação e instrumento de luta dos revolucionários e sindicatos como ocorreu com os mineiros, no caso da luta por melhores condições de trabalho e salários; meio de articulação em contraposição a ditaduras; reconhecimento de diferentes culturas por ser utilizada pela própria comunidade local; e entre outras motivações. (GRIBERG, 1987).

Neste caso, cabe conceituar as rádios populares, as quais possuem origens desde a década de 60 nas escolas radiofônicas, fundadas pela Igreja Católica, a fim de combater o analfabetismo em países como, por exemplo: Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana, entre outros. A luta pela transformação da ordem política, econômica e social tornou-se a principal característica destas rádios. (TELES, 1999, p. 17).

Criada em 1940, na Colômbia, a rádio Sutatenza foi uma das primeiras rádios livres latino-americanas. Fundada pela Igreja Católica, a rádio teve como principal objetivo a educação a distância, alfabetizando populações camponesas locais, alcançando posteriormente suas emissões radiofônicas em Bogotá e Medellín. Essa emissora recebia apoio financeiro de Igrejas Católicas Europeias, organizações internacionais e contava com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (LEAL, 2007).

No início de 1950, surgem as rádios guerrilheiras em Cuba. Criada por Che Guevara, a Rádio Rebelde transmitia diretrizes de caráter político-militar, ideológicas, voltadas para o discurso da transformação através de revoluções, cujo princípio estava atrelado à crítica e à rejeição ao modo de vida capitalista. No final da década de 50, essa rádio contava com 32 repetidoras as quais formavam a “Cadeia Liberdade”, todas comprometidas com os ideais da revolução cubana, portanto a mesma representou um ícone para as rádios livres, que se disseminaram pela América Central, especialmente na Nicarágua e em El Salvador. (LEAL, 2007).

Ainda nos anos 50, na Bolívia surgem as chamadas rádios mineiras, criadas pelos próprios trabalhadores da mineração, utilizadas como espaço para questionamento dos velhos partidos e sindicatos, na qual possuíam fortes vínculos com movimentos revolucionários, como a Rádio Vanguardia, Rádio Sucre e Rádio Bolívar. Na década de 70, já havia formada uma rede com 26 emissoras sindicais mineiras espalhadas por toda Bolívia. (CAMACHO, 1987). Financiadas, mantidas e operadas pelos próprios mineiros, essas rádios atuavam como mídias participativas, a serviço da população que as utilizava para informes locais, e também, em momentos de conflitos no país, atuavam como únicas fontes de informações não oficiais, pois não estavam sendo controladas pela ditadura militar. Em 1990, ocorre o declínio dessas emissoras na Bolívia, pelo esfacelamento dos sindicatos, e principalmente pelas mudanças econômicas no país que promoveram a decadência da mineração como atividade econômica fundamental para exportações bolivianas. (LEAL, 2007).

Na década de 60, se destacam as chamadas rádios-escolas no México, como é o caso da rádio Huayacocotla, criada em 1965, com o objetivo de promover educação básica a distância em regiões de difícil acesso. Financiada pela Igreja Católica, possuía o apoio de entidades internacionais como a UNESCO e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). Ao longo do tempo, a rádio passou por reformulações sem perder sua identidade educativa e participativa, aos poucos se tornou portadora das

mensagens e línguas de povos indígenas e também da luta pelos direitos humanos na região. Em 1969, o país possuía outras 126 experiências de escolas radiofônicas. Porém, foi lacrada pelo governo mexicano, em 1995, sob a acusação de contribuir para a luta zapatista. (RUIZ, 1995, apud LEAL, 2007, p. 121).

No Peru, na década de 60, surge a Radio Quillabamba, mantida por ordens religiosas, e localizada numa região habitada por índios, que objetivou o desenvolvimento rural a partir da organização comunitária. (LOPEZ; HOEBERICHTS, 1999). A rádio ficou conhecida por comprometer-se com as lutas sociais em prol de populações andinas do sul peruano e com programas de educação popular. (MOORE, 1991).

No Brasil, inspirados nos movimentos da Itália (anos 70) e da França (anos 80) o movimento das rádios livres brasileiras inicia-se numa época em que o regime militar governava o país, sendo os meios de comunicação de massa dominados por um grupo restrito de proprietários. Neste período através de rádios livres os grupos populares buscam a liberdade de expressão, o direito a informação, contestavam o modelo hegemônico de fazer comunicação e/ou da concentração da propriedade dos meios de comunicação. Mas, algumas iniciativas de rádios livres foram criadas para a prática amadora de comunicação livre, e/ ou para a difusão de ideologias religiosas.

A primeira experiência de radio livre registrada no país foi a Rádio Paranóica em 1970, localizada em Vitória (ES). Criada por dois irmãos que na época tinham quinze e dezesseis anos de idade, possuíam o único interesse em fazer rádio, sendo seu slogan: “Paranáica, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”. Transmitindo o sinal em plena ditadura militar, resultou na prisão de um dos dois jovens radialistas e de seu pai pela Polícia Federal, porém voltou a funcionar em 1983 e continua no ar, com nome de Rádio Sempre Livre. (PERUZZO, 1998b).

No início da década de 80, um professor de escola técnica em Sorocaba (SP), ensinou seus alunos a construir transmissores de rádio, resultando na criação de quase 50 rádios livres, entre os anos de 1982 e 1983. Daí surgiu a primeira organização de rádios livres brasileiras, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba-SP (CRCS-SP), que procurou se organizar no sentido de que as rádios livres não transmitissem umas sobre as outras, ou sobre o sinal das rádios de Frequências Moduladas (FMs), porém não obtiveram sucesso. O fechamento de algumas emissoras e a ameaça policial de fechamento de todas resultou na desorganização e fechamento da maioria das rádios livres da cidade. (COSTA, 2012).

Nesta época, muitas rádios livres eram criadas por jovens interessados em praticar o exercício da radiofonia, poucos envolvidos com causas sociais ou políticas do país, ou ainda, interessados em transmitir música. (MACHADO, 1987). Mas, logo em seguida se instalaram emissoras mais sensíveis à questão da centralização dos meios de comunicação, bem como à problemática sócio-econômica do País, embora continuaram preponderando o senso de ironia e a ousadia nas transmissões.

Na década de 80 a capital paulista já contava com muitas rádios livres em atividade, sendo criado em 1985 uma Cooperativa dos Rádio-Amantes. Também houve experiências de rádios em sindicatos, como é o caso dos bancários de São Paulo, que em 1981/1982 adquiriram a prática com o sistema de alto-falantes móveis, colocando no ar em 1985, a Rádio Teresa. Nesta mesma década, em Ermelino Matarazzo, na zona leste da capital paulista funcionou a Rádio Patrulha, experiência muito significativa historicamente, pois passou o microfone à comunidade. (PERUZZO, 1998b).

A partir de 1984, cria-se a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), que reúne sindicatos, estudantes, docentes universitários e parlamentares, militantes que lutavam pela formulação de propostas e estratégias de mudanças normativas para uma imprensa, rádio e televisão dominados por grupos privado-comerciais. Em 1987, ano em que se inicia o processo de escrita da Constituição democrática em plena pós-ditadura, a FNPDC se estruturou de maneira informal como Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC). Este processo de luta resultou no capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal Brasileira, publicada em 1988.

Logo em seguida, em 1989, ocorre em São Paulo o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, sendo organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no qual participaram representantes de dez estados que aprovaram a criação de um coletivo nacional, cujo objetivo foi buscar o apoio da sociedade civil pela democratização da comunicação. Assim, em 1990, começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação distribuídos por diversos estados do país, e em 1991 foi oficialmente constituído, o movimento social Fórum Nacional pela Democratização de Comunicação (FNDC). (ABREU, 1995, apud COSTA, 2012, p. 04).

Dessa forma, a década de 90 é marcada pelas práticas comunicacionais impulsionadas por militantes dos movimentos sociais interessados na democratização da comunicação como uma via para democratizar a sociedade. Como já citado anteriormente, nesta década, foi fundada em 1990 a Associação Mundial de Rádios

Comunitárias da América Latina e Caribe (AMARC-ALC), principalmente com o intuito de luta pela democratização da comunicação.

Com o crescimento das rádios livres pelo país e sua mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência, em abril de 1995, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias foi recebido em audiência pelo Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que na ocasião reconheceu publicamente, a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento. (PERUZZO, 1998b).

Segundo a autora, em novembro de 1995 se institucionalizou o termo “rádio comunitária”, durante o I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, sendo: “[...] definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência (PERUZZO, 1998a, p.252)”.

Ainda segundo o documento, considera-se que “toda rádio que inicia suas operações de forma ilegal, questiona o monopólio estatal sobre as ondas sonoras e permite a livre expressão a qualquer grupo distanciado dos meios de comunicação, pode ser considerada uma rádio livre”. (COSTA, 2012, p. 04).

A luta pela regulamentação das rádios livres e comunitárias, por uma legislação que favorecesse a democratização da comunicação continuou, a partir da realização de diversos eventos em todo o país, em defesa das rádios comunitárias e da atuação dos movimentos sociais no Congresso Nacional pela democratização dos meios de comunicação.

Finalmente no dia 19 de fevereiro 1998, o presidente da República sancionou a Lei nº 9.612, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil. De acordo com a lei, a rádio comunitária deve operar em baixa frequência, ou seja, com transmissores de no máximo 25 watts e antenas com até 30 metros de altura. Define que cada bairro ou vila pode ter somente uma emissora e todas elas devem operar na mesma frequência. E ainda coloca que a programação das rádios comunitárias deve dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas locais que beneficiem a comunidade. (BRASIL, 1998). Deve também dar espaço à participação ativa da comunidade local, tanto na gestão e produção da emissora, quanto na apresentação dos programas. (DETONI, 2004).

Partindo dos parâmetros da lei acima citada, Peruzzo (1998b, p. 10) observou em seus estudos que os aspectos característicos de uma rádio comunitária são:

a) Sem fins lucrativos. Comercializa espaços publicitário para patrocínio na forma de apoio cultural, ou até presta serviços de áudio a terceiros, mas os recursos arrecadas são canalizados para custeio e manutenção e/ou reinvestimento, e não para o lucro particular.

b) É produto da comunidade. Sob o ponto de vista da programação, que tende a ter um vínculo orgânico com a realidade local, tratando de seus problemas, suas festas, suas necessidades, seus interesses e sua cultura. E ainda por possui sistemas de gestão partilhado, ou seja, funciona na base de órgãos deliberativos coletivos, tais como conselhos e assembleia.

c) Favorece uma programação interativa com a participação direta da população ao microfone e até produzindo e transmitindo seus próprios programas, através de suas entidades e associações. Portanto, é garantido o acesso público ao veículo de comunicação. Aliás, é nesse tipo de experiência de comunicação, desde os alto-falantes e outros veículos, nos anos recentes, que tem sido concretizadas as mais completas formas de interatividade nos meios de comunicação, recentemente descoberta e ensaiada, com grandes limitações, pela grande mídia

d) Valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais local.

e) Tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não apenas em algum programa específico.

f) Democratiza o poder de comunicar proporcionando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no rádio, produzir programas etc.

Apesar de muito esforço pela regulamentação das rádios comunitárias, nem todas operam conforme se prevê em lei. Segundo Peruzzo (1998b, p. 09), existem quatro tipos diferentes de emissoras de baixa potência que se intitulam rádios comunitárias, mas que possuem interesses divergentes. Pode-se agrupá-las em quatro tipos, sendo:

1º) Emissoras que se caracterizam como eminentemente comunitárias, uma vez que as organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo. Não têm fins lucrativos. Vivem de apoio cultural, contribuições de sócios, doações e recursos arrecadados mediante a realização de festas etc, as vezes também veiculam anúncios comerciais e prestam serviços de áudio a terceiros.

2º) Aquelas que prestam alguns serviços comunitários, mas estão sob o controle de poucas pessoas e, em última instância, servem como meio de vida para seus idealizadores, os quais em geral também são seus donos. Ou seja, são de propriedade privada de alguém. Sua finalidade maior é a venda de espaço publicitário.

3º) Há também aquelas mais estritamente comerciais, com programação similar as das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local.

4º) Existem também emissoras de cunho político-eleitoral, ligadas a candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos políticos. Essas se proliferam mais rapidamente em períodos pré-eleitorais. Essas estão mais preocupadas em fazer “campanhas disfarçadas” de candidatos.

5º) Há ainda emissoras religiosas, vinculadas a setores das Igrejas Católica e Evangélicas. São sustentadas por suas mantenedoras e/ou pela venda de espaço publicitário. Entre elas algumas fazem programação estritamente religiosa e outras incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural, o que as aproxima das comunitárias.

Torna-se contraditório haver rádios comunitárias com estas características já que a Lei nº 9.612, em seu Art. nº 11, é clara quanto ao impedimento em manter vínculos que a subordinem ou sujeitem à gerência de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Compete ao Ministério das Comunicações, segundo a lei expedir a autorização e licenciamento de funcionamento, assim como a fiscalização do conteúdo da programação. Já a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) cabe a designação do canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, assim como certificar os equipamentos de transmissão e sua fiscalização durante a execução.

Até setembro de 2014, segundo dados do Ministério da Comunicação, existiam 4.641 rádios comunitárias autorizadas no Brasil, contendo 437 rádios na região centro-oeste, 1.408 na região nordeste, 327 na região norte, 1.538 na região sudeste, e 931 na região sul. Porém, apesar de tantas rádios existirem, uma das frequentes críticas é a lentidão e a burocracia para conquista da autorização/outorga de funcionamento. Considerando ainda que o número de outorgas foi inferior ao de fechamento das rádios, segundo dados do Procurador da República, Sérgio Suiama, em Ação Civil Pública instaurada em 2007. (BRASIL, 1998).

As RCs enfrentam diversos problemas legais. Segundo o relatório da “Audiência Temática: Situação das Rádios Comunitárias no Brasil”, publicado em 2013 e elaborado pela Associação Mundial e Rádios Comunitárias no Brasil (AMARC Brasil), Movimento Nacional de Rádios Comunitárias – Brasil (MNRC) e ATICLE 19, há uma série de fatores que provocam a criminalização das rádios comunitárias e, por consequência, seus dirigentes. Demonstraram que a burocratização no processo de outorgas, como a lentidão de até 10 anos para registro, o arquivamento de grande parte dos pedidos, entre outros, corresponde indiretamente um meio de violação à liberdade de expressão. Neste sentido, segundo o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos: “Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões”.

Estas constatações sobre a legislação que rege as rádios comunitárias, indicam que ela, paradoxalmente, não permite o funcionamento das mesmas de maneira legal. Fato este, que as leva para o exercício irregular da atividade, influenciando diretamente na criminalização das mesmas. Outro fator, segundo o relatório, é a existência de legislações que preveem sanções criminais para o exercício de rádios comunitárias sem as devidas autorizações, havendo assim uma política de fiscalização repressora. Repressão esta que não acontece na mesma medida sobre as rádios comerciais. Mesmo havendo um debate jurídico sobre a possibilidade de aplicação apenas de sanções administrativas, ocorre na verdade a aplicação judicial de sanções criminais, ocasionando na construção de um contexto de criminalização das rádios comunitárias no território brasileiro.

Em dezembro de 2009, Brasília sediou o maior encontro já realizado no País para a discussão do futuro das comunicações brasileiras desde a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), com o tema: “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”. Participaram 1.800 delegados, indicados nas etapas estaduais preparatórias, representando organizações da sociedade civil empresarial (40% do total), da sociedade civil não-empresarial (40%) e das três esferas de governo (20%). As propostas discutidas nas Conferências Estaduais e Distrital resultaram em 633 propostas aprovadas, nos 15 grupos temáticos de trabalho e na Plenária final, sendo 15 propostas

rejeitadas e 29 não apreciadas por falta de tempo. O intuito desta conferência foi colocar as três esferas juntas para discutir e possibilitar ajustes e aprimoramentos no sentido de fomentar a formulação e a implementação de políticas públicas para o setor das comunicações e telecomunicações.

Referente o eixo Produção de Conteúdo e o eixo Cidadania: Direitos e Deveres, debateu-se diversos temas, entre estes, criou-se propostas que envolviam as rádios comunitárias, as quais contemplam: criar centrais públicas de comunicação que funcionem como espaços para a produção cidadã, integrando rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas, pontos de cultura e outros equipamentos culturais, sendo geridas por conselhos públicos com participação majoritária da Sociedade Civil local. Dentre varias propostas ao longo da Conferencia, defendeu-se a necessidade das mídias, incluindo as rádios comunitárias, instituírem normas e mecanismos para assegurar que os meios de comunicação: produzam conteúdos locais e regionais; garantam a diversidade da sociedade mediante gênero, raça, etnia, cultura, orientação sexual, crianças, juventudes, idosos, pessoas com deficiência, crenças, religião, classe social etc; realizem programação de qualidade voltada para o público infantil e infanto-juvenil, não explorando a imagem de crianças e adolescentes; abram espaços para manifestação de partidos políticos, sindicatos, organizações da Sociedade Civil e movimentos sociais; e que garantam todas as condições para acessibilidade das pessoas com deficiência, aos serviços de radiodifusão.

Em síntese, as propostas aprovadas nesta CONFECOM deixam claros os problemas enfrentados pelas rádios comunitárias como, a falta de incentivo, de financiamento, de modernização em meio digital, de uma nova legislação que não a criminalize, mas que a reconheça como aparelho de participação do cidadão e de produtor de educação e cultura.

Após 50 anos de existência e nenhuma modificação do Código Brasileiro de Telecomunicações, e o engavetamento das propostas aprovadas na CONFECOM, os movimentos sociais representados pelo FNDC decidiram manifestarem-se lançando em 2003 a Campanha para coleta de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Lei da Mídia Democrática. A campanha representa a urgência da necessidade de construção de políticas públicas para a comunicação do país.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como já dito no início, o NEXIN, núcleo no qual participo, realiza estudos sobre a dimensão psicossocial da dialética exclusão/inclusão, buscando entender a dimensão psicossocial das forças reprodutoras e as de resistência, para alimentar a práxis psicossocial transformadora.

Com essa intenção, escolhi pesquisar a RC como espaço de resistência à exclusão dos direitos de cidadania de bairros pobres, de luta contra a hegemonia da grande mídia e de ser espaço de desenvolvimento do coletivo, tendo como parâmetro a dialética exclusão/inclusão para estar alerta as formas de inclusão perversa que ela pode sustentar, uma vez que está enredada na mesma rede de desigualdade social que caracteriza o Capitalismo. Como primeiro passo desse processo de conhecimento, nesta pesquisa escolhi analisar os sentidos e significados dos radialistas como uma das dimensões psicossociais, orientando-se pela teoria sócio-histórica do psiquismo com base em Lev S. Vigotski, B. Espinosa, Silvia T. Lane, Bader B. Sawaia.

Vigotski (2009) juntamente com seus colaboradores Luria e Leontiev buscavam a construção de uma nova psicologia, que superasse as duas tendências predominantes da época, a psicologia materialista (ciência natural) e mentalista (ciência mental) que considerava o ser humano somente como corpo ou mente, respectivamente. Com seus estudos mostrou que o ser humano é multideterminado, complexo e em movimento, tendo ao mesmo tempo uma dimensão biológica, social e psicológica. Para analisar esta unidade de diversos, o autor recorre ao conceito de mediação, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários desta relação. Nesta concepção o sujeito é mediado pelo social e também provocador de transformações no meio social.

Os signos são um direcionador das ações psicológicas no ser humano, os quais são elementos que representam objetos, eventos ou situações. O desenvolvimento do homem vai se concretizar a partir do processo de internalização e pela utilização do sistema simbólico, o qual faz uso dos signos internos, ou seja, representações mentais que substituem os objetos do mundo real, as quais se organizam em sistemas simbólicos. Vigotski (2009) valoriza os tipos de mediadores, os instrumentos que potencializam a mão, ou a mente com os signos. As ações concretas do sujeito sobre o mundo são facilitadas pelos instrumentos, como, por exemplo, o uso da calculadora para a realização de cálculos de matemática

A linguagem é um sistema simbólico de representação da realidade. Segundo Vigotski (2009), a linguagem tem duas funções básicas: a primeira é a de intercâmbio social, isto é, a linguagem serve para a comunicação entre os semelhantes. A mola propulsora do desenvolvimento da linguagem é a necessidade que o ser humano tem de se comunicar com seus pares. Para tanto, é importante que se utilize signos compreensíveis por outras pessoas, signos compartilhados que possam exprimir sentimentos, vontades, pensamentos, entre outros.

Assim, a linguagem se torna um instrumento de pensamento, na qual é aprendida pelo sujeito mediante interação com a cultura, ao mesmo tempo que interioriza os significados dominantes.

Os significados são construídos ao longo da história da humanidade pelas ações e trabalho dos homens, no qual os grupos humanos modificam esses significados de acordo com suas relações sociais e com o mundo em que vivem.

Segundo Vigotski (2009) o significado da palavra, refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. Assim, os significados propiciam a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo real por meio da linguagem, de forma que “O significado é parte inalienável da palavra como tal, pertence ao reino da linguagem tanto quanto ao reino do pensamento. Sem significado a palavra não é palavra mas som vazio. Privada do significado, ela já não pertence ao reino da linguagem”. (VIGOTSKI, 2009, p. 10). Nesta ideia, o significado torna-se um fenômeno da linguagem e também do pensamento.

Para o teórico, a linguagem possui função comunicativa, um meio de enunciação e comunicação. Mas, é preciso ressaltar que nesta perspectiva teórica, “a comunicação sem signo é tão impossível quanto sem significado”. (VIGOTSKI, 2009, p. 13). Complementando que só conseguimos nos comunicamos através da generalização e do desenvolvimento do significado da palavra. Entendendo que a generalização é uma classe de estados conhecidos pelo interlocutor, que permite a expressão e a compreensão daquele que ouve.

O teórico russo, aponta ainda outra dimensão do significado da palavra: o sentido. O sentido, por sua vez, refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo. A partir dos avanços do psicólogo Frederic Paulhan na construção

entre o significado e sentido no uso da linguagem, Vigotski (2009, p. 466) afirma que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. É todo um complexo, fluído e dinâmico, que tem varias zonas de estabilidade desigual.” Sendo o significado apenas uma destas zonas do sentido, porem é a mais estável. Uma palavra adquire o sentido no contexto do seu surgimento, e quando está em contextos diferentes pode alterar seu sentido. Dessa forma o significado permanece estável ao longo das alterações do sentido.

Segundo Vigotski (2009, p. 466) no pensamento de Paulhan o sentido de uma palavra:

[...] é um fenômeno complexo, móvel, que muda constantemente ate certo ponto e conformidade com as consciências isoladas, para uma mesma consciência e segundo as circunstâncias. Nestes termos, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra só adquire sentido na frase, e a própria frase só adquire no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, o livro no contexto de toda a obra de um autor.

Segundo Vigotski (2009), Paulhan mostra que existe uma independência na relação entre palavra e sentido, muito mais do que na relação entre palavra e significado, na qual o sentido de uma frase está conexo com toda a frase, e não apenas com palavras isoladas. Permitindo que uma palavra seja substituída por outra sem que ocorram mudanças no sentido da frase ou texto.

Vigotski (2009) assinala que a comunicação só pode ocorrer de forma mediata, na qual o pensamento primeiramente passa pelos significados, e depois pelas palavras. Aponta ainda que o pensamento é gerado pela motivação, por uma tendência afetivo-volitiva, ou seja pelos desejos e necessidades, interesses e emoções, mostrando que por traz de cada pensamento há uma base afetiva-volitiva. Portanto, na fala sempre há um pensamento oculto, o subtexto.

Nesta perspectiva Vigotski (2009, p. 102) afirma que “[...] para compreender os projetos, as escolhas e os motivos do homem é importante conhecer a sua afetividade”. Defendendo assim a ideia de que o aspecto intelectual (pensamentos) não está separado do afetivo-volitivo (sentimentos e emoções), e que juntos constituem a base da consciência humana. O teórico, nesta perspectiva mostra que os sentimentos e as emoções configuram interações complexas entre o cognitivo e o afetivo, sendo os afetos a base da consciência humana. Portanto, torna-se fundamental investigar o subtexto do discurso para fazer a análise do sujeito, pois compreendê-lo equivale ao

encontro da base afetivo-volitiva do pensamento, e realizar a análise psicológica é o mesmo que descobrir o plano interior escondido pelo pensamento verbal, que é a motivação.

Neste pensamento, a teoria sócio-histórica oferece pressupostos que definem o psicológico como de natureza sócio-histórica, o que significa que para analisar questões psicossociais é preciso situá-las historicamente e vice-versa. Considera-se assim que um indivíduo só existe como um ser social, na medida em que seu contexto segue o trajeto do desenvolvimento histórico, e que “a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável [‘quantum’] dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última”. (VIGOTSKI, 2004, p. 02). Neste sentido, Vigotski vai buscar nas reflexões de Marx sobre o capitalismo para enfatizar o tema da corrupção da personalidade humana, a qual considera que é provocada pelo crescimento da sociedade capitalista industrial, entendendo que há uma divisão extrema entre o trabalho intelectual e o físico; a pobreza e o luxo; a exploração do trabalho e o ócio; mostrando que o homem torna-se fragmentado, na medida em que o trabalhador só vai existir em função do processo de produção que é serializado, evidenciando ainda o caráter das diversas classes sociais existentes. Todo esse processo de mudança que o homem sofre, causa uma degradação física e intelectual de sua personalidade e de seu potencial de crescimento. Podemos extrair assim que é essa degradação social, física, mental e emocional que os excluídos vivenciam na sociedade em todas as instâncias.

No enfrentamento a essa degradação, Vigotski (2000) defende a ideia de *homo duplex* e a necessidade da psicologia atuar sob duas teorias que cruzam: a psicológica e a social.

Este referencial teórico foi trazido e debatido no Brasil principalmente pelo trabalho de Silvia T. Lane, uma das principais lideranças na construção de uma psicologia social crítica, norteadas pela ocupação de espaços com o exercício da autonomia dos sujeitos, visando a superação da desigualdade para uma transformação social. Lane (1997, p. 16) buscou nesta perspectiva epistemológica “a reconstrução de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo” visando a possibilidade de uma intervenção na rede de relações sociais, na qual o indivíduo é definido e define-a.

Sawaia, nesta direção oferece um conceito rico para entender a desigualdade na sociedade capitalista, a dialética exclusão/inclusão. Este conceito é constituído por três

dimensões, sendo: a dimensão objetiva/econômica, da desigualdade social; a dimensão ética, da injustiça e discriminação social; e a dimensão subjetiva, do sofrimento psicológico, denominando de ético-político. O processo dialético de exclusão/inclusão é causado por uma história de desigualdade social, demarcada por processos de discriminação e de inclusão excludente, ou uma inclusão perversa. (SAWAIA, 1999).

Neste sentido, Arouca (2011, p. 135), aponta que “De todos os lados que se olhe, veremos que a matriz dialética exclusão/inclusão é imprescindível em qualquer análise que se trave sobre comunicação”. Baseada na afirmação de Sawaia (1999), em que a sociedade exclui para incluir, aponta que essa condição implica num aspecto perverso da inclusão, o seu aspecto ilusório, na qual a exclusão é vivida como inclusão: uma forma de exclusão que não abale a ordem social.

Completando esta análise, ela cita a reflexão de Agambem (2004) que destaca o processo social por meio do qual a vida humana se inclui na ordem jurídica unicamente sob a forma de exclusão. Assim, a exclusão é configurada por violações de direitos e pelo impedimento de autonomia, porém não aparecem claramente dessa forma, diante dos processos de sujeição nas práticas políticas.

Na concepção de Agambem (2004) há uma diferença entre pertencer e estar incluído. Incluir é fazer parte de um conjunto, formando com ele uma unidade. Entretanto, muitos pertencem a sociedade, sem estarem incluídos. Em termos políticos, tal analogia revela que os indivíduos só podem estar incluídos em uma situação se estiverem representados pelo Estado, manifestando um estado de exceção onde a suspensão da norma é a própria norma.

Essa análise, reforça a ideia da dialética exclusão/inclusão que indica o impasse de estar fora e pertencer, ação essencial à ordem jurídica que esta deve buscar, por todos os meios, assegurar uma relação com ele, como se para se fundar, ela devesse manter necessariamente uma relação com essa dialética.

Arouca (2003) indica que as estratégias discursivas e a forma operacional da mídia, a partir do programa: telejornal popular Cidade Alerta, ao nomear e localizar os entrevistados pobres sob a marca da exclusão, não apenas sedimenta uma discussão improdutiva sobre a desigualdade e a pobreza, como também não a problematizam, ao contrário, fazem com que os chamados excluídos ascendam a posição de já incluídos, porém de modo marginal, precário. Apresentando a miséria humana como espetáculo, atrelando a identidade dos mais pobres ao exótico.

A autora mostra que os meios de comunicação: põe em circulação ideias, e dão aparente materialidade a elas, produzidas nas relações de poder, sustentando identidades estigmatizantes, e excludentes, pois a mídia embute na “arena pública a noção de que existe uma realidade a ser apresentada e que a mídia e o jornalismo, [...] dão conta dessa realidade”. (AROUCA, 2011, p. 72). Porém, a mídia apresenta uma falsa aparência da realidade, pois são produzidos na lógica dos “negócios”.

Baró (1987) também oferece reflexões importantes nesta direção, especialmente sobre a identidade atribuída ao Latino Indolente, que aceita resignadamente sua exploração, definindo o fatalismo no centro dessa subjetividade: sensação de que não se pode fazer nada.

Buscando estratégias de luta que tenham como norte a superação das condições de opressão, Baró (1981) criou o Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP) para realizar pesquisas empíricas sobre a opinião pública, com ampla repercussão nacional e de aberta crítica ao que era veiculado de forma oficial. Desejava com isso, dar voz aos oprimidos e derrubar o senso comum que agia para justificar e naturalizar as condições de exploração dos povos. Um exemplo, é a pesquisa divulgada após a eleição do candidato de direita, Alfredo Cristiani, em 1989, a qual indicou que 75% da população considerava importante que o governo abrisse diálogo e negociasse com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), porém a informação que circulava nas mídias até então era de que a população via a necessidade de continuar a guerra e destruir militarmente a FMLN, já que não havia diálogo possível. Esta pesquisa tencionou a opinião pública ao debate, e ao final, o candidato eleito se mostra aberto a iniciar negociações com a frente armada, numa tentativa de redemocratização e promoção de uma forma mais consistente de governabilidade. (BARÓ, 1981).

Em síntese, uma das estratégias da mídia é ocupar o lugar do estado, do espaço público, a partir da desqualificação das opiniões. Seu estudo mostra que na televisão, cenas de exclusão são apresentadas como brincadeira, bate papo informal e piada, colocando o sofrimento como uma espetacularização, repetido-a muitas vezes até que se esgote e passe para o limite da tolerância. (AROUCA, 2011, p. 135). Sustentada pela concepção da dialética exclusão/inclusão aponta que pelas mãos da mídia a periferia e a cidadania viram show – atração.

Chauí, (2006) também assinala este aspecto ao discutir a destruição da esfera da opinião pública, critica a mídia, entre outros aspectos, por fazer um apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública,

quando se limita apenas a questionamentos tais quais: o que você sentiu/sente com isso? Gosta ou não? Aponta assim que os assuntos se equivalem, sendo todos referentes a gosto ou preferência, tornando-os banais. Abolindo a diferença entre espaço privado e público, mediante a formação da opinião pública, a qual antes “era um juízo emitido em público sobre uma questão relativa à vida política, era uma reflexão feita em público e por isso definia-se como uso público da razão e como direito à liberdade de pensamento e de expressão”. (CHAUI, 2006, p. 10). A pesquisadora marca que o jornalismo tornou-se rápido, barato, inexato, partidarista, transmissor de informações pouco confiáveis, não investigativo, opinativo, e protagonista da destruição da opinião pública, sendo um dos motivos o fato de que os meios de comunicação tradicionais sempre foram propriedade privada de indivíduos e grupos, exprimindo seus interesses particulares.

Por isso, ao estudar RCs, devemos inseri-las na dialética exclusão/inclusão, que alerta para formas sutis de inclusão perversa como a cristalização de identidade negativa dos pobres, mantendo-os no mesmo lugar, criando falsas afetividades. Porém, essas reflexões não significam que devemos negar o potencial das RCs, pois nesse momento o processo de destruição do espaço público continua, agora, mais eficiente e com maior amplitude com os celulares e a Web, indicando a maior necessidade de instrumentos com capacidade de colocar as pessoas em relação, em discussão política, que possibilitem o comum, instigando a co-participação do público. Abrindo possibilidades de debate público essencial a qualquer democracia.

Consideramos que cada ação individual ou coletiva, possui uma atitude afetiva no espaço público e no privado, como por exemplo: a indignação moral que pode manifestar-se como raiva e alcoolismo na intimidade, e como passividade ou rebelião na vida pública. (SAWAIA, 2002). Nesta reflexão vemos que os afetos perpassam a vida toda do homem. Assim havendo uma íntima correlação do afeto nas atitudes da esfera pública e privada.

Neste entendimento os aspectos intelectuais do afeto, seria um equívoco segundo Vigotski (2007, p. 16):

Quem separou desde o início o pensamento do afeto fechou definitivamente para si mesmo o caminho para a explicação das causas do próprio pensamento, porque a análise determinista do De igual maneira, quem separou o pensamento do afeto inviabilizou pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades, interesses, motivações e tendências motrizes do pensamento, que lhe orientam o movimento neste ou naquele aspecto. De antemão o estudo da influência reflexa do pensamento sobre a parte afetiva e volitiva da vida psíquica, uma

vez que o exame determinista da vida do psiquismo exclui, como atribuição do pensamento, a força mágica de determinar o comportamento do homem através do seu próprio sistema, assim como a transformação do pensamento em apêndice indispensável do comportamento, em sua sombra impotente e inútil.

Para discutir os afetos, Vigotski se apoia na filosofia monista de Espinosa, que apresenta uma conexão entre razão e emoção e entre corpo e mente. Para Espinosa os afetos deveriam ser entendidos como parte estruturante da condição humana e não como algo inútil que deveria ser eliminado ou evitado.

O filósofo holandês destaca que o afeto é uma dimensão abrangente de transição do corpo e mente, sendo uma parte de uma substância una, introduzindo esse termo para indicar as variações de tonalidade ético-política da mesma: “quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão” (ESPINOSA, EIII, Definição III).

A Ética espinosana concebe o homem como um ser de desejo, uma potência de perseverar na própria existência, sendo um direito que cada um tem enquanto condição ontológica de se expandir. Espinosa aponta que é a qualidade dos encontros com outros corpos que permitem a intensidade da potencia para a superação da servidão e a busca pela liberdade. A essa potência de vida Espinosa denomina de *conatus*, sendo as afecções que sofremos nos encontros que determinam a composição ou decomposição do *conatus*. Dessa forma, quando sentimos a potência aumentada, o sentimento que invade o corpo é de alegria (autonomia) e quando diminui, é de tristeza (heteronomia). (SAWAIA, 2004, p. 26).

Sentimos alegria quando pensamos autonomamente e agimos sem submissão e afastando tudo que cause medo, tristeza e gere superstição. Em síntese, as afecções que sofremos nos encontros com outros corpos determinam a composição ou decomposição do *conatus*, ou seja, a potência de ação. Uma afecção pode ser ativa ou passiva, dependendo das ideias (adequadas ou inadequadas) que temos das forças externas que nos afetam, podendo ser resultados de uma causa interna ou externa, aumentando ou diminuindo a potência de ação, na medida em que “As ações da mente provêm exclusivamente das ideias adequadas, enquanto as paixões dependem exclusivamente das ideias inadequadas”. (ESPINOSA, E III, Definição III).

Dessa forma, o conhecimento das causas dos afetos, é um importante acesso à emancipação, e da mesma forma, o seu contrário: o não conhecimento das causas das afecções ativas ou passivas nos prende ao reino da ilusão, e assim nós podemos lutar

pela própria servidão, julgando ilusoriamente que se age visando à liberdade. (ESPINOSA, E III e IV).

Espinosa defende que a potencia de vida é inerente ao homem e é direito natural do homem defende-la e não submetê-la.

Sawaia (1999) aponta a relação que Espinosa faz entre afetos e a ética, defendendo que as emoções são fundamentais a uma psicologia voltada às questões políticas. Pois, como bem aponta Espinosa, a precariedade da existência devido às condições sociais, só faz aumentar a superstição, a ilusão e a paixão, diminui o autocontrole, e impedem a potência de ação. (SAWAIA, 2014b).

Visando combater a servidão, Espinosa, entende que "a potência comum é mais poderosa do que o *conatus* individual" (ESPINOSA, TTP, cap. II, §13). Por isso, afirma que "nada é mais útil ao homem que o outro homem" (ESPINOSA, E IV, prop. 35), deixando claro que essa vontade comum é a base da criação da sociedade, defendendo que "a sociedade nasce do consenso de que a constituição de um comum possibilita a fortalecimento do *conatus* de cada um" (ESPINOSA, TTP, cap. II e V). Nesta perspectiva, Espinosa (TTP, cap. II e V) defende que a democracia é o único estado com aptidão para produzir um mundo comum, pela operatividade de um Direito comum de potencializar a vida, pois é regime em que a potência coletiva não está cristalizada em um indivíduo ou grupo particular, mas que permanece em posse do comum, a qual se dá pelos bons encontros potencializadores.

Neste sentido, Espinosa apresenta um conceito importante para a análise das RC como um espaço onde continuamente deve-se ter a alegria de ter o direito em participar, de discutir legislações que serão colocadas em prática. E temos que lembrar as considerações de Vigotski, o qual reforça que pensar e sentir estão conectados, assim como a ação contempla o pensamento e a emoção.

O que nos indica a necessidade de espaços públicos para o debate, a discussão com liberdade, para fortalecer o comum, o que pode ser favorecido pelas RCs.

## **2.1 Método e metodologia**

A luz dos pressupostos teóricos foram planejados os instrumento de investigação de informações necessárias á reflexão do objetivo da pesquisa, que foi sendo desenhado a medida que nos aproximávamos da temática.

Como já apontado, o levantamento bibliográfico indicou a RCH a mais reconhecida pela história, atuação em prol da comunidade e pioneirismo da emissora em São Paulo. Assim, definimos pela análise de uma única emissora, na forma de estudo de caso. Também auxiliando na definição do recorte psicossocial da problemática, o olhar do radialista, bem como estabelecer um debate teórico. Uma vez definido o campo, os sujeitos e os objetivos, passamos a visitar o campo, para observar o cotidiano da comunidade e da rádio, para entrevistar os radialistas, acompanhar reuniões, e viver empiricamente o cotidiano da comunidade, sendo todos registrados em diário de campo.

Como o objetivo de conhecer a rádio pelos sentidos dos radialistas foram realizadas 18 entrevistas individuais semi-estruturadas com radialistas e com a diretoria da emissora, assim como a análise da programação da emissora e de documentos sobre a Rádio Comunitária Heliópolis FM e a UNAS.

Percebeu-se ao longo da pesquisa a repetição de informações que se buscavam sobre a relação dos entrevistados com a emissora, assim como sua relação com a comunidade e a UNAS. Para a exposição do estudo, escolheu-se uma entrevista, das demais, baseando-se nos critérios de amostra representativa, escolhemos assim um radialista morador da comunidade, ou seja, que acompanha o movimento da própria comunidade; está entre os quatro radialistas que participam há mais tempo na emissora, tendo acompanhado o movimento dos participantes diretos e indiretos e da própria emissora, e também tendo atuado em várias funções ao longo do tempo. Também, porque sua entrevista contém todos os sentidos dos demais. As exceções, e diferenças estão apontadas ao longo da análise.

Apesar de não ser o objetivo da pesquisa, ao ser apresentada aos sujeitos reivindicaram uma contribuição à emissora, na qual a pesquisadora se comprometeu em elaborar um registro da história da emissora, dos radialistas e de um momento histórico, no qual a emissora se encontra, assim como apontamentos que indicarão a superação das dificuldades a partir dos encontros e entrevistas realizados na emissora.

Pressupõe-se que os radialistas, a partir da participação na pesquisa, possam refletir sobre sua história na emissora e sobre sua atuação na mesma, assim como sua interação como o grupo de radialistas e seu papel na relação com a comunidade de forma ampla e com os projetos sociais da comunidade.

A pesquisa foi registrada e aprovada pelo Comitê de Ética, inclusive possuindo os respectivos Termos de Consentimentos Livre e Esclarecidos (TCLE), conforme resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, a qual

se refere às diretrizes de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Dessa forma, garante-se que a pesquisa segue os princípios básicos de: autonomia; não maleficência; beneficência; justiça e equidade, descritos na referida Resolução. Utilizou-se como norte a Resolução 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que estabelece como obrigação do psicólogo a responsabilidade pela pesquisa em avaliar os riscos envolvidos tanto pelos procedimentos como pela divulgação dos resultados, para proteger os participantes e as comunidades às quais pertençam.

Também tomou-se cuidado para iniciar a pesquisa, primeiramente introduzindo-se e explicando minuciosamente a pesquisa aos radialistas, sujeitos da pesquisa e à direção da UNAS, adquirindo o vínculo com ambos no decorrer da pesquisa a partir de um contato com outra pesquisadora que apoiou no início desta investigação.

Para análise dos dados obtidos se utilizará dos pressupostos da própria teoria da psicologia sócio-histórica, partindo da ideia de subtexto, onde se encontram os sentidos, muitas vezes não revelados pela análise linguística. (VIGOTSKI, 1999).

Neste entendimento, o autor aponta que se deve compreender linguagem e sentido a partir das relações sociais em que o sujeito se configura, permitindo que sejam identificadas as construções que o limitam ou que possibilitam seu desenvolvimento. (VIGOTSKI, 1999 e 2009). E mais, que o sentido da experiência nem sempre é explícito, portanto é preciso conhecer o subtexto, a base afetivo-volitiva de seu agir e falar, no qual compõe um “sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem, [...] mostrando que cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere”. (VIGOTSKI, 2009, p. 07). Permitindo assim, que possamos entender a trajetória das necessidades e impulsos que seus pensamentos moveram o sujeito até a atividade, e também possibilitando o seu caminho inverso.

Com este intuito, o teórico desenvolveu um método de análise psicológica, na qual há 03 (três) funções principais a serem consideradas: a análise do processo em oposição a uma análise do objeto, “a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos” (VIGOTSKI, 2007, p. 63); uma análise explicativa, e não descritiva, a qual objetiva “mostrar a essência dos fenômenos psicológicos em vez de suas características perceptíveis” (VIGOTSKI, 2007, p. 66), considerando que dois tipos de atividade podem manifestar-se externamente da mesma maneira, porém sua essência, ou origem pode diferir profundamente; e ainda uma

análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura, na qual é preciso compreender a sua origem, concentrar-se no processo estabelecido e não no produto apenas, muitas vezes alterar o caráter automático, mecanizado e fossilizado das formas superiores, retornando a sua origem através do próprio processo histórico, na qual:

Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa, abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa, em todas as suas fases e mudanças – do nascimento à morte –, significa fundamentalmente, descobrir sua natureza, sua essência, um vez que “é somente em movimento que um corpo mostra o que é” assim, o estudo histórico do comportamento não é um aspecto auxiliar do estudo teórico, mas sim sua verdadeira base. (VIGOTSKI, 2007, p. 68).

Assim, Vigotski (2000) preocupa-se em apontar que o psicológico é histórico, portanto não pode ser compreendido fora do contexto histórico e social, ou seja com processualidade, movimento e contradições. Processo este que não ocorre harmonicamente ou ordenadamente, mas sim dialeticamente, movendo-se pelo confronto de contrários. Assim, o autor propõe que o psiquismo deve ser olhado como drama, pois este “está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama” (VIGOTSKI, 2000, p.35). Assim entendendo que o drama sempre é luta de ligações contraditórias (dever e sentimento), ou seja, se dá como um conflito em cada sujeito, nas interações sociais, reforçando assim que o psiquismo não é somente biológico ou patológico.

Interessa, nesta pesquisa levantar os significados, mas também os sentidos singulares dos radialistas sobre a comunidade, função da rádio, sua relação com a UNAS, e seu potencial enquanto coletivo. Estes sentidos envolvem o pensar, sentir e agir singulares, pois “por meio dos signos o homem, que Vigotski vê como uma espécie de “órgãos sociais”, o indivíduo assimila o seu comportamento, inicialmente o exterior e depois o interior, assimilando as funções psíquicas superiores”. (VIGOTSKI, 2009, p. VII), para alcançá-los o autor aponta a necessidade de obter a análise do subtexto. Os sentidos serão analisados na entrevista de um radialista, complementando-o com as demais 17 entrevistas, na medida em que apresentem diferenças e com registros de diário de campo.

Para tanto, a análise dos dados é feita em duas etapas: A primeira, levantar os significados da RCH contida nos documentos, nas falas dos dirigentes e na legislação, a

segunda constitui a busca dos sentidos e ações comuns e singulares, organizando-os em categorias referente ao objetivo da pesquisa, buscando compreender a vinculação da RCH à comunidade, aos projetos sociais desenvolvidos pela UNAS, ao oferecimento de espaço para debates e para participação da comunidade, apoio aos movimentos sociais, abertura de debates sobre questões locais, e a criação do sentimento de pertencimento à um grupo.

Em seguida se debruçará sobre esta compreensão buscando elaborar hipóteses sobre o subtexto, o qual é elaborado pela mediação das categorias analíticas de nosso referencial teórico, pelo debate com a literatura, buscando refletir sobre seu potencial para a integração local, o fortalecimento dos laços de comunidades e para a ação coletiva transformadora, a fim de oferecer subsidio ao debate sobre seu potencial de criação de espaço público e participação da comunidade.

Para Vigotski, a análise que se ocupa de agrupamentos de elementos deve ser substituída pela análise que sintetiza unidades num todo complexo. Unidades essas que representam “à diferença dos elementos, aqueles produtos de análise que não perdem as propriedades inerentes ao conjunto, mas que preservam, de forma primária, essas propriedades próprias do conjunto” (VIGOTSKI, 2010, p.686). Neste sentido, para identificar essas unidades de análise é necessário compreender a história, os significados/sentidos, identificar o afetivo/volitivo e suas contradições, superando “a proposta do método da decomposição em elementos, que desmembra em várias unidades desconexas a unidade complexa do pensamento que está articulada em função do contexto social no qual é realizada a análise”. (PRIM, 2004, p. 97),

Para tanto, realizou-se a leitura exaustiva do diário de campo, e das transcrições das entrevistas buscando as unidades de sentido comuns e individuais, as quais foram definidas e serão abordadas mais adiante neste capítulo, sendo: Rádio; Ouvintes/Comunidade; Comum; e Educação.

### 3 RÁDIO COMUNITÁRIA HELIÓPOLIS FM, HELIÓPOLIS E UNAS

Reconhecendo a fundamental importância da descrição histórica do contexto social estudado (Vigotski, 2000) o presente capítulo tem por fim a descrição da comunidade pesquisada, Heliópolis, a partir de documentos fornecidos pela UNAS, de referenciais da bibliográficos e de dados coletados nas entrevistas com os radialistas, diretores, e conversas informais na comunidade.

Quanto à descrição da RCH, seu funcionamento e do perfil dos radialistas, elaborou-se a partir das 18 entrevistas elaboradas com os radialistas e diretores da rádio, e também a partir das observações realizadas nas reuniões e no cotidiano acompanhado nas visitas descritas brevemente em ordem cronológica, registradas em diário de campo e apresentada a seguir:

O contato inicial com a RCH deu-se no dia 27.04.2015 guiada por uma colega de estudos do NEXIN, a qual realizou seu Estágio em Psicologia em dois projetos organizados pela UNAS, portanto a mesma já possuía contato com a instituição e pode me auxiliar nesta etapa da pesquisa.

Neste mesmo dia desenvolvemos uma longa conversa com João<sup>2</sup>, um dos diretores da UNAS e da RCH, nos recebeu com muita atenção na sede da UNAS, onde pôde apresentar a história da UNAS, seus projetos dentre eles a RCH, e também pude expressar o desejo em conhecer a comunidade, a UNAS e a RCH. Assim, ao final da conversa, visitamos a rádio, ouvimos mais sobre sua história de luta, dificuldades atuais e também acompanhamos a entrevista de uma banda local guiada pelo radialista Bruno.

Em seguida, conhecemos o projeto Facebook, no qual participamos de uma das aulas oferecidas para a comunidade, visitamos o Centro Educacional Unificado Arlete Persoli (CEU), e conversamos com Pereira, uma figura que tem um reconhecimento junto à comunidade por sua militância desde a década de 70, comprometido desde o início na luta pela moradia na comunidade, juntamente com sua esposa.

A segunda visita ocorreu dia 22.05.2015, sendo recebida por Amanda, funcionária da UNAS, pois João estava em reunião. Com muita atenção mostrou-me a biblioteca comunitária onde explicou com muitos detalhes sobre o funcionamento da UNAS, sua divisão espacial, estratégia de gestão, e a estrutura financeira dos vários projetos. Carinhosamente convidou-me para sua sala de trabalho que encontra-se no

---

<sup>2</sup> Respeitando os paradigmas éticos do anonimato que perfazem a pesquisa científica, os nomes que seguem são fictícios.

terceiro andar da biblioteca comunitária, onde continuamos por horas a conversa sobre as ações desenvolvidas na comunidade, o número de movimentos sociais por diversas temáticas, e sua luta histórica por direitos.

Neste dia, juntamente com João e Amanda, almoçamos em um CCA que encontra-se no CEI Arlete Persoli, onde perguntaram por minha história de vida pessoal e motivo profissional de estar ali. Em seguida apresentaram vários espaços que não havia conhecido no primeiro dia de visita, dentre eles a biblioteca, que ainda não havia sido inaugurada, o qual contém um espaço grandioso e bem equipado estruturalmente, com diversos livros novos espalhados pelos 03 (três) andares da biblioteca.

Ao final do dia conversei com João sobre a RCH, o qual questionou sobre uma proposta de trabalho, e neste momento falei sobre uma proposta de estudar a importância da rádio para a comunidade, sua relação com os demais movimentos e projetos integrantes da UNAS, a partir da visão dos radialistas, podendo ao final fazermos uma conversa com o grupo para discutirmos a partir das questões apontadas pelos próprios radialistas. Foi quando João demonstrou interesse no trabalho, ficou entusiasmado sugerindo várias questões a serem apontadas, e convidou-me para participar da próxima reunião da rádio.

Também a convite de João e Amanda, no dia 11.06.2015 participei da 17ª Caminhada pela Paz. Durante o caminho para o evento já ouvia a rádio pelo celular e acompanhava as transmissões ao vivo do radialista Marcelo para a emissora, apresentando entrevistas com os participantes da caminhada, entidades políticas presentes, entre outros. Fato que indicou a efetiva relação da rádio com os eventos na comunidade, e o comprometimento em transmitir aos moradores a informação sobre ela mesma.

A quarta visita ocorreu, dia 13.06.2015, com o objetivo de participar da reunião dos radialistas e diretores da emissora, a qual teve duração de 03 (três) horas. Encontro em que fui apresentada para a equipe, juntamente com a proposta de estudo, tendo todos aceito a ideia, dando sugestões e fazendo brincadeiras. Na reunião, ficou claro o movimento do próprio grupo com conflitos pela diversidade de opiniões, mas o interesse de todos pela programação da rádio visando sua melhoria.

Em seguida agendei entrevistas com os radialistas e diretores, as quais ocorreram nos dias 26, 27 e 28.06.2015 totalizando 13 entrevistas. E nos dias 03 e 04.07.2015 outras 5 entrevistas, tendo também acompanhado uma reunião da equipe da rádio no último dia.

Neste período, decidiu-se por ficar o maior tempo possível na comunidade visando a importância de conhecer a rotina e poder vivenciar da forma mais intensa o que se vive pelos sujeitos pesquisados, assim permaneci por 05 (cinco) dias na comunidade.

### **3.1 Comunidade de Heliópolis e criação da UNAS**

Heliópolis é um bairro de São Paulo localizado no distrito de Sacomã, na zona sudeste da cidade. A área onde hoje se localiza o bairro pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). Foi por volta de 1969 que boa parte do terreno foi destinada à construção do Hospital Heliópolis e do Posto de Assistência Médica (PAM), sendo outra parte desapropriada para uso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e parcialmente negociada com a Petrobras. A ocupação desta área começou neste período, por alguns operários que trabalhavam na obra do Hospital e logo depois, em 1971, a Prefeitura de São Paulo alojou provisoriamente neste terreno 153 famílias, retiradas das favelas de Vila Prudente e Vergueiro, pois haviam sido desocupadas para a construção de vias públicas. Assim, o alojamento se tornou permanente e outras famílias sem moradia começaram a construir barracos na comunidade. Em 1978 o governo transferiu outras sessenta famílias, da Favela Vergueiro, para os alojamentos provisórios construídos na mesma área de Heliópolis. (ZANDONADE, 2013). Logo em seguida, grileiros começaram a bater de porta em porta dizendo serem “donos” das terras e cobrando aluguel. A partir desta situação iniciou-se a luta dos moradores pela moradia, contra grileiros que possuíam interesse em comercializar terrenos, contra ordens de despejo da própria prefeitura, incluindo confrontos com a polícia, e também para exigir do Poder Público, escrituras das casas, acesso à infraestrutura urbana e aos serviços sociais.

Fazendo assim surgir, em 1986, a UNAS, num período de criação das associações no bairro para alcançar maior representatividade. E em 1989 teve seu estatuto regulamentado, tornando-se uma entidade sem fins lucrativos. Foi criada, inicialmente, para organizar os moradores da comunidade de Heliópolis na luta pelo direito à moradia e posse da terra. Porém, com o passar do tempo ampliou seus objetivos, tendo como missão: Contribuir para transformar Heliópolis e Região num bairro educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade. Fundamentando-se nos princípios de autonomia, responsabilidade, solidariedade, escola

como centro de liderança na comunidade onde esta inserida, considerando que tudo passa pela educação.

Em suas iniciativas a UNAS baseia-se nos tratados de Direitos Humanos brasileiros, destacando que a pessoa é sujeito de direitos, independente da idade, orientação sexual, ou religião, visando fortalecer sua autonomia para a efetivação da cidadania.

A instituição elegeu a educação como prioridade em seus projetos, pois considera que a educação emancipada traz oportunidades de emprego, consciência política e social. As ações da UNAS possibilitaram o controle social da comunidade para com o poder público, de modo que o mesmo respondesse as iniciativas propostas. Fato que ocasionou a participação da prefeitura, desde o início, sendo 28 anos de intervenções no bairro através das iniciativas apresentadas.

A grande maioria da população que formou a comunidade é de origem nordestina, os quais vieram em busca de emprego e melhores condições de vida. Além das dificuldades que já enfrentava na época, existia muito preconceito com moradores desta favela, da forma que aqueles que diziam morar em Heliópolis não eram contratados. Contra o histórico de preconceito, desigualdade e falta de políticas públicas, a UNAS buscou rebater com investimento em mobilização social a partir da utilização da educação como instrumento de ação, no qual se desenvolveu projetos sociais enquanto ações políticas que oferece autonomia, por meio de ações coletivas para construção de cidadania para todos. (Revista Heliópolis em Pauta).

Atualmente, segundo dados fornecidos pela UNAS, a comunidade possui cerca de 200 mil habitantes, no qual 70% é formada por jovens, concentrados em uma área de 1 milhão de metros quadrados, à 8 km do centro da cidade. Dividido em 14 glebas (termo utilizado para dividir o bairro) o território possui como áreas limítrofes o Município de São Caetano, a Avenida Juntas Provisórias, a Avenida Almirante Delamare, a Estrada das Lágrimas e o Córrego Independência em São João Clímaco. (SILVA, 2011). O bairro é composto por moradias de alvenaria, e sua grade maioria com mais de um piso, visualmente sendo construídas verticalmente. E também possuindo pequenos estabelecimentos comerciais, tais como bares, padarias, mercados e farmácias, lojas de roupas, salões de beleza, oficinas de automóveis, entre outros.

A partir de anos de reivindicação e articulação entre a UNAS, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Salles (EMEF), o arquiteto Ruy Ohtake e membros do poder público, inaugurou-se em maio de 2015 o Centro de Educação

Unificado Profa. Arlete Persoli (CEU Profa. Arlete Persoli). O local ocupa uma área de 47.799 m<sup>2</sup>, comportando neste espaço um teatro infantil, uma biblioteca, duas piscinas, duas quadras poliesportivas, e a Torre da Cidadania – edifício para atividades culturais e educativas multidisciplinares que comporta: teatro, marcenaria, gastronomia e telecentro, entre outros atrativos. O espaço também comporta a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Presidente Campos Salles, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Antonio Francisco Lisboa, a Escola Técnica Estadual (ETEC) de Heliópolis, e os Centros de Educação Infantil (CEIs) Heliópolis I, II e III. Neste espaço também é possível acessar a internet gratuitamente mediante o projeto da Prefeitura de São Paulo “WiFi Livre SP”. A intervenção possibilitou ainda a instalação de praças de convivência, paisagismo e adequação dos acessos com novas rampas. No CEU são oferecidos diversos cursos gratuitos para toda comunidade, e todas as idades, como por exemplo, aulas de teatro, capoeira, inglês, tai-chi-chuan, karatê, ballet, matroginástica, ginástica rítmica, dança, artes visuais, entre outros.

Ao longo da trajetória de luta por direitos e com o investimento do poder público conquistaram-se diversos serviços de saúde na comunidade. Desde a construção do Hospital Heliópolis, em 1970, foram instaladas mais 03 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 01 Estratégia de Saúde da Família (ESF), 01 Posto de Assistência Médica (PAM), 01 Assistência Médica Ambulatória (AMA) e 01 Ambulatório Médico de Especialidades (AME). Também possui 02 Centros de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), e 01 Centro de Referência e Tratamento à AIDS (CRT), e ainda conta com 01 Casa do Adolescente.

Desde 1999 a UNAS e o Movimento Sol da Paz em Heliópolis organizam a Caminhada pela Paz de Heliópolis. Este movimento surgiu quando uma aluna da EMEF Campos Salles foi assassinada no caminho de volta para sua casa. Leonarda tinha 15 anos e se tornou símbolo da luta contra a violência que vitimava muitos jovens na comunidade. O diretor da escola na época, Braz Rodrigues Nogueira, buscou lideranças comunitárias como João Miranda, na época Presidente da UNAS, para organizarem a 1º Caminhada Pela PAZ de Heliópolis. No ano de 2015 o tema da caminhada foi “Políticas Públicas + Consciência Comunitária = Sociedade Educadora”.

A comunidade conta com o Cine Favela, uma associação cultural sem fins lucrativos, criada em 2003, e organizada pelos próprios moradores. Exibem filmes em um domingo de cada mês, seguido de debate, local em que também se produzem

documentários, curtas-metragens, e oficinas de capacitação cinematográfica e teatral, aulas de capoeira e boxe, além de encontros e reuniões de movimentos populares.

Há mais de 16 anos na região, a Companhia de Teatro Heliópolis apresenta peças teatrais, geralmente para um público jovem (19-29 anos) numa sede conquistada quando completou seus 10 anos de atuação. Um dos principais objetivos da companhia é refletir sobre a realidade de Heliópolis através da arte.

Outra opção educacional e gratuita oferecida à comunidade é o Instituto Baccareli. Uma associação civil sem fins lucrativos, que atende mais de 1.200 crianças e jovens em programas socioculturais, que visam oferecer formação musical e artística de excelência. O Coral da Gente, o programa Orquestra do Amanhã e a Orquestra Sinfônica de Heliópolis, são resultado dos grupos e cursos que são oferecidos na instituição, na qual crianças a partir dos 4 anos de idade podem participar.

Segue abaixo os projetos, programas e serviços oferecidos pela UNAS a partir de temáticas:

#### Educação:

Na área de educação administra 13 unidades de Centros de Educação Infantil (CEI). Seu parceiro financiador é a Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura Municipal de São Paulo. E seu apoiador é a instituição ActionAid. Os 13 CEI's estão localizados em Heliópolis e região adjacente, beneficiando mais de 2.000 crianças diariamente.

Administra também 11 unidades de Centros para Criança e Adolescente (CCA), também situadas em Heliópolis, beneficiando 1.800 crianças e adolescentes, entre 06 e 14 anos e 11 meses, desenvolvendo atividades socioeducativas em contra turno escolar. Seu parceiro financiador é a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e seus apoiadores são a ActioAid e o Serviço Social da Indústria (SESI).

A Escola Municipal Pres. Campos Salles, que integra o espaço do CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli possui um projeto político pedagógico inspirado na Escola da Ponte, do prof. José Pacheco, de Portugal. Articula-se nos princípios da Autonomia, Solidariedade e Responsabilidade, somados aos de que Tudo Passa pela Educação, e que a Escola deve ser um centro de liderança na comunidade onde está inserida.

Dois outros projetos educacionais são tocados pela UNAS. Um é constituído por 08 unidades de Núcleos do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que beneficia 180 jovens, adultos e idosos, acima de 16 anos. Seu parceiro financiador é a Secretaria Municipal de Educação (SME). Outro, denominado projeto Melhor Infância conta com duas nutricionistas, e objetiva promover a educação alimentar junto às crianças de 0 a 3 anos atendidas nos CEI's, seu núcleo familiar e as educadoras. Conta com a parceria da Fundação Abrinq.

#### Desenvolvimento social:

Na área do Desenvolvimento Social, administra:

1) 03 unidades de Telecentro, propiciando ações de inclusão digital através de aulas de informática e acesso à internet, a partir da parceria com a Secretaria Municipal de Serviços;

2) 02 unidades de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA), que promovem atenção socioassistencial e acompanhamento à 210 adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade. Contam com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);

3) 01 Núcleo de Proteção Jurídico-Social e de Apoio Psicológico (NPJ) que desenvolve atendimento especializado de apoio e orientação à famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Possui capacidade para atendimento a 120 famílias. Seu parceiro neste projeto é a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);

4) O Serviço de Assistência Social à família em Domicílio (SASF), que acompanha a inclusão social de pessoas em situação de reclusão. Seu parceiro nesta ação é a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);

5) O projeto Parceiros da Criança e Adolescente, na qual articulam uma rede de proteção social e um sistema de garantia de direitos, com a parceria da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Também oferece Assistência Jurídica realizando orientação Jurídica nas áreas da vara da família, e processos cíveis (separação, paternidade, pensão alimentícia), beneficiando mensalmente 180 pessoas. Esta ação conta com o apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

#### Esporte:

Na área do esporte, a UNAS organiza a Corrida e Caminhada de Heliópolis, um evento esportivo realizado há 9 anos em Heliópolis, com um percurso de 6,5 km, e com a participação aproximadamente de 600 pessoas entre profissionais, amadores e moradores de Heliópolis. Seu parceiro neste projeto é a Caixa Econômica Federal.

Desenvolvem ainda o projeto Futsal Heliópolis, que objetiva dar condições de acesso a um treino esportivo de alto padrão, lhes proporcionando a disputa de grandes torneios, para crianças e adolescentes da comunidade. Beneficia 150 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 anos a 16 anos.

#### Qualificação profissional:

Na área de qualificação profissional, a UNAS desenvolve o projeto Coletivo Heliópolis, voltado à formação empreendedora com foco na área de vendas em varejo a partir de um software desenvolvido especialmente para esse projeto. O objetivo é a formação para o mercado de trabalho despertando aptidões de organização, planejamento e metas. Seu parceiro financiador é o Instituto Coca-Cola.

Desenvolve também o projeto Leo Educa (Escola de Marcenaria), o qual forma 72 jovens por ano. Trabalha-se a formação profissional na área de marcenaria com foco na construção e montagem de moveis, perpassando ainda conteúdos como cidadania e empreendedorismo. Seu parceiro é o Instituto Leo Madeiras e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Administra o projeto Costurando Renda, uma oficina de Geração de renda e economia solidária, visando proporcionar autonomia financeira para 20 mulheres. Seu parceiro é a Caixa Econômica Federal.

Outro projeto é o Facebook na Comunidade, que leva capacitação sobre a plataforma, empreendedorismo e marketing digital para comunidades brasileiras. Este projeto tem a parceria com o Facebook, que equipou uma sala para oferecer cursos gratuitos, tendo 5 módulos, sendo um por semana, e duração de 3 horas cada. A sala possui lugar para 15 pessoas e localiza-se no CCA Pam. Este projeto contempla ainda alguns jovens formadores que vão até a casa da pessoa para realizar as oficinas, caso não possa participar nos horários disponibilizados para aulas coletivas. Outros parceiros neste projeto são o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Interactive Advertising Bureau Brasil (IAB).

Promovido pela UNAS, o projeto Ocupação do Bairro Educador nas Redes e Ruas, objetiva o fortalecimento e promoção de ações de cultura digital em espaços públicos, Ongs e Telecentros. O projeto contempla a realização de oficinas em 10 telecentros de Heliópolis e região, e a realização de rádios ao ar livre e ao vivo nas zonas de Wi-Fi Livre localizadas no centro de São Paulo, na Zona Leste, e na Zona Sul. Este projeto tem a parceria da Prefeitura de São Paulo, as Secretarias Municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania, e da Secretaria de Serviços.

#### Saúde:

Para incidir nas políticas de saúde, a UNAS participa dos conselhos gestores das unidades e da Supervisão Técnica de Saúde do Ipiranga (STS), além da articulação do movimento de saúde na região, objetivando reivindicar o aprimoramento da estrutura oferecida e o fortalecimento da participação social no SUS.

Na área da saúde possui o projeto Multiplicando Saúde, que objetiva formar multiplicadores de educação em saúde através do processo de formação, mobilização, articulação e participação social na promoção, cuidado e prevenção em saúde. Seu parceiro é a Organização Pan Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta ação contemplou o desenvolvimento de um programa semanal na RCH FM, no qual se transmitia informações sobre a saúde de forma educativa. Este projeto no momento encontra-se suspenso devido ao encerramento de seu prazo de desenvolvimento mediante o edital de financiamento.

#### Moradia:

Na área da moradia, administram o projeto Arrumando a Casa, que objetiva possibilitar a reforma da casa própria, de pessoas em situação de vulnerabilidade, beneficiando-as com o valor de 5.000,00 reais, sendo necessário o pagamento de apenas 30% do valor total. O projeto tem como parceiro a instituição Habitat para a Humanidade.

Há ainda o Movimento Sem Teto Heliópolis e Região, que tem como objetivo promover a luta por moradia digna e de qualidade. São cerca de 1400 associados que se organizam coletivamente e reivindicam moradia através da participação nas políticas públicas.

#### Mulheres:

O Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região tem como foco a garantia de direitos fundamentais, garantidos por lei, como: moradia, educação, saúde, transporte e lazer, mas que são negados na prática. Argumentam que o Movimento de Mulheres se fortalece até hoje porque ainda se faz necessária a busca pela igualdade de oportunidades entre os sexos, e ainda pela luta contra a violência contra a mulher. Este movimento conta com o apoio da ActionAid.

#### Jovens:

A UNAS organiza o Fórum da Juventude Fala Jovem. Seu objetivo é contribuir para a criação de um espaço permanente, na qual o jovem discuta sobre as necessidades de sua vida, propiciando a manifestação livre e democrática, política de incentivo, fomentando os seus desejos educacionais, culturais, profissionais e sociais. O fórum possui um calendário de atividades anuais, no qual, reúnem-se todos os meses para desenvolver diversas ações, como por exemplo: elaboração de projetos com demandas da juventude de Heliópolis; eleição de representante do fórum para o Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA); formação de grupo juvenil para desenvolvimento de um programa na RCH; promoção de eventos que valorizam a prática de esporte (skate, futebol, vôlei, capoeira, Hip-Hop, brincadeiras antigas, etc.) e a comemoração de dias festivos (festa junina, dia da juventude, dia da consciência negra, etc.); e também formações com todas as iniciativas da UNAS pelo menos duas vezes ao ano.

#### LGBT:

O Movimento LGBT de Heliópolis e Região (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais e Transgêneros), denominado Grito da Diversidade é um movimento que cresce e articula-se pela garantia de direitos igualitários. Realizam há 10 anos o evento anual Parada LGBT, que geralmente acontece na mesma semana da grande parada LGBT que ocorre na AV. Paulista. Este movimento é composto por moradores e simpatizantes da favela de Heliópolis e coordenado por um representante da UNAS.

#### Cultura:

Na área da Cultura, há a Biblioteca Comunitária de Heliópolis, criada em 2005, a qual possui um acervo de 8.000 livros. O prédio da biblioteca possui 3 andares, na

qual possui também um espaço para realização de teatro de fantoches, aluguel de fantasias para teatros e eventos, e no ultimo andar estão os livros que ainda não foram tombados e há um espaço para pequenas ações, como por exemplo aulas de balé. Este projeto conta com a parceria da Fundação Carlos Chagas e com o apoio de Ruy Ohtake e da Fundação Belas Artes.

Ainda nesta área cita-se a Rádio Comunitária Heliópolis, com a finalidade de desenvolver uma comunicação alternativa e cultural destinada aos moradores de Heliópolis.

### **3.2 Rádio Comunitária Heliópolis FM**

A Rádio Comunitária Heliópolis FM, foi criada pela UNAS em 08 de maio de 1992, com o objetivo de transmitir para os moradores as convocações das reuniões que a UNAS organizava. Até este momento era preciso bater de porta em porta para convidar os moradores para participar das reuniões para discussão de mutirões, para o programa de distribuição de leite e cestas básicas, e outros problemas da comunidade.

Foi o vice-presidente da UNAS na época, Delmiro Monteiro Farias, que decidiu instalar 13 alto-falantes nas ruas da favela incentivados por padres e freiras da Pastoral da Moradia. Sendo batizada de Rádio Popular de Heliópolis, a emissora ficou conhecida, na época, como “rádio corneta”. (AFONSO, 2007). Na época, era comandada por uma equipe de voluntários, tendo três horas diárias de programação, das 9h às 12h, a qual veiculava informes, músicas, e em casos esporádicos transmitia fora de seu horário normal, notícias urgentes, como por exemplo, o desaparecimento de pessoas.

A criação da rádio é bem ilustrada pelo radialista Carlos, conforme abaixo:

[...] Era tudo mato ali, era cheio de campo de futebol, não tinha casa aqui, não tinha nada, e na época eu fui um dos primeiros ali, então eu acompanhei todo trabalho da rádio, quando fez o prédio da UNAS, era um barracão. E a rádio surgiu porque o pessoal precisava fazer reunião, e o seu Delmiro que inventou como fazer essa rádio. Só que no começo foi duro, a gente não sabia se ia ficar aqui, teve uma revolução que queriam tirar agente porque era terreno invadido, que não tinha dono. Mas era um terreno que ficou muito abandonado, ninguém sabia quem era o dono, aí apareceu uns caras falando que era dono, mas não era, era tudo aproveitador que queria pegar o dinheiro do povo. Diziam que pra fazer um barraco aqui tinha que pagar pra eles, que eram eles que tomavam conta. Ai o pessoal ficava com medo e pagava. Ai foi quando surgiu a associação da UNAS pra organizar o pessoal. E logo o Governo Federal descobriu quem era o dono, e não tinha pago nenhum

imposto, então o governo comprou essa área e logo agente começou a construir e surgiu mais pessoas. [...] e todo mês tinha reunião pra gente ver como ia ficar a área aqui. Foi aí quando surgiu essas cornetas que foram distribuídas colocando nos postes, puxando fios, com o Studio lá, e chamando: Atenção moradores, nós fomos falar com o Governo Federal e com a Prefeitura e precisamos ver como vai ficar a situação dos moradores, então vamos ter reunião tal dia, e precisamos comparecer todo mundo. Aí virou a Rádio Corneta. Quem falava era o seu Delmiro, o fundador.

Em 1995, um grupo de ativistas alemães formado por jornalistas, sindicalistas e religiosos visitou a comunidade para conhecer as obras da Pastoral da Moradia, conhecendo também o projeto da rádio corneta. E decidiu viabilizar a instalação de uma emissora de baixa potência para atingir todas as casas de Heliópolis, enviando dois anos depois uma quantia financeira para implantação da emissora da UNAS. (DETONI, 2004b, p. 80). Tornando-se em 27 de agosto de 1997 uma emissora Frequência Modulada (FM) 102,3 MHz, na qual adquiriu e instalou um transmissor de 25 Watts e uma antena de 30 metros, que permitiu alcançar assim quase todo bairro de Heliópolis, além de parte de alguns bairros em torno da Vila Carioca, São João Clímaco, Vila das Mercês, Sacomã, Ipiranga, Vila Bela, Vila Alpina, e também parte de São Caetano do Sul, município da grande São Paulo. A emissora foi instalada na sala do subsolo da sede central da UNAS, na época localizada na rua da Mina, nº 38. E a partir deste apoio financeiro incidiu a reivindicação pela autorização de funcionamento ao Ministério das Comunicações.

Em 1999, devido a interferência do sistema nas emissoras comerciais próximas e por força da lei a frequência passa a ser FM 98,3 MHz, e em 2002, pelo mesmo motivo, obrigam uma nova mudança de frequência para FM 97,9 MHz.

A emissora recebeu o prêmio "Ação Social pela Promoção da Cidadania" da Associação Paulista dos Críticos de Arte de São Paulo (APCA), em 2003. Consistindo em um reconhecimento à luta pelo direito à comunicação promovida pela RCH.

Porém, no ano seguinte, em 2004 a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) decreta o fechamento da emissora por transmitir o sinal sem autorização, gerando grande mobilização da comunidade local. Tal mobilização ocasionou no comprometimento do Governo Federal em dar encaminhamento na mudança de "Rádio Comunitária" para "Rádio Educativa".

Em 20 de julho de 2006, a emissora foi fechada novamente. E desta vez além de levar os equipamentos da rádio (transmissor, CPU, microfones, e aparelhos de CD) prenderam João Miranda responsável pela rádio, e Gerô Barbosa diretor geral da rádio

na época. Naquele momento a notícia se espalhou pela comunidade e pela cidade de São Paulo através da grande imprensa. Iniciou-se ali uma grande corrente de manifestação de apoio, ligaram para o gabinete do Suplicy e do Marcadante, o representante do Oboré (Projetos Especiais em Comunicações e Artes), entre outros, repercutindo e fazendo com que vários simpatizantes da emissora enviassem milhares de e-mails e ligações manifestando-se. Logo comunicaram-se com a advogada Ana Cláudia, que esteve em mesas de debates juntamente com a RCH pedindo a legalização das rádios comunitárias para pedir apoio. E no dia seguinte, ligou para a UNAS o Gilberto de Carvalho, assessor direto do Presidente Lula, e o Dr. Lapi Morota, superintendente Nacional da ANATEL, informando que encontraram uma solução para a emissora voltar ao ar, explicando que era necessário que uma Universidade seja responsável pela emissora, que houvesse uma avaliação da função comunitária, um estudo de frequência para avaliar se havia interferência, entre outras exigências. (Revista Q Fita é Essa?, 2014). E assim, em 27 de outubro de 2006, foi publicada a permissão provisória de funcionamento no Diário Oficial. Fato que motivou a mudança de endereço do estúdio da emissora, transferindo-se para sede própria na Rua Paraíba, nº 76. Endereço que permanece até hoje.

No ano seguinte, em 11 de agosto de 2007, mediante uma parceria com a Universidade Metodista, a rádio voltou a funcionar. Neste mesmo ano o Ministério das Comunicações abriu um edital de pedidos de licitações para funcionamento, no qual 288 rádios, entre elas a Rádio Popular Heliópolis, enviam pedido de licença definitiva para funcionarem como rádios comunitárias. E somente em 13 de março de 2008 recebe autorização oficial e definitiva para funcionamento, chamando-se oficialmente de Rádio Comunitária Heliópolis, e sendo a primeira Radio Comunitária a receber autorização da ANATEL.

O momento do recebimento é descrito com muitos detalhes por João em entrevista, pois qualifica-o como um reconhecimento pelo seu trabalho realizado na emissora até o momento, como demonstra em sua fala:

A outorga da rádio, o documento que a gente tanto batalhou, tanto lutou, tanto sofreu para ter... O Lula começou a falar que estava aqui por causa da rádio, por causa do trabalho da UNAS que desenvolve aqui em Heliópolis. Ele falou assim: em relação a rádio eu queria falar um coisa pra equipe da rádio, pra vocês que fazem a rádio... Na época não sei se era o Serra, não sei se era o Geraldo Alkmim, o Governador do Estado, ou o prefeito, mas ele falou assim: falem mal de todos que estão comigo aqui, mas falem bem de vocês. No papel de vocês, podem falar mal de mim, pode falar... mas falem bem de vocês. Porque hoje a rádio está sendo legalizada pelo trabalho que ela

desenvolve, não pode mudar esse trabalho, vocês são exemplos, e vocês abriram portas pra outras rádios.

E... e isso me marcou muito né, porque foi a nossa vitória, o presidente da república falando do nosso trabalho, reconhecendo, referendando o que a gente faz aqui na comunidade.

No ano que se seguiu, em 15 de junho de 2009, mais uma vez por determinação da ANATEL e do Ministério das Comunicações, determinou-se que a RCH transmitisse em uma nova frequência, na FM 87,5 MHz.

Em 2011 a emissora foi contemplada com o 2º Prêmio Asas no valor de R\$150.000,00, segundo participação do edital do Ministério da Cultura nº01/2010. Valor que foi utilizado para compra e instalação de equipamentos modernos para reestruturação da rádio.

A RCH esta instalada numa casa antiga com dois pisos, desde 2006. No primeiro andar há um estúdio para transmissão da programação, uma sala e recepção com sofás e uma estante com dois alto-falantes utilizados na antiga Rádio Corneta, uma pequena copa, um banheiro, e uma sala para armazenar equipamentos antigos, e equipamentos que podem ser utilizados em grandes eventos e outros para transmissão portátil. No segundo andar há um estúdio para a produção e gravação de vinhetas (spots), chamadas, jingles, etc.

A Rádio Heliópolis recebe com bastante frequência, visitantes de todos os lugares de São Paulo e até de outros países, assim como estudantes principalmente da área de comunicação.

### **3.3 Perfil dos Radialistas**

Faz parte da equipe da rádio, vinte e cinco (25) locutores (as), sonoplastas e diretores, dentre estes apenas cinco (05) são do sexo feminino, mas todos os integrantes desenvolvem suas atividades de forma voluntaria. Muito embora, nos ateremos aos relatos dos dezoito (18) radialistas e diretores entrevistados nesta pesquisa.

O perfil dos entrevistados reflete a realidade encontrada na emissora, pois dentre eles apenas dois (02) entrevistados são do sexo feminino (11,1%), sendo dezesseis (16) do sexo masculino (88,8%).

Referente sua faixa etária, no momento é composta por jovens, adultos em sua maioria, e alguns idosos. Apresentando idade média de 45 anos, conforme quadro abaixo:

Tabela 01: Descrição da idade dos radialistas.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>Nº DE RADIALISTAS</b>
Idade entre 18 e 20	01
Idade entre 21 e 30	0
Idade entre 31 e 40	08
Idade entre 41 e 50	03
Idade entre 51 e 60	03
Idade entre 61 e 70	03
<b>TOTAL:</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de campo, dados da pesquisadora (2015).

Quase a totalidade dos radialistas desenvolvem atividades há mais de 05 anos na emissora, mostrando que acompanharam grade parte da história da rádio, conforme quadro abaixo:

Tabela 03: Descrição do período de tempo que os radialistas trabalham na rádio.

<b>PERÍODO DE TEMPO NA EMISSORA</b>	<b>Nº DE RADIALISTAS</b>
6 meses	01
5 anos	01
8 anos	01
9 anos	01
10 anos	03
12 anos	01
13 anos	01
14 anos	01
15 anos	03
16 anos	01
18 anos	03
19 anos	01
<b>TOTAL:</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, dados da pesquisadora (2015).

Referente sua escolaridade, nota-se que a grande maioria possui ensino médio completo, tendo concluído seus estudos em formato de ensino à distância, em conforme quadro abaixo:

Tabela 02: Descrição da Escolaridade dos radialistas.

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>Nº DE RADIALISTAS</b>
Ensino Fundamental Completo	01
Ensino Fundamental Incompleto	05
Ensino Médio Completo	07
Ensino Médio Incompleto	0
Ensino Superior Completo	02
Ensino Superior Incompleto	01
<b>TOTAL:</b>	<b>16</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, dados da pesquisadora (2015).

A grande maioria dos locutores nasceu na região nordeste do país, tendo quase todos se mudado quando crianças com suas famílias para São Paulo em busca de melhor “condição de vida”. Apenas dois radialistas nasceram na comunidade de Heliópolis, porém suas famílias são de origem nordestina. Pode se verificar estes dados no quadro abaixo:

Tabela 04: Naturalidade dos radialistas.

<b>NATURAL (REGIÃO)</b>	<b>NATURAL (ESTADO)</b>	<b>Nº DE RADIALISTAS</b>
Nordeste	Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Sergipe	12
Norte	Minas Gerais e São Paulo	06
<b>TOTAL:</b>		<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, dados da pesquisadora (2015).

Quase a totalidade dos radialistas reside atualmente em São Paulo. Todos, sem exceção, procuraram o estado de São Paulo para morar, buscando melhores condições de vida, principalmente por trabalho e moradia.

Dentre os 17 locutores que residem em São Paulo, 15 deles residem em Heliópolis, e 02 moram no bairro São João Clímaco, os quais relataram nas entrevistas que transitam pelo menos 60% do seu tempo na comunidade de Heliópolis, pois trabalham ou têm familiares e amigos instalados em Heliópolis. Informações apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 05: Residência dos Radialistas.

<b>MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA</b>	<b>Nº DE RADIALISTAS</b>
São Paulo (Heliópolis e São João Clímaco)	17
São Caetano do Sul	01
<b>TOTAL:</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, dados da pesquisadora (2015).

Ao longo das entrevistas, percebemos que os 15 radialistas que residem em Heliópolis, procuraram neste bairro, principalmente, a possibilidade de instalação fixa para moradia e sem custo e também por estar localizado numa região de baixo custo para alimentação, entre outras possíveis despesas.

Dentre os entrevistados identificamos que alguns desenvolvem uma atividade, já outros acumulam mais funções, fato que ocorre devido a duas questões: interesse pessoal e disponibilidade de tempo para atribuição. Percebemos que há cinco tipos diferentes de funções, como:

- \* diretor financeiro, o qual administra as despesas da rádio, e o valor pago pelo apoio cultural;

- \* diretor de programação, o qual acompanha todos os programas transmitidos na emissora visando a qualidade dos mesmos, assim como auxilia principalmente na estrutura dos programas novos ou que tem alguma mudança no quadro;

- \* Diretor geral, o qual é responsável pela organização, funcionamento e estrutura física da emissora, assim como por todas as ações que os radialistas desenvolvem representando a emissora;

- \* radialista, o qual deve saber falar ao microfone, manusear a mesa de som, o computador com os comandos de musicas, responder aos ouvintes no telefone e internet, transmitir informações de utilidade e/ou avisos da comunidade, realizar entrevistas, e algumas vezes atender a recepção da rádio;

- \* sonoplastia, a qual contempla as habilidades de manusear equipamentos eletrônicos semelhantes ao computador, porém mais avançados, para criação de vinhetas transmitidas nos intervalos, ou gravação e edição de áudios de entrevistas internas e externas para transmissão ao vivo, ou posteriormente em algum programa.

Assim referente os 18 entrevistados, desempenham as funções conforme número de entrevistados: 01 (um) é apenas diretor financeiro; 01 (um) é diretor de programação e também radialista; 01 (um) é diretor geral e radialista; 02 (dois) são sonoplastas e radialistas, e 13 são radialistas.

Importante ressaltar que quase a totalidade destes radialistas e diretores desenvolvem outras atividades profissionais quando não estão na emissora. Identificamos que os radialistas que desenvolvem programas durante o horário comercial são aqueles que têm atividade profissional variada, ou seja, sem vínculo empregatício, ou que são aposentados, ou ainda que estão afastados do trabalho. Já os radialistas que transmitem a noite são aqueles que em sua maioria possuem trabalho

com vínculo empregatício. E ainda os radialistas que transmitem aos finais de semana, alternam entre estas categorias. Suas atividades desempenhadas externamente variam entre: mecânico, cozinheiro, publicitário, comerciante, segurança, técnico de informática, auxiliar de serviços gerais, motoboy, design de ambientes, Dj, panfleteiro, educador social, estudante, e aposentado.

Apesar de os radialistas e diretores realizarem seu trabalho voluntariamente, 1 (um) locutor recebe uma quantia financeira para trabalhar na emissora, estando registrado como estagiário da UNAS, o qual é responsável por acompanhar as atividades da emissora das 06:00 horas às 18:00 horas, recebendo visitantes e/ou entrevistados, atendendo telefonemas diversos, e apoiando os locutores na leitura de informações, no manuseio da mesa de som, principalmente aqueles que transmitem programas individuais, mas também transmite um programa individual durante a semana, e aos finais de semana transmite outro programa em dupla.

Um dos diretores da emissora também recebe uma quantia financeira e está registrado como funcionário da UNAS, para desenvolver atividades diárias com educador social, coordenando outros projetos da instituição que não referem-se à rádio.

Neste sentido, o perfil dos radialistas indica que a sua maioria são homens de maia idade, levando-nos a indagar porque numa localidade marcada pela organização feminina desde o seu início, não há uma quantidade equivalente ao número de homens. Podendo estarem dedicadas a outras atividades na comunidade, como no caso do Movimento das Mulheres de Heliópolis, ou ainda que ao longo da historia houve o enfraquecimento da participação feminina.

Partindo dos princípios de Vigotski (2009), identificamos que apesar destes radialistas terem suas ocupações profissionais externas, cada um possui uma motivação que os move para a participação na rádio comunitária, podendo ser a mesma durante o período de participação na emissora, ou estando sujeita a alterações de acordo as ressignificações ao longo da sua história na própria emissora, como é o caso do sujeito representativo que exploramos nesta pesquisa.

### **3.4 Rádio Comunitária**

Tendo em vista a perspectiva teórica de Vigotski (2009), procuramos manter o olhar atento para superar as visões dicotômicas que separam homem e sociedade, indivíduo e coletivo, corpo e emoções, para entender a Rádio Comunitária Heliópolis

FM como produto e produtora de subjetividades (significados/sentidos, afetivo-volitivo), sendo um mediador de relações, e para entender o subtexto do discurso apresentado pelos radialistas.

Na primeira visita à RCH pode se perceber o orgulho que a emissora representa para os radialistas, pois ao caminho da emissora, João<sup>3</sup> descreveu brevemente a história de luta para conquistar seu espaço radiofônico, e ao chegarmos ao local mostrou entusiasmado a antena da rádio que se encontra logo na entrada da casa onde está instalada a emissora, assim como ao apresentar toda a estrutura da rádio. Naquele momento o radialista Bruno estava transmitindo o programa, foi quando pude acompanhar a entrevista com dois jovens integrantes de uma banda da região Ipiranga. Bruno foi bastante receptivo com minha chegada, porém estava inteiramente concentrado ao programa, até um pouco preocupado com a transmissão das músicas da banda, pois houve um pequeno problema com o equipamento naquele momento e levou uns minutos para transmitir as músicas, com a ajuda de João. Bruno, com muita atenção, conduziu uma entrevista sobre a história da banda, seus objetivos e dificuldades, e a história de cada integrante na banda, assim como sobre as músicas que escolheram para tocar na rádio. Ao caminhar nas ruas da comunidade, voltando à UNAS, conversando com a dupla da banda e com João, percebi que eles apenas haviam feito uma ligação pedindo que os recebesse para divulgar seu trabalho, e assim o fizeram sem custos, mostrando disponibilidade em recebê-los. (Diário de campo, 27/04/2015).

Demonstrando o orgulho em mostrar a estrutura da rádio, ou o comprometimento em fazer o programa, fica mais claro quando entendemos que a história pessoal de cada radialista está entrelaçada com a história da emissora.

Os sentidos atribuídos à RCH para João estão diretamente ligados a sua história com a música, com a realidade de Heliópolis, com sua vida profissional e com a UNAS, transitando entre uma e outra, e ressignificando o sentido de rádio em vários momentos da sua vida, como se perceberá ao longo desta análise.

Assim como a maioria dos radialistas, a família de João veio da região do nordeste do país, e procuraram São Paulo em busca de melhor qualidade de vida. Viver em Heliópolis quando o bairro não possuía nenhuma estrutura não foi nada fácil, por isso João fala com tanto orgulho de toda transformação do bairro, conforme mostra:

---

<sup>3</sup> Respeitando os paradigmas éticos que envolvem a pesquisa científica e ansiando garantir o anonimato dos participantes, os nomes que se seguem são fictícios.

Meus pais são de Pernambuco, viemos pra São Paulo pra viver uma vida melhor, aí alugaram uma casa aqui próxima. [...] Surgiu a oportunidade de comprar um terreno aqui, e a princípio construímos um barraco de madeira. [...] Viemos pra cá eu tinha 7 (sete) anos de idade, mais ou menos, a gente chegou aqui estava no início de Heliópolis ainda, não tinha rua asfaltada, nem energia elétrica, nem água... [...] Eu acompanhei toda essa transformação de Heliópolis.

Vivenciar a construção da comunidade proporcionou ao João fazer parte da história da comunidade de Heliópolis, mas também proporcionou a construção de sua própria história.

O primeiro contato do radialista com a rádio ocorreu quando ainda era jovem, quando a rádio transmitia através dos alto-falantes pendurados nos postes, quando ele estava por volta dos 16 anos de idade. Inicialmente não tinha consciência das ações da rádio e da UNAS:

[...] eu escutava a Rádio Heliópolis, na época era como Rádio Corneta. Tinha um campo de futebol que se chamava Copa Rio, e lá tinha um alto falante, então no meio quando tinha jogo, eles transmitiam a rádio, as informações da rádio e tal. Só que eu não ligava muito né, eu não sabia muito o que era o trabalho da Unas, o trabalho da rádio, então só escutava mesmo. Aí depois a rádio conseguiu ir pro Daion (canal radiofônico).

Quando a rádio conquistou espaço no canal radiofônico, João passou a ouvir a rádio por preferência musical, mas se tratava de uma preferência marcada pela identificação com o RAP, o qual parecia falar da sua história e da história da comunidade, assim:

[...] E eu comecei a escutar em casa, gosto muito de RAP, naquela época o RAP chamava muito a atenção da comunidade, porque falava muito a realidade do nosso dia a dia, e eu me identificava muito com o RAP, então eu escutava a Radio Heliópolis.

A identificação com o estilo musical RAP levou-o a trabalhar na região com um grupo de Djs fazendo festas de aniversário, casamento, festa junina, entre outros. Grupo que tocava vários estilos musicais, e cada Dj se responsabilizava por tocar um estilo musical, sendo assim João tocava o RAP nacional e internacional, e samba rock. O seu contato com a música mais uma vez mostrou ser importante para si e também por ver que a música o colocava em conexão com as pessoas. Em suas palavras: “Era bacana você tocar a música e as pessoas começarem a dançar, você conseguir transferir a energia através da música.”

O contato com este grupo de Djs possibilitou seu contato direto à rádio, pois um Dj do grupo foi convidado para auxiliar em um dos programas da RCH, e este o convidou para conhecer o programa e auxiliá-lo na área técnica. João aceitou o convite, mas ainda estava interessado na música e em agradar os ouvintes, conforme sua fala:

[...] Eu não sabia fazer a programação, eu ia ajudar ele a selecionar algumas músicas... [...] Na época não tinha telefone, as pessoas vinham e pediam música, aí eu anotava o pedido das pessoas, e daqui a 5, ou 10 minutos a gente tocava a música na rádio, pra dar tempo da pessoa ir pra casa e escutar na rádio. E foi assim que eu comecei a atuar na rádio.

Para João, a importância de tocar músicas de RAP no programa da rádio estava diretamente ligada à realidade da comunidade, pois via que fazendo isso anunciava uma realidade de violência e preconceito cotidiana, na qual:

O pessoal falava que RAP era música de bandido, marginal, e a gente queria mostrar o contrario, que o RAP era uma música que falava do dia a dia da periferia. E infelizmente a realidade da periferia era muito violenta, principalmente aqui em Heliópolis, tinha muita morte, muito jovem adolescente perdendo a vida pelo tráfico, pela violência que tava na comunidade naquela época.

Além de a música anunciar a realidade, via que ela poderia mobilizar os moradores para uma transformação. Mas, tudo ficou ameaçado quando o radialista principal desligou-se da emissora para trabalhar, conforme sua fala:

A gente queria mostrar que o RAP na verdade era uma ferramenta de denúncia da transformação da nossa realidade. Que quando você começa a falar dos problemas, você também começa querer a identificar soluções. E a música, principalmente o RAP, pra gente era isso né, por isso que a gente não queria perder o programa de RAP.

O radialista principal convidou João para ocupar seu lugar no programa, pois habilidades técnicas e motivação para desenvolvê-lo já possuía, porém sentia-se envergonhado e impossibilitado de comunicar ao microfone. Portanto, em seu primeiro programa, João transmitiu-o sem falar nada ao microfone, apenas tocou músicas, pois não teve coragem de falar nada. Mas, Fabrício o alertou que precisava passar a informação pra comunidade, e se não falasse ao microfone o programa seria cortado, e assim João enfrentou seu medo: “E eu comecei aos poucos a falar e fui falando, e depois me soltei”.

Porém, João vivia uma contradição, pois o RAP lhe permitia um sustento, e assim transmitir o programa fazia parte também de seus interesses pessoais, como ressalta:

[...] A gente não tinha essa noção de fazer um trabalho comunitário, sobre a comunidade, então a gente queria a principio entrar na rádio, pra desenvolver nosso trabalho como Dj, se destacar como Dj, pegar mais festas, mais eventos... Então a gente usava o horário da rádio pra divulgar nosso trabalho, pra se promover.

Neste momento João ainda não havia entendido a função de um radialista comunitário, o que levou o coordenador da emissora a conversar com ele, dizendo:

[...] queria rever a programação, que o programa de vocês tá legal, tá bacana, to escutando, mas só que não tá tendo informação da comunidade, não tá fazendo o serviço social que a programação tem que fazer. [...] Esquece seu trabalho como Dj, esquece o que você esta fazendo, porque agora você é um comunicador social.

Foi somente com a cobrança dos moradores que João entendeu a função do radialista comunitário: ser porta voz da comunidade, representá-la com todas as suas problemáticas. Assim, em suas palavras:

Eu só fui perceber depois quando as pessoas começaram a me parar na rua pra falar desde... O cara que queria que eu tocasse uma música na rádio pra ele fazer as pazes com a namorada. Até mesmo problemas da comunidade, como rua com esgoto a céu aberto, etc. Todos os problemas que aconteciam na comunidade, as pessoas começaram a saber que a gente fazia a programação na rádio, então começaram a procurar a gente pra falar desses problemas que tinham. E ai caiu a ficha da responsabilidade que a gente tinha na mão de ter um programa na rádio e ser o porta voz da comunidade.

Neste sentido, SAWAIA (1996) nos ajuda com o conceito de comunidade, que desde sua origem surge como um contraponto ao avanço do senso individualista que caracteriza o capitalismo, mas que ao final do século XX, passa a incorporar o sentido de resistência à opressão e luta pela cidadania.

João vai vivenciar esta questão ao longo de sua vida, pois vê no RAP a possibilidade de expressar todas as dificuldades vividas pela comunidade, como uma forma de lutar pela cidadania, e de agir e resistir as problemáticas que estavam impostas.

João declara este mesmo pensamento quanto à função da RCH pra comunidade considerando: dar voz à comunidade, em suas palavras:

A rádio tem um papel fundamental pra comunidade, desde prestar serviços de utilidade pública, até mesmo a divulgação dos artistas locais, a rádio faz esse papel e faz bem. Dar voz à comunidade. Se tem problema na sua rua com esgoto a céu aberto pode ir na rádio a gente vai falar sobre isso. A questão do lixo, da dengue, do meio ambiente, tudo que tiver relacionado a questão de direitos e deveres do cidadão a gente tem que passar na rádio.

É neste sentido que João entende a importância da função do radialista comunitário, e reforça ainda mais a necessidade da formação do radialista na prática para desenvolver seu papel, como aparece nesta descrição:

E a rádio tem que passar por constante formação, porque como todos são voluntários, não tem ninguém que é formado, então a gente tem que passar essa informação para preparar esses locutores pra poder dar informação. Então pra mim não importa se esse cara é formado, se tem faculdade, se tem mestrado ou doutorado, ou se é analfabeto. Pra mim importa que o cara é um comunicador social, e que esta ali pra servir a comunidade. Então, ele tem que saber o que esta acontecendo na comunidade, e informar isso pra comunidade, pra comunidade poder se envolver.

Nestas duas descrições acima podemos perceber que os radialistas cumprem com este papel de transmitir a informação pra comunidade, porém na descrição abaixo ele reconhece que é necessário haver algumas melhorias na emissora, não sendo específico, mas podemos entender que se trata da transmissão da informação pra comunidade, e ainda da falha dos locutores neste papel, como aparece:

E eu acho que de certa forma a rádio faz este papel, eu acho que a gente tem que melhorar ainda mais, ainda faltam coisas pra rádio, mas eu acho que a rádio... (Pausa na fala). Os moradores da comunidade sabem que quando precisarem, existe a rádio pra poder ajudar. Isso é importante.

Para atender a esta função, João começou a preocupar-se em transmitir mais informações para a comunidade. E nesse momento que se interessou em conhecer os projetos sociais da UNAS, para poder informar as ações promovidas na comunidade. Como aponta João em sua fala: “Esse trabalho foi bem interessante porque logo na sequencia eu fui conhecendo os CCA’s, os vários projetos pra jovens que eram desenvolvidos quadra da UNAS, como: Se Liga Galera, Geração Vida, Assiste Jovem...” Passou também a pensar estratégias para envolver os artistas da comunidade e a própria comunidade pra participar da programação da rádio.

Com este intuito, João passou a convidar os grupos de RAP pra participar do programa na rádio, em suas palavras: “Agente entrevistava eles, falava da música deles,

e principalmente começava a falar dos problemas que a gente enfrentava naquela época, e o que eles achavam. E com isso a gente ia informando a população”.

No entanto, ser radialista naquela época também garantia prestígio em Heliópolis, como mostra João: “[...] a rádio era o chodó da comunidade, quem fazia programa na comunidade era muito famoso, o pessoal fazia bolo pra gente, chamava pros aniversários, etc. Você tava muito em evidência por você trabalhar na rádio”.

Prestígio que lhe garantiu reconhecimento um tempo depois quando convocaram todos os jovens que atuavam com música para escolher um representante para dar oficinas de Hip Hop na quadra da UNAS. Dentre muitos MCs, Djs, Bi Boys, Rappers, grafiteiros, moradores da região, João foi escolhido por mais votos pelos próprios jovens para dar aulas. O projeto era gratuito aos interessados, e foi financiado pela Caixa Econômica Federal, o qual objetivava oferecer formações matutinas de cidadania, meio ambiente, direitos humanos, etc. e oficinas vespertinas livres, como de Dj, grafite, teatro, etc.

Porém, João acabara de ser chamado para trabalhar como porteiro, e não poderia dar aulas. João informou a coordenadora do projeto sobre o emprego e também que não sabia dar aulas, portanto não iria participar do projeto, e neste momento ela o surpreendeu com uma fala, na descrição de João:

Ela falou assim: mas você não fica preocupado se não tem prática em dar aula, porque esse trabalho você já faz, você foi selecionado pelos jovens, então você quer mais reconhecimento que esse? A prática de ensinar você vai aprender no dia a dia. Daquela multidão de gente que tinha, o pessoal escolheu você, porque respeita o seu trabalho, reconheceu o trabalho que você desenvolve na rádio. Ai eu fiquei... (pausa) Caramba eu não tinha pensado nesse lado!

O sentimento de reconhecimento fez com que João mudasse sua vida. Durante um ano permaneceu em seu emprego como porteiro, mas continuou motivado para atuar a partir da música com jovens e na emissora. Por este período ficou se preparando, investigando informalmente como se ministram aulas, pois planejava enfrentar esta dificuldade um dia e poder dar aulas para os jovens. E assim o fez, quando o Dj titular saiu do projeto, João foi convidado e aceitou a proposta ministrando aulas uma vez por semana, durante 4 anos.

Esta motivação fez com que, durante este tempo, utilizasse seu próprio dinheiro para comprar CDs novos, pois sempre que tinha intervalo no trabalho, uma vez

por semana, juntava-se com os outros radialistas para transmitir o programa: Black mania.

Na emissora é muito comum haver uma rotatividade dos radialistas, principalmente nos programas produzidos pelos jovens, como é este o caso. O programa Black Mania tocava músicas de RAP principalmente, acontecia aos finais de semana, e era conduzido por vários jovens, pois segundo João: “é muito difícil num trabalho voluntário um jovem ficar muito tempo”. Portanto, os próprios radialistas ensinavam o grupo todo de jovens interessados para atuar como radialista na emissora, devido a essa rotatividade, como em suas palavras: “na verdade teve um rodízio de uns 08 ou 09 jovens que faziam o programa junto comigo. [...] Então teve muitos jovens, eu nem vou lembrar o nome de todos porque passaram vários pela rádio”.

Esta rotatividade fica clara em outro programa de RAP que ocorria durante a semana, denominado A Voz do RAP, sendo o radialista principal um cantor de RAP pioneiro na época. Ele foi convidado para coordenar um programa numa rádio comercial e desligou-se da RCH.

Afonso (2007) em seu estudo aponta para o fato dos radialistas comunitários não receberem remuneração financeira, verificou que muitas vezes obriga os locutores a deixarem a rádio, principalmente devido a remuneração em outro trabalho.

A saída deste radialista proporcionou que este grupo de jovens fossem convidados para assumir este horário durante a semana, repensando a programação, e alterando o nome do programa, como aparece na fala de João: “Pensamos em mudar o nome do programa para Revolução RAP, porque pra gente o RAP, é a revolução através da música, por isso: Revolução RAP”.

Os radialistas tem autonomia para alterarem seus programas, mas muitas vezes é preciso que a diretoria esteja de acordo com as alterações. É comum que um programa inicie com mais radialistas, e com o passar do tempo alguns desistam de participar da programação, fazendo com que reste apenas um radialista. Alguns programas são transferidos para conhecidos do radialista responsável, porque o conhece, geralmente frequenta seu programa, aprende a manusear a aparelhagem e assim identifica-o como hábil para desenvolver esta tarefa, como ocorreu com o caso citado acima. Porém, algum programa pode ficar suspenso por falta de radialista que enquadre-se com perfil, como é o caso de um programa que está suspenso atualmente e que era coordenado por um grupo proveniente de um projeto social relacionado à UNAS, e financiado por instituição privada. Estas são algumas possibilidades de interferência direta entre

programa e radialista, pois um não existe sem o outro, e se tratando de um trabalho voluntário as variáveis são diversas. (Diário de campo, 26 e 27/06/2015).

O mesmo acontece com a criação dos programas, que ocorre a partir de vários elementos, dentre eles leva-se em conta a preferência musical do radialista; a habilidade de comunicação; o estilo musical anterior e posterior ao horário do programa que se planeja, para não se tornar repetitivo; a necessidade ou excesso de programas voltados para algum público específico, pois procuram uma programação que atenda uma maior variedade de públicos. Na primeira reunião coletiva da rádio, um radialista que já fez parte da equipe da rádio em outro momento, propôs a realização de um programa gospel, no qual entrevistaria semanalmente um orientador religioso e uma banda gospel deferente. O programa ocorreria uma vez por semana, em um horário que não é utilizado na emissora. A proposta foi apresentada para a equipe de radialistas, mas já estava aprovada pela diretoria, mostrando assim que a autonomia dos radialistas é limitada primeiramente aos princípios estabelecidos em lei, e passa pela avaliação da diretoria que centraliza as ações da emissora. (Diário de campo, 26 e 27/06/2015).

Durante seus 16 anos de participação na rádio, além de ser radialista, João ocupou diversas funções, devido a rotatividade de pessoas na emissora que saíam por diversos motivos. Ocupou a função de coordenador técnico, na qual entende como sendo: “É gravar vinheta, se tiver problema lá na mesa de som ir atrás pra arrumar, ajudar a coordenação geral, etc”.

Também foi diretor geral da emissora, o qual descreve com muitas características, sendo um cargo que ocupa uma posição mais centralizadora na direção da emissora, que ouve o radialista, mas que também esta autorizada a exigir dos locutores, entendendo ser:

Todo mundo é voluntário na rádio, desde a coordenação até a equipe. Então pra você trabalhar com esta equipe você tem que ter um jogo de cintura enorme né, então, de tentar escutar os locutores, e entender o outro lado...

O coordenador geral é responsável por tudo. Por exemplo, tem o Carlos que é coordenador de programação, mas se ele não fizer a parte dele, as pessoas vem aqui e vão falar pra mim, se o locutor faltou, o Carlos não percebeu, o pessoal vem aqui pra falar pra gente.

Outra atribuição do coordenador geral é unir a rádio, a comunidade e a UNAS, na qual existem duas características, na primeira o coordenador representa a rádio, a

comunidade e a UNAS internamente quando recebe visitantes, e externamente quando é convidado para palestras, como fica claro nesta fala:

E outra coisa, o coordenador responde pela rádio, então vem muita gente de fora pra saber da rádio, da história da rádio, convida a gente pra dar palestra, etc. Quem é coordenador tem esse papel de representar a rádio dentro e fora da comunidade. [...] Tem essa responsabilidade, esse papel de fazer esse meio de campo entre a equipe da rádio, a Unas, a comunidade e as pessoas de fora.

Ainda sobre a função de representar a rádio, a comunidade e a UNAS externamente, o coordenador geral é responsável pela burocracia da emissora, articular contato com outras rádios e instituições, e participar de eventos coordenados por movimentos sociais, como João descreve:

A rádio passou por um processo de legalização, E todo esse processo, quem estava responsável era o coordenador geral, de documentação da rádio, fazendo intercâmbio com outras rádios, e também com outros movimentos de rádios associados a AMARCH. [...] Sempre tem formação ou reunião pra falar da situação das rádios comunitárias, e a Rádio Heliópolis sempre é chamada, então o coordenador tem que ir, ou indicar alguém da rádio e preparar essa pessoa pra ir representar a rádio, representar a comunidade, e a Unas.

A segunda característica da função do coordenador geral é repassar as informações das ações promovidas na UNAS para a equipe da rádio, assim como integrar a equipe nas formações que a UNAS oferece, como apresenta-se na fala de João:

O coordenador tem um papel fundamental de fazer o link entre a comunidade, a Unas, e a rádio, e sempre trazer o conteúdo pros locutores, pra equipe, sempre tentar envolver essa equipe nas formações, nas atividades que tem aqui na Unas, apesar de que todo mundo tem um trabalho fora, mas agente tenta deixar eles informados. Pra quando eles forem fazer a programação tenham bastante informação pra que possa passar isso para a comunidade, para os ouvintes. Então o coordenador tem esse papel.

Nesse momento João atuava profissionalmente como educador social na UNAS, e um período depois foi convidado para coordenar projetos sociais voltados para o público jovem, atividade que passou a exigir mais dedicação, obrigando-o a reduzir suas atribuições na rádio, deixando de atuar como radialista e coordenador geral, e assumindo a função de diretor financeiro até o momento.

A escolha por um diretor é feita de forma semelhante aos outros projetos sociais coordenados pela UNAS, segundo João e Amanda, funcionária da UNAS. Quando um coordenador prevê seu desligamento do projeto, treina um integrante do

próprio grupo para assumir sua atividade, acompanha seu desempenho, e indica esta pessoa para a diretoria. (Diário de campo, 03/07/2015).

O mesmo ocorreu com João quando assumiu o cargo de diretor geral, foi indicado para assumir o cargo, sendo legitimado pela equipe da rádio em reunião coletiva. Muito embora, percebe-se que existe uma aprovação da diretoria da UNAS anteriormente à legitimação pela equipe da rádio, como se vê na descrição: “Foi feita uma reunião com a equipe da rádio e a diretoria da Unas, aí falaram que o diretor geral tinha que sair da rádio. E a diretoria da UNAS achou que poderia ser eu. Mas só que tinha que escutar a equipe, e todo mundo aceitou”.

Considerando a participação da UNAS na escolha do diretor geral, e que uma das funções deste é repassar as informações da UNAS para a equipe, percebemos que a relação entre a UNAS e o coordenador geral ocorre de forma bastante direta, e que o este é o maior responsável pelo intercâmbio na relação entre os radialistas e a UNAS.

Uma das funções do radialista é divulgar os projetos da UNAS, como bem expressa João: “A rádio é um dos projetos da Unas, nasceu da necessidade da Unas se comunicar com a população, falar dos projetos, dos problemas da comunidade, e chamar a população pras reuniões, mutirões, [...] e a rádio tem papel fundamental nessa divulgação dessas ações”. Mas, também reconhece que há uma falha nesta função, devido a alguns fatores como a falta de tempo dos radialistas, assim como apresenta em sua fala:

Hoje, acho que a gente tem que melhorar muito mais essa divulgação dos trabalhos que é feito na UNAS através da rádio. [...] Mas a gente esbarra numa série de fatores, inclusive estes que eu falei pra você, da pessoa dedicar duas horas do seu dia de segunda a sexta-feira, pra fazer um trabalho comunitário e não ter tempo pra ver e conhecer os projetos a fundo, pra poder divulgar.

João ressalta que as redes sociais ajudam nesse sentido, pois os radialistas podem consultar o facebook/site da UNAS e repassar as informações nos programas. Muito embora, reconheça que alguns locutores não tenham esta habilidade, como anuncia em sua fala: “Tem locutor que sabe buscar essas informações através das redes sociais e transmitir essas informações, e tem uns que tem mais dificuldade, então depende da programação a pessoa faz um programa voltado à comunidade, e outro já é um pouco falho”. Assim, o entrevistado aponta a responsabilidade do radialista em divulgar os projetos da UNAS. E João reforça a mesma ideia dando outro exemplo:

“Quando tem processo seletivo de trabalho, pra empresas, e agente divulga na rádio, tem muito mais pessoas que veem. Mas, a UNAS cresce muito a cada dia. Então todo dia você tem que ta falando dos projetos, e isso algumas pessoas fazem e outras não”.

Existe um programa denominado de Show da Tarde e Voz da Unas, que ocorre das 12:00h às 14:00, no qual o radialista é responsável por fazer um programa jornalístico, e ainda informar sobre a UNAS. Porém, em seu programa acessa as informações da instituição apenas pela internet, ou ainda via panfletos informativos distribuídos na secretaria da mesma, como sobre a agenda de eventos, cursos e palestras. (Diário de campo, 28/06/2015).

Quando questionado se os radialistas estão mais próximos de algum projeto do que outros, João reconhece que os radialistas falam mais dos projetos sociais que estão mais próximos geograficamente, como é o caso dos CCA's da região central de Heliópolis, pois algumas creches levam as crianças para conhecer a emissora, ver como funciona, e participam dos programas. Já os projetos sociais mais distantes, como é o caso do MSE (Medida Sócio Educativa), não são divulgados na rádio, pois não interagem em nenhum momento com a emissora.

João argumenta que uma das estratégias desenvolvidas atualmente é a: “gravação de vinhetas, informando qual é o projeto, qual é o público que ele atende, quais são os horários, etc., pra facilitar que essa informação chegue nos locutores, e que eles passem pra população”. Assumindo que este aspecto precisa ser aperfeiçoado, e que dessa forma a UNAS, a rádio e os moradores são beneficiados, pois segundo ele: “A gente além de estar divulgando os projetos da UNAS, vai estar trazendo essa população pra participar dos projetos, e a gente acaba conseguindo mais audiência também”.

Ainda sobre o assunto, João admite que recentemente houve um processo seletivo que ofereceu vagas profissionais para atuação em serviços gerais em uma empresa da região, no qual a UNAS apoiou oferecendo espaço pra seleção e divulgação, mas que não foi informado na rádio, e que ele mesmo não ficou sabendo desta seleção.

Neste momento João reconhece que a responsabilidade não é somente do radialista, mas que a UNAS não repassa todas as informações que poderia para a emissora, como expressa:

Só que não existe alguém pra fazer este meio termo. [...] A informação é muito rápida aqui na unas e não tem um departamento de comunicação fechado ainda, então é muito difícil. Acho que um dos problemas que a gente enfrenta na UNAS é a comunicação, então se a gente melhorar e transmitir o

que acontece pra rádio, com certeza vai melhorar a comunicação pra comunidade, porque a rádio é um braço da UNAS pra comunidade.

De toda forma, as informações solicitadas pela UNAS para divulgação na emissora são realizadas por todos os radialistas ao menos uma vez em cada programa, fato observado nos diversos programas que acompanhei durante a visita ao campo. Como o chamamento dos pais para uma reunião na escola, sobre a recente greve dos professores e recuperação de aulas durante as férias, e também a presença da advogada que estava na emissora para atendimento da comunidade voluntariamente, e que estará todos os sábados respondendo dúvidas no programa das 13:00h até 15:00h. (Diário de campo, 27/07/2015).

É importante ressaltar que a RCH transmite eventos promovidos pela UNAS quando a instituição solicita a divulgação e/ou a cobertura completa, como é o caso de uma “Parada pra Formação” que a UNAS realizou em maio, na qual todos os seus funcionários e voluntários interrompem suas atividades laborais para realizar uma avaliação conjuntural política, planejamento futuro dos projetos, e participar de formações sobre redução da maioria penal, sobre o direito das mulheres, e sobre gênero com a participação do movimento LGBT de Heliópolis. Neste evento também integrou uma das mesas, o então, secretário das relações governamentais da prefeitura, Alexandre Padilha, e o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini.

Mas a emissora também transmite eventos que não são organizados pela UNAS, como é o caso da Virada Cultural - São Paulo, que ocorreu no CEU Arlete Persoli, nos dias 20 e 21 de junho de 2015. (Diário de campo, 21/06/2015).

Mesmo com o passar do tempo, João continuou a enxergar no RAP uma identificação que não encontra em outro estilo musical, marcado principalmente pelo comprometimento com os moradores, conforme aparece na fala de João:

O RAP tem esse cunho social, então quando tem evento beneficente é mais fácil trazer o cara do RAP, do que do forró, sertanejo, jovem guarda.... Os caras falam que precisam de uma ajuda de custo, mas pra um show beneficente você não tem recurso financeiro pra pagar o artista, e o pessoal do RAP sempre tá ajudando nesse sentido, por isso na maioria das vezes quando a gente tem show beneficente tem muito RAP. Porque o RAP colabora também, então faz esse trabalho social.

Dessa forma, o sentido atribuído ao RAP e a RCH estão diretamente ligados à importância pra comunidade, visando a solidariedade, e a busca por melhorias para o coletivo.

Geralmente quando a emissora se compromete em realizar a cobertura completa, faz entrevistas com palestrantes, e também com participantes do evento. Muitas vezes é transmitido ao vivo para a rádio, ou é realizado uma gravação em áudio ou áudio e vídeo que são transmitidos em outros programas e no site da emissora.

Transmissão completa que pude acompanhar quando participei da 17ª Caminhada pela Paz. Durante o percurso para o ponto de concentração ouvi a RCH através do celular, no qual o radialista Bruno anunciava a caminhada que logo ocorreria convidando os moradores para participar, e ainda ouvia o radialista Marcelo que estava no local transmitindo imediatamente para a rádio detalhes da movimentação das pessoas que ali estavam, e com o desenrolar do evento transmitiu ao vivo entrevistas que realizava com representantes dos movimentos sociais, representantes do poder público, e moradores do bairro. (Diário de campo, 11/06/2015). Todas as coberturas completas de eventos são realizadas pelo radialista Marcelo, pois ele tem interesse, habilidade técnica para realizar e editar, e também disponibilidade de tempo, devido a flexibilidade com sua profissão.

Ainda como funções da rádio comunitária, tem-se a divulgação dos artistas e bandas principalmente regionais. Mas a RCH não se atem somente a música, e sim a ideologia e história do artista ou banda, como aparece em sua fala sua de quem? : “Todo mundo, sem exceção, que chegava na rádio, que a gente entrevistava, saia falando bem. [...] O cara toca sua música, entrevista você, deixa você falar sua ideologia, o que você quer passar através da música, então acabou se criando um diferencial”. Esta tarefa, a emissora realiza gratuitamente, pois em uma rádio comercial ou rádio pirata este serviço é cobrado, fato que fortaleceu o interesse dos artistas participarem dos programas da rádio, como expresso na fala de João: “Começou a fortalecer os grupos daqui, dar destaque, dar oportunidade, tocar músicas daqui e dos grupos de fora também que tiveram interesse em vir, inclusive os grupos que já eram conhecidos”.

É motivo de orgulho para João os artistas que hoje são reconhecidos no mercado, terem divulgado seu trabalho na RCH, como aparece em sua fala:

[...] Praticamente todos os grupos conhecidos do RAP do Brasil, passaram pela Rádio Heliópolis, desde 2000 até os dias atuais. Racionais MCs, MV Bill, RZO, Ndee Naldinho... Slim Rimografia, que inclusive depois participou do Big Brother Brasil. Ele é cantor de RAP, mas antes ele veio aqui na rádio, a gente entrevistou ele, fez evento com ele aqui em Heliópolis.

Outros radialistas também recebem músicos e/ou bandas para divulgarem seu trabalho, ocorrendo de duas formas, quando o próprio locutor convida o artista, pois o conheceu em algum local, ou quando o artista entra em contato com a emissora pedindo apoio na divulgação.

Evidenciamos que 04 (quatro) programas realizam entrevistas periodicamente, com músicos e/ou bandas, e enquadram-se na primeira opção citada, ou seja pelo interesse do estilo musical. Assim, tem-se o programa Classic Praise que realiza entrevistas com bandas gospels e um orientador religioso, em todos os programas sem exceção; o programa Revolução RAP que faz entrevistas com artistas ou bandas de Hip Hop, pelo menos duas vezes por semana; o programa Mistura de Ritmos que desenvolve entrevistas geralmente com bandas de estilo nordestino, minimamente uma vez ao mês; e o programa Pá da qui, pá de lá, que geralmente toca samba, romântico e pop, convida uma vez ao mês ou a cada dois meses uma banda com algum destes estilos musicais.

Outros sete (sete) entrevistados relataram não convidarem bandas ou músicos para participar de seus programas, justificando que o horário da programação não é propício para esse tipo de atividade, ou que só recebem convidados quando são procurados.

Uma das funções da RCH é a divulgação de informações de utilidade pública, identificada como uma atividade realizada por todos os entrevistados, na qual contempla: informar sobre reuniões e/ou eventos culturais agendados na comunidade e/ou na cidade promovidos pela UNAS ou por outras instituições; apoiar campanhas sociais; divulgar documentos perdidos, e pessoas desaparecidas. E também transmitem vinhetas de utilidade pública, sobre diversos assuntos, como sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, sobre coleta seletiva, entre outros temas.

Neste sentido, o anúncio de pessoas desaparecidas foi identificado por João como um momento marcante, pois aproximadamente há 13 anos, anterior a legalização da emissora, durante a transmissão de um programa na emissora, um policial lhe procurou para informar na emissora o desaparecimento de uma criança perdida. Em suas palavras:

[...] Ele disse: é que eu to com uma criança na viatura, e essa criança não falou nada comigo, está meio tímida, e eu queria saber se você pode anunciar na rádio, se não achar os pais dela eu vou ter que levar pra delegacia, ter outros procedimentos. Parei a música na hora e quando eu comecei a falar no microfone ele abriu um sorriso, falei o nome dele, e comecei a anunciar que ele tava lá, falei a roupa dele, etc. Não deu 5 minutos a mãe dele chegou. A

mãe dele tava na rua, de moto procurando ele, tava desesperada, só que tinha uma vizinha dela que tava escutando a rádio, e avisou.

Acrescenta ainda que faz pouco tempo, alguns meses, caminhava por Heliópolis e cumprimentou um grupo de jovens que estava parado na rua, e algum jovem lhe disse: “Oh, João você lembra de mim?” João não recordou, mas o rapaz se apresentou como a criança que esteve perdida neste dia. Ressalta que foi algo marcante para ambos e indica que este é um dos papéis que a rádio cumpre, como em sua fala: “Depois de criança ainda lembrava o que tinha acontecido. Aquele dia marcou a vida dele. [...] Também foi muito gratificante pra mim. Então, é a importância que a rádio tem também”.

Neste momento vemos que a rádio foi considerada um espaço importante para as autoridades, identificada como um possível apoio na comunicação com a comunidade. E também chama a atenção o sentimento de gratificação sentido por João, indicando uma motivação para sua atuação.

Dando sequência a transmissão de informações de utilidade pública ou prestação de serviços da rádio para comunidade, João ressalta que cada programa da rádio é responsável por transmitir informações conforme uma temática, como o programa Revolução RAP, que: “trata de temas voltado pra juventude, toda questão voltada à prevenção de álcool, drogas, sexualidade... Então traz essas informações pro público dele”.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ouvi o radialista atual do programa, Davi, falar sobre a redução da maioridade penal em uma transmissão ao vivo, na qual se posicionou contra, argumentando que é necessário haver mais investimentos nos jovens a partir da educação e cultura, e menos preconceito com os jovens das periferias e jovens negros, citando algumas experiências que já presenciou, e reforçando que cadeia não resolve os problemas. Dessa forma o radialista demonstrou transmitir ao vivo sua própria opinião. (Diário de campo, 26/06/2015).

Neste mesmo sentido, João cita o programa Agenda da Periferia como um programa informativo, realizado às terças-feiras, que deriva de uma parceria da RCH com a Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, uma associação civil sem fins lucrativos. O programa divulga eventos culturais de uma pequena revista denominada de “Agenda Cultural da Periferia”. Esta revista é distribuída gratuitamente e possui seis seções fixas de Teatro, Hip-Hop, Rodas de Samba da Comunidade, Literatura, Outras Cenas e Formação Cultural. Nela, é divulgada a agenda e um pouco

sobre a história dos movimentos culturais atuantes nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo, que não tinham espaços de divulgação nos guias convencionais de cultura.

No programa Show Mix, o entrevistado Roberto relatou que transmite informações em seu programa a partir de revistas impressas sobre assuntos domésticos, pois em seu entender dá dicas úteis para o dia a dia dos moradores.

O radialista Bruno, responsável pelo programa Frequência do Sucesso, transmite informações muitas vezes a partir de jornais impressos, e muitas vezes fala sobre assuntos políticos e econômicos em pauta nas mídias ou na comunidade, como: redução da maioria penal, projeto de lei da terceirização dos serviços, greves nas escolas, entre outros. Segundo o radialista busca falar sobre os benefícios e malefícios de cada problemática.

Contrapondo a fala de João, iremos apresentar com mais ênfase as principais características dos programas da RCH, visando uma compreensão mais profunda e abrangente sobre a programação da emissora.

A programação da emissora contempla doze (12) atrações de segunda-feira a sexta-feira e nove (09) atrações aos sábados e domingos, totalizando 21 programações. Os programas transmitidos durante a semana na sua maioria são conduzidos pelos mesmos locutores todos os dias, porém aos finais de semana são outros locutores (as) com outros programas. A exceção ocorre com um locutor que transmite dois programas, um programa mais informativo durante a semana, já o outro programa é mais musical aos sábados e domingos.

A maior parte dos programas possui duas horas de duração. As exceções são: A Voz do Brasil, Fala Jovem, e Agenda da Periferia que transmitem por uma hora; o programa religioso católico “Orando com Fé”, que é transmitido por 30 minutos; e o programa religioso evangélico Classic Praise que transmite por 2 horas.

É possível verificar na programação da RCH, dias da semana, horários e duração, e estilo preferencial<sup>4</sup> adotado pelos locutores, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

---

<sup>4</sup> Criamos a classe estilo preferencial para indicar o enfoque dado por cada programa, avaliando a descrição dada por cada entrevistado sobre o seu próprio programa, pela observação realizada nos dias de visita à emissora, e pelo acompanhamento da programação feita mediante via rádio web.

Quadro 01 – Programação Completa da RCH.

<b>Dias da Semana</b>	<b>Horários</b>	<b>Programas</b>	<b>Estilo Preferencial Musical/Informativo</b>
Segunda / sexta	06:00 às 08:00	Alvorada Sertaneja	Sertanejo
Segunda / sexta	08:00 às 10:00	Roberto Carlos e Convidados	Jovem Guarda
Segunda / sexta	10:00 às 12:00	Frequência do Sucesso	Jovem Guarda
Segunda / sexta	12:00 às 14:00	Show da Tarde e Voz da Unas	<b>Jornalístico</b> e Musical diversificado
Segunda / sexta	14:00 às 16:00	Forrozão de Heliópolis	Forró
Segunda / sexta	17:00 às 19:00	Clube Mix	Samba e Romântico
Segunda / sexta	19:00 às 20:00	A voz do Brasil	<b>Informativo</b> obrigatório
Segunda / sexta	20:00 às 22:00	Revolução RAP	RAP, Reggae, Funck Original
Terça e quinta	14:00 às 14:30	Orando com Fé	Religioso
Terça	16:00 às 17:00	Agenda da Periferia	<b>Informativo</b> e Musical diversificado
Sexta	16:00 às 17:00	Fala Jovem	MPB, Rock, Pop, Nacionais e Internacionais
Sexta	22:00 às 00:00	Classic Praise	Religioso
Sábado / domingo	07:00 às 09:00	Show da Manhã	Jovem Guarda
Sábado / domingo	09:00 às 11:00	Estilo Musical	Forró
Sábado / domingo	13:00 às 15:00	Linha Cruzada	<b>Informativo</b> e Musical diversificado
Sábado / domingo	15:00 às 17:00	Nas Quebradas do Nordeste	Forró
Sábado / domingo	17:00 às 19:00	Mistura de Ritmos	Musical diversificado
Sábado / domingo	19:00 às 22:00	Pá da Qui Pá de Lá	Samba, Pop e Romântico
Sábado	11:00 às 13:00	Programa Miguel Bezerra	Musical diversificado
Domingo	11:00 às 13:00	Show Mix	Musical diversificado
Domingo	19:00 às 22:00	Forró Brega Nejo	Forró

Fonte: Pesquisa de campo, dados da pesquisadora.

Destacamos como programas informativos, aqueles que dão preferência para a transmissão de informações, ou seja, que dedicam quantidade menor para a transmissão de músicas.

Neste pensamento, consideramos que a emissora possui quatro (04) programas que dão ênfase a transmissão de informações, para além das informações obrigatórias de utilidade pública, sendo os seguintes: a Agenda da Periferia, voltado à informações culturais como já citado anteriormente; o programa A Voz do Brasil que é considerado obrigatório; o programa Show da Tarde e Voz da UNAS como um programa que transmite mais informações sobre a UNAS, mas também sobre a hora certa, o clima, a previsão do tempo, o trânsito na região e em São Paulo, o resultado da mega sena, entre outras informações voltadas mais para o jornalismo. E também destacamos o programa Linha Cruzada, considerado informativo, pois transmite um quadro denominado:

Assessoria Previdenciária, no qual uma advogada apresenta a cada programa informações sobre os direitos do cidadão, como aposentadoria, benefício assistencial, INSS, entre outros, respondendo dúvidas dos ouvintes ao vivo. Todos os sábados pela manhã, até a transmissão do programa, a advogada e sua assistente permanecem na emissora disponível para consulta jurídica individual, gratuita, aos moradores da comunidade. Em contrapartida, esta advogada recebe uma quantia financeira, pelo seu trabalho advocatício, caso o morador tenha interesse em iniciar processo jurídico.

Dessa forma, quatorze (14) programas demonstraram transmitirem apenas informações de utilidade pública obrigatórias para a comunidade, como aquelas solicitadas por alguma instituição ou pessoa, como: eventos, reuniões, documentos perdidos, pessoas desaparecidas, ou vinhetas educativas, dando preferência para a transmissão de músicas na maior parte do tempo.

Verificamos que três (03) programas revelaram transmitirem com frequência informações alcançadas em outras fontes, como revistas e jornais, demonstrando que não se limitam a transmissão de informações de utilidade pública obrigatórias.

Podemos evidenciar assim, que apesar de haverem programas bastante informativos, a grande maioria é musical, de entretenimento, e pouco informativa.

Refletindo sobre a função da emissora na transmissão de informações à comunidade, quando questionados sobre os problemas vivenciados pela comunidade, os radialistas elencaram alternadamente questões principalmente referentes: saúde, educação, meio ambiente, moradia, lazer, entre outros.

No que tange as problemáticas que envolvem à saúde, o principal motivo se dá pela falta de qualidade nos atendimentos, pela demora na realização dos exames que pode chegar há 5 meses, e pela falta de trabalho preventivo. Apesar de ter sido uma questão citada por 40% dos entrevistados, apenas 03 (três) radialistas relataram abordarem em seus programas este assunto. Como demonstra o locutor Marcelo, em entrevista, que realizou uma matéria com os profissionais do posto de saúde de Heliópolis, assim como, convidou-os para participarem do programa da rádio abordando a temática da saúde. E também, como João relata, a rádio já fez parte do projeto Multiplicando Saúde, na qual profissionais da área da saúde que atuavam em Heliópolis transmitiam semanalmente um programa com informações diversas sobre a saúde, visando a prevenção de doenças.

As questões sobre o meio ambiente, mais especificamente sobre o lixo, foi um assunto abordado por 60% dos radialistas entrevistados, sendo evidenciada maior mobilização dos locutores para discussão na emissora sobre este assunto.

Os radialistas Marcelo e Davi relataram em suas entrevistas a realização de uma matéria sobre o depósito inapropriado de lixo numa esquina de Heliópolis pelos moradores, gerando o acúmulo de lixo no local. Entraram em contato com a Subprefeitura para solicitar a retirada do material, a qual informou efetuar a limpeza do local com frequência, mas apontando que não consegue mudar o hábito da população. Portanto, estes radialistas estabeleceram uma parceria com a subprefeitura, a UNAS, e uma escola, na qual planejaram uma campanha de manutenção de limpeza no local, retirando o lixo, e fazendo uma arte (pintura e colagem) no muro da esquina com imagem de crianças, estudantes da escola ao lado desta esquina, visando nesta campanha a conscientização de que o espaço é público, servindo de passagem para pedestres e principalmente pelos estudantes, e não para depósito de rejeitos. Também conversaram com alguns moradores da região, e decidiram ampliar a campanha para as redes sociais da rádio, e da UNAS, e como consequência multiplicou-se para perfis particulares. Na emissora, esta campanha se materializou na criação de uma vinheta sobre os dias e horários de realização da coleta de lixo que é transmitida todos os dias, assim como conversaram com todos os radialistas para que falem em seus programas sobre esta campanha, pois compreendem que se trata de uma questão que necessita de constante abordagem.

Neste sentido, se evidenciou que dentre os entrevistados, cinco (05) radialistas relataram em suas entrevistas falarem nos intervalos dos programas, com frequência, sobre os dias da coleta de lixo em Heliópolis, buscando dar sequência a campanha. Além disso, o radialista André também relatou pedir que os moradores estacionem seus carros nas ruas de forma que o caminhão do lixo possa passar, pois a maioria das ruas é extremamente estreita.

Com relação às questões referente moradia e educação, apenas 40% dos entrevistados elencaram como um problema vivenciado na comunidade. Porém, responderam não serem temas que discutem em seus programas, compreendem que é uma questão abordada pelos movimentos sociais organizados da comunidade e organizada pela UNAS.

No que se refere às questões de lazer, foram apontados por dois (02) radialistas a falta de praças e espaços de lazer em Heliópolis. Já, com relação ao “fluxo”, 50% dos entrevistados citam como um problema na comunidade.

O “fluxo” é uma festa noturna, na qual as pessoas se encontram em uma rua conhecida para ouvir músicas de funk, dançar, ingerir bebidas alcoólicas, conhecer pessoas, e algumas ainda para usar drogas. Esta festa acontece semanalmente, e algumas vezes quinzenalmente, começa no início da madrugada e encerra somente pela manhã. A problemática se dá devido aos moradores próximos não conseguirem dormir durante a noite devido ao som, em volume alto; pela dificuldade na passagem dos moradores pelas ruas, já que as pessoas permanecem no meio da estrada a qual é caminho para o trabalho, por exemplo; e ainda devido a quantidade de lixo que permanece nas ruas ao final desta festa, o qual são os próprios moradores da rua que acabam recolhendo o lixo.

Este tema, surgiu desde a primeira visita à campo, quando João descreveu com detalhes as consequências desta festa, que surgiu no bairro a poucos anos, e que lhe preocupa, enfatizando o uso de álcool e drogas pelos jovens, a gravidez precoce de jovens mulheres, e a violência pois é frequente a intervenção dos policiais civis, que procuram dispersá-los com bombas de efeito moral. (Diário de Campo, 27/04/2015).

O locutor Marcelo, em outro momento relatou o conflito que há entre os moradores e os jovens que participam desta festa, realçando que um senhor de idade teve um problema de saúde em casa durante a noite e a ambulância precisou se aproximar de sua residência e não pode, causando a morte deste senhor. Este fato marcou bastante Marcelo e segundo ele alguns moradores, mas a população não estabeleceu nenhuma ação de enfrentamento quanto esta problemática. (Diário de campo, 26/06/2015).

Apesar de ser um tema recorrente, percebemos que há uma resistência em se discutir abertamente sobre este tema na emissora, principalmente porque envolve grupos organizados ilegalmente. Identificou-se que há o sentimento de medo quando questionados sobre o enfrentamento ao tráfico organizado local, pois consideram que estes podem se sentir ameaçados, e assim podendo ocorrer um grande conflito. Percebe-se que estes radialistas optam pela conservação de si próprios, já que não se sentem potencializados individualmente. Por este mesmo sentimento de medo, e visando a segurança dos próprios radialistas a diretoria da emissora sugeriu que não fosse discutido o tema do “Fluxo”.

De acordo com seis (06) entrevistados o medo do enfrentamento desta temática leva-os a esperarem que outras instituições resolvam este problema, como por exemplo, a UNAS, os Policiais, ou ainda a Subprefeitura, justamente por reconhecerem nelas a possibilidade de enfrentamento.

Refletindo a respeito destas problemáticas vivenciadas pelos moradores de Heliópolis, identificamos que são questões que perpassam na vida da maioria da população do país, sendo uma realidade que se repete, e que não é exclusiva deste local. Porém, esperar que alguma instituição resolva alguma questão social, segundo os princípios de Espinosa, seria estar no campo da ilusão. Mas, vemos que os radialistas quando atuam em conjunto tem o potencial de problematizar e criar estratégias de enfrentamento, assim como ocorreu com a campanha do lixo planejada em parceria.

Ainda sobre a programação da emissora, são transmitidas nos intervalos dos programas vinhetas de apoios culturais, ou seja, anúncios de apoiadores do comércio local, conhecidos em emissoras comerciais como spots radiofônicos. Os apoios culturais são produzidos no estúdio da própria emissora e possui o objetivo de divulgar o comércio local e/ou da região, não sendo permitida a divulgação de valores ou preços de produtos e/ou serviços conforme imposição registrada na Lei nº 9.612. Os Apoios Culturais são transmitidos a partir de um contrato, no qual estabelece a quantidade diária e o período de tempo que será veiculado na programação, e define-se um valor cobrado pelo mesmo, segundo a frequência e permanência do apoio. Em entrevistas verificou-se que o valor cobrado pelos apoios culturais é simbólico, estando muito inferior aos valores cobrados pelas rádios comerciais, variando de R\$ 50,00 até R\$300,00 mensais. O valor correspondente à cada apoio cultural é dividido, entre o locutor que obteve o apoio cultural, o qual recebe 50% do valor pago, e os outros 50% permanecem em um caixa, gerenciado pelo diretor financeiro, o qual supre as despesas da emissora, como por exemplo, energia elétrica, internet, mensalidade do site da emissora, água, manutenção dos equipamentos, entre outros.

Uma emissora comunitária tem despesas e precisa de uma quantia financeira para quitá-las. Neste sentido a UNAS a auxilia financeiramente com uma quantia, desde o início de suas atividades, mas não é o suficiente. E neste sentido a legislação radiodifusão comunitária limita a emissora e obriga-a a adotar medias através dos apoios culturais, estratégia que não é simples de acordo com a fala de João:

A gente está legalizado, mas não tem condições de sobreviver, porque a lei não permite isso, [...] ela entende que a rádio comunitária é sem fins

lucrativos, então não pode gerar renda, só que a rádio tem despesa, como você vai fazer pra pagar essas despesas se você não tem renda?

A lei tem um artigo que é bem claro, você pode ter patrocínio em forma de apoio cultural, mas não pode vincular bem, serviços, condições de pagamento, etc. E aí comércio local não vai querer divulgar na rádio porque ele quer divulgar o produto dele, o serviço dele, a promoção, as condições de pagamento que tem lá. E a lei não permite isso, então o cara não vai querer divulgar na rádio.

A dificuldade financeira das emissoras comunitárias também foram apontadas no levantamento da literatura, sendo uma fragilidade que permite com que as emissoras sejam cooptadas por partidos políticos, entidades religiosa, ou privada que desvirtuam de seus princípios comunitários e respondem a interesses privados. (PERUZZO, 1998b).

Outra questão levantada por João foi o fato de a RCH transmitir vinhetas educativas ou de saúde solicitadas pelo Ministério da Saúde, por exemplo, sem receber nenhuma quantia, o que não acontece com as emissoras comerciais que recebem grandes quantias por este serviço. João atribui a esta situação o fato de a legislação não permitir, mas também a uma forma de não reconhecer o trabalho educativo das emissoras comunitárias, conforme aparece em sua fala:

A rádio faz esse papel de orientar, e de informar a população dos seus direitos e deveres de cidadão. Tem muitas campanhas de prevenção relacionadas à saúde, ao meio ambiente, que inclusive o poder público manda transmitir, só que a gente tem que tocar gratuitamente, agora pras rádios comerciais eles pagam milhões. Isso eu acho muito injusto. Uma fatia dessa verba que é pago nessas rádios comerciais, podiam ser destinadas às rádios comunitárias. Que a rádio comunitária de fato faz esse trabalho na comunidade em que ela atua, e teria que ter o mínimo de reconhecimento. [...] Então, é bem injusta essa relação que tem entre as rádios comerciais, e as rádios comunitárias, e o poder público.

Acho que se eles reconhecessem a importância e o trabalho que as rádios comunitárias desenvolvem, já tinham achado maneiras, pra poder encaminhar recursos pra que essas rádios desenvolvessem com mais capacidade essas informações, e isso iria trazer benefícios para a comunidade, porque eu acho que prevenir é sempre melhor do que remediar. E a rádio tem esse papel.

Neste sentido a 1º CONFECON, já sugeriu em suas propostas a instituição de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Comunicação Comunitária<sup>5</sup> para permitir na prática a viabilização das RCs brasileiras.

---

<sup>5</sup> Dentre as propostas, aprovou-se a criação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Comunicação Comunitária para viabilizar a implantação de rádios e TVs comunitárias; a abertura de editais para habilitação de novas rádios comunitárias; a garantia de suporte técnico por parte do Ministério das Comunicações para as comunidades que queiram instalar uma rádio comunitária; a promoção de intercâmbios com rádios, TVs e clubes comunitários internacionais; a realização de pesquisa

E como já apontado no levantamento bibliográfico na investigação de Leal (2007), já ocorre na legislação e na prática das emissoras comunitárias francesas um Fundo de apoio.

João preocupa-se com a sustentabilidade não somente da RCH, mas também das outras emissoras, aponta que já observou rádios fecharem por que não conseguiram subsídios financeiros, e que é preciso lutar para alterar a legislação, mas que não é uma tarefa fácil, como demonstra em sua fala:

Tem várias rádios que já conseguiu a concessão, Mas já está fechada porque não conseguiu sobreviver. Não basta só legalizar, porque legaliza, mas e depois? A rádio acaba morrendo! E nosso papel é sempre tentar cutucar, mas mexer com a legislação é muito difícil, envolve vários fatores, mas a gente tem que lutar pra que isso aconteça. [...] Agora a luta é pra que outras rádios sejam legalizadas, e pra que a lei mude pra que essas rádios que foram legalizadas e que vão vir, tenham condições de sobreviver.

Durante a 1º CONFECON, já se aprovou a permissão legal da veiculação de publicidade institucional e de utilidade pública, mas até o momento não houve nenhuma alteração a respeito.

De modo geral a programação da emissora é avaliada pelo grupo a partir das reuniões mensais, que ocorrem aos sábados. As reuniões, são coordenadas pelos diretores, em seu início sempre há uma integração descontraída com coffee break coletivo, em seguida: avaliam a realização de atividades do último mês, e discutem um breve planejamento futuro para o próximo mês; comunicam dificuldades geralmente operacionais ou estruturais e buscam soluções; informam a mudança ou discutem a necessidade de alteração da programação; alertam para alguns pontos a serem melhorados pelos locutores; planejam a agenda para o próximo mês, e possível organização interna para cobertura de algum evento na comunidade; informam e discutem alterações na estrutura do site da emissora ou pagina no facebook; informar a entrada de novos radialistas, ou a saída de algum; entre outras atividades que dizem respeito ao coletivo.

---

para identificar as rádios comunitárias no país para conhecimento da radiodifusão sonora e sua ampla divulgação; a formação de comissões compostas por diferentes setores sociais objetivando analisar as necessidades de se instalarem rádios comunitárias, principalmente onde ainda não existe uma; a definição do modelo de transmissão digital que utilize tecnologia nacional nas Rádios Comunitárias; e a implantação e desenvolvimento de projetos alternativos por meio da organização de cooperativas de comunicação e cultura;

A emissora não possui estatuto, mas a partir de reuniões internas deliberaram normas gerais, formando o início de um pequeno regimento interno, as quais estão expostas em uma parede interna do estúdio da rádio.

Na participação de uma reunião a equipe de diretoria apresentou um plano de sugestões para melhorias da emissora, no qual haveria algumas mudanças quanto à programação da emissora, a diminuição de tempo dedicado a transmissão de músicas, os radialistas que atuam individualmente passariam a conquistar pelo menos mais uma pessoa para transmitir o programa, e a aplicação de uma pesquisa com os moradores da comunidade para saber o que pensam e preferem na RCH, dentre outras mudanças. (Diário de campo, 04/07/2015).

Também complementaram que a UNAS esta criando um Plano de Comunicação, na qual esta sendo criada uma comissão para pensar melhorias na comunicação entre os projetos sociais, e entre os projetos e a comunidade, portanto a diretoria sugere a participação de pelo menos um representante da RCH nesta comissão. Maria, coordenadora de projetos da UNAS e integrante desta comissão, conversou com os radialistas sobre as motivações desta comissão e os desafios, e juntamente com a comissão constataram que as redes sociais são uma ferramenta de apresentação dos projetos sociais, e também uma das formas de comunicação com os moradores da comunidade, assim como ela possibilita um controle e visão geral desta comunicação. Ao final da reunião, todos os radialistas se interessaram em aprender a utilizar melhor ferramentas da internet, como as redes sociais, deliberando assim um curso coletivos no projeto social coordenado pela UNAS, denominado de Facebook na Comunidade. (Diário de campo, 04/07/2015).

Esta comissão em reunião com a diretoria da RCH e da UNAS, conseguiu um apoiador cultural, que concordou em investir e colaborar com o plano de melhorias. A quantia financeira será utilizada para reembolsar atividades extras que já desenvolvidas por quatro (04) radialistas, durante 3 meses, representando 4 horas semanais de atividades, como fazer vinhetas educativas, elaborar e melhorar o site da emissora, elaborar matérias na comunidade para transmitir nas diversas programações, mas também ensinar outros radialistas a desenvolverem habilidades de sonoplastia, entre outras melhorias. (Diário de campo, 04/07/2015).

Sobre as reuniões coletivas percebemos que tem objetivo de integração dos locutores, pois muitos deles não se encontram em outro momento devido a rotina diversificada. Tem também a utilidade de resolverem questões burocráticas,

operacionais e estruturais. Mas percebemos que a maioria das decisões são tomadas pela diretoria e informadas ou consensuadas pelo coletivo, ou seja, os radialistas não se deparam com algum problema e exercitam o debate entre si para solucioná-lo, mas sim um encaminhamento de opções e decisões já planejadas.

Dessa forma, entendemos que o único momento em que os radialistas encontram-se reunidos, é também uma atividade informativa burocrática e, não desenvolvendo o espírito coletivo para o enfrentamento das questões sociais que observam na comunidade, como já apontado anteriormente, e um destes elementos são as dificuldades urgentes que vivenciam todos os dias, como a falta de investimento financeiro.

Segundo João, no momento a rádio está associada à AMARC, declara que alguém da emissora sempre participa de eventos promovidos pelo movimento, mas reconhece que durante a luta pela conquista da legislação da radiodifusão comunitária brasileira articulava-se politicamente com mais frequência, participando de reuniões, eventos, entre outros. Cita brevemente que a emissora também acompanha o FNDC, mas que participou apenas de um evento, justificando que possui mais vínculos com a AMARC por ter acompanhado seu processo de luta pela legalização, como expõe em sua fala: “A gente é associado a AMARCH, e tem a Frente pela luta da Democratização, mas a gente desenvolve um papel de articulação com a AMARCH, porque ela está com a gente desde o início da luta aqui da rádio, junto com o ALBORE, junto com outros...” Expõe ainda que por a RCH ter sido a primeira emissora comunitária a receber a outorga em São Paulo, foi convidada para participar de diversas mesas redondas de congressos, seminários, etc.

Um destes casos é a Audiência pública: “Rádios Comunitárias, Desafios e Perspectivas”, promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), ocorrida no dia 28/08/2014 em São Paulo, a qual pude presenciar. A Rádio Comunitária Heliópolis participou da segunda mesa, com tema: “Fiscalização da Radiodifusão: desafios e perspectivas”, e dividiu a mesa com as instituições: Intervezes, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), e com o procurador da República. A mesa de abertura discutiu o tema “Democracia e Radiodifusão: o espaço da rádio comunitária”, e foi composta pela ARTIGO 19, Movimento Nacional de Rádio Comunitária (MNRC), Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO NACIONAL), e Associação Mundial de Rádios Comunitárias (ABERT), esta última representando o

interesse comercial na radiodifusão. O Ministério das Comunicações e a Polícia Federal, que haviam confirmado presença, não compareceram na audiência.

Neste evento, Rubens representou a emissora, foi coordenador da emissora por vários anos, mas não compõe a equipe atualmente. Argumentou que a RCH é ouvida por 200 mil habitantes, mas que o sinal é péssimo, sofrendo muita oscilação, e este elemento diz respeito a falta de investimentos do Governo e Estado. Rubens questiona a falta de apoio financeiro mediante editais, fundos sociais, campanhas educativas, entre outras, e assim entendendo a falta de reconhecimento, defendendo que “A RC é a verdadeira rádio pública, mas quem ganha verba do governo são as rádios comerciais. Não podemos fazer publicidade, propaganda, mas temos que comer e vestir. Somos marginalizados.” (Diário de campo, 28/08/2014).

Defendeu juntamente com outros movimentos sociais a lentidão na liberação das outorgas, deixando as rádios na irregularidade, aplicando multas, e causando o fechamento das emissoras muitas vezes com o excesso de violência da polícia, reforçando o tratamento marginalizado. Assim como outros movimentos, Rubens queixou-se quanto a criminalização das emissoras comunitárias, exemplificando que depois de 30 anos as autoridades falam diante da imprensa que as rádios comunitárias influenciam nos sinais das torres de aviões, fato que é uma calúnia. Encerra sua fala afirmando a necessidade das RCs se unirem para lutar por seus direitos, e defender sua importância na comunidade, pois o “inimigo” não é a concorrência e sim outro. (Diário de campo, 28/08/2014).

Situação esta que também é amplamente debatida com relação a legislação das RCs e que foi aprovado uma proposta de desburocratização<sup>6</sup> das concessões de Rádios Comunitárias na 1º CONFECOM, em 2009, mas que não houve nenhuma mudança até o momento.

---

<sup>6</sup> A proposta contempla as seguintes características: a) criação de Secretaria Nacional de Rádios e TVs comunitárias com um conselho de acompanhamento de autorizações, e com a participação da Sociedade Civil; b) abertura de aviso de habilitação nacional permanente, com prioridade para as regiões não atendidas pelo serviço, e respeito aos pedidos históricos; c) criação de uma lista única dos processos (disponibilizada na internet), pela data de protocolo; d) agilização na tramitação dos processos com a realização de concurso público para contratação de servidores para o setor responsável pelo licenciamento das emissoras comunitárias; e) realização de mutirão para colocar em dia os processos que estão em tramitação no Ministério; f) resgate dos processos de solicitação de outorga arquivados pelo Ministério das Comunicações; g) garantia de suporte técnico para as comunidades que queiram instalar RCs; h) fim do poder discricionário da ANATEL, na qual as RCs que solicitaram outorga há mais de 6 meses e não tiveram seu processo indeferido não poderão ser multadas ou fechadas pela ANATEL pelo fato de não terem outorga; j) possibilidade de adequação às exigências técnicas e legais, durante o processo de avaliação e da liberação da outorga.

O assunto da participação em movimentos sociais locais ou não, não surgiu em todas as entrevistas, apenas em duas (02) entrevistas foram apontadas estas questões. Além de João, Cleber relata ter participado do Fórum das Rádios Comunitárias Brasileiras, em Brasília, no ano de 2012, enfatizando principalmente as dificuldades de sobrevivência das RCs, e o descaso do governo com a legislação que é a mesma até hoje.

Durante a pesquisa, que apesar de existirem diversos movimentos sociais em Heliópolis, inclusive alguns apoiados pela UNAS, evidenciamos estes movimentos não estão presentes na programação da emissora, e não a nenhum representante militante integrante da equipe da rádio. Mas verificamos em documentos que um representante do Movimento LGBT de Heliópolis, e uma representante do Movimento das Mulheres de Heliópolis participaram da equipe da RCH por algum tempo, mas atualmente estão desligados.

Destacamos como importante a participação dos movimentos sociais na emissora e dos radialistas nos movimentos sociais, pois essa integração possibilita o debate sobre questões sociais, reforça o compromisso político, permite a democratização das ideias já que a emissora permite a transmissão destes posicionamentos, e permite a ação em coletivo por um bem comum. Ação que pode transcender-se somando ao debate contato com outros coletivos da região, ou instituições, pois uma emissora comunitária deve estar atenta as necessidades da comunidade, e não dos indivíduos separadamente, assim como pudemos observar inicialmente com relação à campanha do lixo no bairro.

Ainda como um função da RCH, quatro (04) radialistas identificaram o papel de transmitir informações que a grande mídia não informa, principalmente sobre a própria comunidade. Estes expõe que a grande mídia não passa as mesmas informações que as RCs, reforçando a importância da RCH e da UNAS que tem foco a própria comunidade, como aparece na fala de Cleber:

A rádio e a UNAS tem muita importância pra comunidade porque é também um modo de levar as notícias pra nossa comunidade. O que as mídias de fora não passam, a gente esta passando. Porque a grande mídia só passa coisa que não presta. Porque a gente teve a Caminhada da Paz aqui, e não teve nenhuma televisão, agora se tive uma coisa errada, você iria ver como todas as televisões estariam aqui. A grande mídia só interessa coisas ruins, porque dá mais audiência.

João, Felipe e André enfatizam, além disso, a importância da RCH estar atenta a grande mídia, pois ela macula a imagem de Heliópolis transmitindo informações em grande parte sobre a violência e uso de drogas. Expõe ainda que a grande mídia muitas vezes identifica a Heliópolis ocorrências que se deram próximo ao território, mas na realidade que não ocorreram, exemplo que André apresenta em sua fala:

Eu também assisto jornais na televisão as vezes, mas tem muita coisa que não é realidade e tem que cuidar com o que absorve. Por exemplo, o Casarão do Funk que saiu no Fantástico e falaram que é aqui em Heliópolis. É tudo mentira. É no Parque Bristol. [...] É uma casa que produz meninos do Funk que falam palavrão e tudo mais... [...] E teve bastante repercussão na mídia. A intenção é denegrir a imagem da comunidade. [...] E isso eu falei na rádio, que a mídia estava distorcendo a informação, que era uma mentira.

Nestas falas citadas acima, percebemos que a grande mídia, sutilmente cria uma imagem de Heliópolis reforçada apenas pelas cenas negativas, realizando o que Sawaia (1999) denomina de inclusão perversa, pois se refere ao local somente em momentos que o telespectador o identificará como perigoso.

Vemos ao longo da pesquisa que esta inclusão perversa cria um preconceito com o local, e faz com que os próprios radialistas tenham o sentimento de preconceito experienciados ao longo de sua história. Mas percebemos que a emissora ao falar a verdade sobre os fatos em seus programas estão resistindo a hegemonia da grande mídia.

### **3.5 Ouvintes/Comunidade**

Nesta categoria visou-se analisar os sentidos atribuídos aos ouvintes da RCH, moradores de Heliópolis, ou ainda visitantes e/ou ouvintes que acompanham a emissora via web. Ainda, baseados no referencial teórico já apresentado e no debate com a literatura, refletimos sobre a participação da comunidade na emissora, visando seu potencial.

É importante situarmos que uma rádio comunitária possui um limite de abrangência de 1km de raio, de distância da antena, segundo a legislação conforme já pontuado na história das RCs. Neste sentido, entendemos que uma parte dos ouvintes da RCH são os moradores de Heliópolis, ou seja aqueles que territorialmente podem ouvir o sinal da emissora pelo aparelho de rádio.

A partir deste dado fica claro que a abrangência territorial da RCH delimita-se ao bairro de Heliópolis. Porém, depois da legalização da emissora, que ocorreu em 2008, a abrangência diminuiu significativamente, pois o Ministério das Comunicações instalou as RCs num canal radiofônico que oferece pouca qualidade da transmissão, como descreve João em sua fala:

Na frequência 97,5 o alcance é bem menor do que antigamente. A gente perdeu muito em qualidade, por mais que a gente tenha equipamento melhor do que antigamente, o sinal da rádio é pior, com menos qualidade. [...] Porque a gente estava na 87,5 que é a primeira estação do Daion (canal radiofônico), que é o canal 199. Tem rádio que nem pega essa sintonia. Tem caras que nem consideram isso como frequência de rádio.

Nesta mesma fala de João, podemos perceber que a legalização das RCs, a qual institui e reconhece-as na legislação brasileira, mas ao mesmo tempo causa dificuldades para seu funcionamento na prática, conforme se lê:

Eles legalizaram e colocaram no pior lugar que tem. Então pra gente não adiantou muito a legalização. Porque o nosso alcance diminuiu, apesar de que o nosso foco é a comunidade, mas hoje a gente não pega a comunidade por inteiro. Se você vai lá perto do hospital Heliópolis aquela parte ali, a rádio não pega.

Este assunto é abordado por Agambem (2004), o qual defende ser uma das formas de exclusão pela própria inclusão no direito/norma, conforme explicito no referencial teórico. Situação que implica diretamente na armadilha que a legislação contempla, pois reconhece a rádio comunitária como um instrumento legal, mas ao mesmo tempo cria diversas dificuldades para sua própria sustentabilidade.

Durante a 1º CONFECON, foi aprovada uma proposta de mudança da legislação da radiodifusão comunitária para que leve em consideração as emissoras instaladas em áreas e localidades isoladas, ou que tenha grande densidade populacional, e assim possa designar aumento de potência das emissoras autorizadas.

A alteração no canal radiofônico é um dos elementos apontados para a diminuição da audiência da emissora. Outro elemento é o fácil acesso a internet que conquistou o público jovem, influenciando diretamente a audiência da RCH, como bem apresenta João em sua fala:

Foram vários fatores que aconteceram pra diminuir a audiência da rádio. [...] A essa questão da internet, das redes sociais. É um fator que disputa audiência, querendo ou não com a internet hoje né. A questão da Juventude

que hoje não escuta muita rádio como antigamente. Hoje escuta mais rádio, mãe de família, pai de família... O jovem escuta mais na internet, no celular... Mas na minha época você parava pra escutar rádio, desligava a televisão e escutava rádio. Hoje já não. Por isso que hoje a rádio tá também na internet, porque a gente quer pegar esse público também.

O contexto apresentado pelo radialista nos remete diretamente a Pesquisa Brasileira de Mídia, já apresentada na Introdução deste estudo, a qual mostra que a televisão e a internet realmente são mídias mais preferidas que a rádio, e que o jovem é a faixa etária que menos ouve rádio, sendo aquela que mais acessa a internet.

Segundo todos os radialistas entrevistados, inicialmente indicam que os ouvintes da emissora são as crianças, jovens, adultos e idosos. Mas, após enfatizarmos quanto à média de idade do público que mais ouve a emissora, responderam que imaginam ser aqueles dentre 25 e 70 anos, mas não tem certeza.

João exemplifica a dúvida pelo público alvo da emissora quando descreve que em um evento do dia das crianças, no Cingapura – parte de Heliópolis que faz divisa com São Caetano, um pequeno grupo de adultos lhe entrega uma relação de nomes para entregar aos radialistas do programa “Roberto Carlos e seus convidados”, fato que lhe impressionou, pois não imaginou havia ouvintes da RCH nesta região do bairro, como mostra em sua fala:

É bem relativo porque, por exemplo, eu fui apresentar um evento, no dia das crianças. [...] e quando me apresentei no palco pra falar da Rádio Heliópolis, um pessoal começou a gritar pra mim ir lá perto, e disseram: avisa pro Carlos e pro Bruno (na época os dois faziam programação juntos) que a gente não perde um programa do Roberto Carlos e seus convidados, diz pra ele mandar uma música, e ela puxou um papelzinho com o nome do pessoal. Pra nós foi uma novidade porque nunca ia imaginar que a gente tinha audiência lá, das pessoas esta esperando lá para entregar um papelzinho pro Bruno e pro Carlos.

Diante deste questionamento os locutores consideraram importante realizar uma pesquisa na comunidade para saber qual é a faixa etária das pessoas que mais ouvem os programas da emissora. Pensamento que é expresso na fala de João: “Por isso que eu acho que falta uma pesquisa pra gente ver de fato o que a comunidade acha da rádio, qual a programação que a gente teria que ter pra poder melhorar, para ter mais audiência”.

Segundo os locutores entrevistados, a participação da comunidade nos programas da RCH se dá mais frequentemente, conforme ordem: a partir da interação pelo facebook de cada locutor; mediante o telefone da emissora; pelo site da emissora;

pelo whatsapp pessoal de alguns locutores; e muitas vezes conversando com o locutor na rua ou estabelecimentos comerciais locais, pois a grande maioria dos radialistas reside na própria comunidade.

A RCH possui um site que permite ouvir ao vivo a programação de computadores ou celulares. Dessa forma, os internautas que acompanham os programas pelo site também são considerados ouvintes.

O site tem um limite de 500 ouvintes por minuto, ao exceder este número de visitantes eletrônicos a transmissão é interrompida acusando sobrecarga na rede. Fato já ocorrido mais de uma vez quando há a participação de bandas com maior número de fãs, como é descrito por João:

O dia que a gente trouxe o Crioulo aqui, um raper bem conhecido, [...] a gente não divulgou porque a gente sabia que ia ter bastante audiência. Só que como ele veio cedo e abriu o facebook dele e colocou que estava na rádio. Quando ele colocou, em menos de 2 minutos, caiu o site da rádio. Porque passou das 500 pessoas que acessaram ao mesmo tempo. Esse dia foi bem bacana, porque foi um dia que teve bastante audiência na rádio. Quem tava escutando a rádio via Daion (canal radiofônico), escutou normal, mas quem tava na internet, foi prejudicado porque não conseguiu escutar a rádio.

Tendo em vista esta debilidade de transmissão da rádio na modalidade web, percebemos ser fundamental maior investimento técnico, assim como melhorias no serviço. Fato que foi apontado durante a 1º CONFECON, na qual definiu-se a aprovação de uma proposta de criação de um sistema brasileiro de rádio digital, assim como pelo financiamento público para a migração das rádios comunitárias para o sistema digital, mas até o momento não ocorreu nenhuma alteração.

Conjuntamente verificamos que embora a rádio web proporcione uma ampliação da transmissão aos ouvintes, reconhecemos que a modalidade radiofônica “tradicional” ainda é aquela que possibilita maior número de ouvintes.

O sentido que João atribui à comunidade de Heliópolis está estritamente relacionado ao orgulho que sente em fazer parte dela, principalmente pelas conquistas alcançadas na luta por melhorias, mas reconhecendo que nela há problemas.

É uma comunidade que tem muito a mostrar pro país e pro mundo, de organização, de articulação. Lógico que tem problemas, tem vários, isso a gente não pode negar, mas aqui tem muita riqueza. E acho que esta riqueza tem que ser espalhada pra outras comunidades, para outras regiões. Até mesmo pra quem tem poder aquisitivo.

Neste mesmo pensamento, João identifica que apesar de seu potencial, muitas vezes Heliópolis é vista como uma favela, marcando apenas os aspectos negativos do local: “As pessoas quando as vezes chegam aqui em Heliópolis tem um receio. Puxa! Eu vou ir em Heliópolis... Como que será? É uma favela, será que eu vou ser roubado? Mas, esse preconceito acaba quando a pessoa conhece de fato como que essa comunidade atua”.

Nesta reflexão, como uma forma de combater o preconceito, defende a importância de mostrar para as pessoas que a comunidade de Heliópolis é um exemplo de luta por direitos: “Eu acho que essa questão de saber se construir um país igualitário, com direitos iguais, é... A gente luta muito aqui, e a gente teve alguns avanços, e esse é um negócio que tem que ser falado, até mesmo pras pessoas verem que é possível”.

É nesta estratégia de vencer o preconceito mostrando a realidade da comunidade de Heliópolis que João descreve a visita de 250 Jovens do distrito do Grajaú (região sul de SP) em Heliópolis, enquanto participaram do projeto social denominado Jovens Urbanos, o qual objetivava mostrar a riqueza cultural de São Paulo. Nesta experiência João dá ênfase ao reconhecimento dos jovens pela organização da comunidade de Heliópolis na luta por melhorias, e na participação da RCH neste processo, servindo assim como exemplo para as demais, conforme expressa em sua fala:

No final do projeto fizeram uma avaliação com os jovens, perguntando qual que foi o lugar mais legal que eles visitaram. E eles falaram Heliópolis. Todo mundo ficou assim: mas Heliópolis? Eles conheceram outras culturas, lugares, o Museu do futebol, o MASP... E perguntaram: mas porque vocês gostaram de Heliópolis? E eles falaram: por causa da rádio! E porque eles compararam Heliópolis com o lugar onde eles viviam. E eles falaram: na cidade de Heliópolis eles conseguiram se organizar pra ter uma rádio, pra ter esses projetos, porque a gente não pode se organizar aqui? Então eles se motivaram pra fazer esta rádio que é desenvolvida aqui, lá no Grajaú.

Eles se identificaram com o que foi feito aqui, isso é muito bacana, que mostrou pra eles que se a gente se organizar, se a gente lutar, a gente é capaz de melhorar o lugar que a gente vive. [...] Com todas as dificuldades, as falhas que a gente tem, reconhecerem nosso trabalho... Por isso que a rádio tem importância fundamental, não só pra Heliópolis, mas também pro Brasil.

Em contrapartida, João também aponta que esta comunidade não compreende a importância da RCH, utiliza seus serviços quando necessário, mas muitas vezes prefere ouvir a rádio comercial no seu dia a dia, como manifesta em sua fala:

A rádio disputa espaço com as comerciais. As rádios comerciais só tocam música, não transmitem informação da comunidade, mas o pessoal está tão

acostumado com a rádio comercial, que prefere uma rádio comercial, do que uma comunitária. As vezes eles não tem essa visão da importância que a rádio tem pra passar as notícias. [...] Quando precisar da rádio, a rádio está lá, mas... muita gente vai falar que preferem uma rádio comercial.

Neste sentido, João enfatiza que há a necessidade dos radialistas buscarem estratégias de aproximação com os ouvintes, visando cativá-los com informações e objetivando que repassem esta informação ao restante da comunidade, como expressa em sua fala:

Esse trabalho era muito mais fácil de fazer do que hoje. A gente está nesse processo ali de achar formas de trazer mais gente pra rádio, pra que se torne mais atraente, e tenha mais ouvintes e que com isso, esses ouvintes, transmitam essas informações pra sua família, etc. O ideal é que essa informação rode, essa informação não tem que ficar só comigo ou com você, ela deve circular. E a rádio tem esse papel de circular a informação.

A tensão na relação entre ouvintes e radialistas surge novamente quando João reconhece que a RCH não possui um conselho comunitário, o qual objetiva acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios da rádio comunitária, conforme a legislação impõe. (BRASIL, 1998).

Segundo João a reunião mensal dos radialistas equivale a um conselho comunitário por estar “aberta” para quem quiser participar, e pelo fato de os radialistas residirem na própria comunidade, indicando que a comunidade não participa porque é desinteressada. Em suas palavras: “A gente não tem nenhum conselho. Na verdade tem a reunião dos locutores aqui da rádio, que às vezes é aberto pra comunidade. Quem quiser participar, a gente deixa participar. Mas a gente não tem um conselho ainda”. Entendemos que esta é uma compreensão equivocada, já que a legislação indica que este conselho seja composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, como associações beneficentes, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Volpato (2012), em sua pesquisa verificou que as rádios comunitárias confundem o papel do conselho comunitário, muitas vezes entendendo que equivale a participação da instituição mantenedora.

João argumenta que a comunidade é descomprometida quanto à participação em conselhos, pois esperam uma recompensa imediata. Mas, ao mesmo tempo

reconhece que os radialistas não abriram a oportunidade da comunidade participar, argumentando não conseguiram se organizar, conforme sua fala:

Infelizmente a gente não conseguiu se organizar ainda pra ter esse conselho, pra fazer o pessoal... E o que acontece ainda é que as pessoas participam uma vez, ou outra, e depois não querem participar mais. Porque na verdade isso é uma luta, e aí quem participa é quem tá a fim de mudar, e isso dá trabalho, e as pessoas querem o benefício, mas não querem ter trabalho.

Seguindo a compreensão de João, na qual entende que os radialistas fazem parte do conselho comunitário, argumenta que o radialista é comprometido com sua função, mas por falta de formação acaba diminuindo a qualidade da programação. Reforçando ainda que se houvessem investimentos externos na formação dos locutores haveria mais qualidade na programação da emissora, conforme exhibe João:

Quem está na rádio como locutor esta desenvolvendo esse papel, porque dá muito trabalho você fazer uma programação na rádio, ter uma pauta, procurar informação, esse locutor é muito cobrado. E tem que ser mesmo, porque ele se comprometeu a fazer isto, mas às vezes não tem tempo, não tem formação específica para fazer isto, e perde a qualidade da programação da rádio. Isto seria resolvido se a gente tivesse o apoio e suporte do poder público, melhoraria muito porque poderia capacitar cada vez mais esses locutores, pra poder melhorar. Ai, não precisava de um conselho, porque o próprio locutor da rádio é morador de Heliópolis, faz parte da comunidade. O nosso conselho são os locutores.

Sobre a formação dos radialistas, entendemos que é preciso haver constantemente uma formação, para que o mesmo amplie seu desenvolvimento não só técnico, mas principalmente político, para que possa dialogar com outros profissionais ou militantes visando o debate e a consequente transmissão à comunidade.

A temática da formação também foi debatida durante a 1º CONFECON, o que resultou na aprovação da proposta de aplicação imediata da legislação – art. 20, Lei 9.612/98 - que garante verbas para a capacitação dos radialistas comunitários, porém até o momento não houve nenhuma alteração a respeito.

Percebemos que João enxerga nos ouvintes, ou seja, na comunidade de Heliópolis a riqueza da ação coletiva para requererem seus direitos, mas também um descompromisso com aquilo que não lhe trará benefícios. Acreditamos que a ausência de um conselho comunitário colabora para um enfraquecimento da relação radialistas/ouvintes, diminuindo os espaços em que poderia haver trocas de opiniões sobre a qualidade da programação da rádio e sobre sua função na comunidade.

Dessa forma, João concebe que os desafios da rádio são, “envolver a comunidade pra participar da rádio, preparar os locutores, a equipe pra poder fazer uma programação comunitária, e mudar a legislação”. Identifica que os três desafios são “enormes”, mas enfatiza a alteração da legislação, acreditando que é preciso “lutar muito pra que isso aconteça, porque isso acontecendo a gente consegue vencer os outros desafios com mais facilidade”. Entende que integrar a comunidade na rádio e melhorar a formação dos locutores possibilita “cada vez mais se transformar numa comunidade consciente, numa comunidade bem informada”. Mostrando assim, que ouvintes/comunidade e radialistas/RCH não estão desconexos, que um precisa do outro e que o desafio é contínuo. Em outro pensamento reforça sua compreensão sobre a importância da comunidade estar informada para alcançar a cidadania, e sua relação com a rádio, na qual “o papel da rádio é exercer essa cidadania, que saiba cobrar, mas que também saiba fazer a sua parte, e devemos tentar fazer isto sempre”.

A partir de Sawaia (1996), entendemos que uma comunidade é um espaço relacional, no qual vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos, pois não há a obrigatoriedade de que as pessoas estejam frente a frente em um espaço geográfico, muito embora, reconhecemos que esta é a sua base cotidiana de objetivação. Assim, compreendemos que a rádio se caracteriza por um espaço que possibilita relações entre os radialistas e a comunidade, seja via ligação telefônica, facebook, conversas informais na rádio, na rua, nos comércios locais, nos eventos sociais comunitários, etc.

A partir das reflexões de Espinosa, entendemos que o importante na relação entre ouvintes e radialistas é considerar que este ouvinte, é um sujeito coletivo na medida em que faz parte de uma comunidade, com problemas específicos próprios ou comuns aos problemas mundiais, mas que acima de tudo ocupe espaços e se movimente onde seja possível o encontro com o outro, pois é na relação que se torna possível um coletivo, e assim podemos somar forças.

Sawaia (1996 e 1997) nos ajuda a refletir que há um movimento dialético da individualidade e coletividade quando pensamos em comunidade em formas de relacionamentos. E que as ações coletivas não podem negar a dicotomia singular/universal, e público/privado.

Isso nos ajuda a entender o movimento da comunidade indicado por João, no qual luta por direitos coletivos, mas ao mesmo tempo tem interesses particulares imediatos, pois cada ouvinte ou integrante da comunidade é também um sujeito de necessidades pessoais. Mas é preciso estar atento ao imediatismo, pois numa relação

comunitária não se pode negar as necessidade individuais, mas tampouco esquecer das necessidades coletivas, considerando como norte que uma não substitua a outra.

E neste sentido reconhecemos que as relações comunitárias são abafadas e bloqueadas no neoliberalismo que enaltece o individualismo, a reclusão e a valorização dos espaços privados. E conseqüentemente o político é afastado da população, como se fosse uma coisa dos políticos e não da população.

Portanto, compreendemos que a rádio comunitária pelas suas características pode ser um meio que promova as relações entre a comunidade, permitindo que as pessoas tenham voz, mas mais que isso, que seja possível a troca de opiniões, e o debate entre si, tornando possível a constituição de um coletivo.

### **3.6 Potência de coletividade**

Nesta categoria buscamos analisar os sentidos atribuídos a potencialidade da RCH proporcionar relações de coletividade, conjuntamente relacionando os referenciais teóricos e a literatura já apresentada, a partir de duas (02) experiências.

Na primeira, João conta de quando era radialista no programa Revolução Rap, mais precisamente quando já havia assumido o programa como locutor principal, por volta do ano 2000, convivia com uma divisão dos artistas do RAP e Hip Hip de Heliópolis e região, denominados de posses, como explica: “Posses eram grupos, só que eram chamados de posses. Na verdade eram coletivos de músicos de RAP. Então eu tinha um grupo de RAP, você tinha outro grupo de RAP, a gente se juntava e criava uma posse. Então um coletivo de RAP”. Este separação dos grupos era tão forte que quando havia evento em Heliópolis, apenas os artistas de Heliópolis participavam. E o mesmo acontecia com a região da Vila Carioca e do Bristol, o que incomodava muito João.

Neste momento, João teve a ideia de convocar todos os artistas pra participar da RCH aos poucos, visando “juntar todo mundo, pra trazer todo mundo e tentar unificar. Pra fortalecer o Hip Hop do Ipiranga”. E mais do que apenas buscar consenso, João “queria juntar essas forças...” Com orgulho descreve que conquistou o objetivo: “A gente começou a trazer os grupos do Carioca pra cá, do Parque Bristol.... O pessoal do Heliópolis tava junto porque como a rádio era aberta, eles vinham pra acompanhar a entrevista, e já faziam amizade. E assim não existia mais posses”.

Dessa forma, a partir da mediação da rádio, João passou a integrar os artistas criando uma ideia de coletivo de Rap e Hip Hop do Ipiranga, e não mais de várias pequenas regiões, e assim reafirma em outra fala: “Acabou que todo mundo tava na mesma quebrada, né, no mesmo lugar, na mesma região, então, não fazia sentido se dividir, tinha que se unir pra fortalecer”. Reconhecendo a importância da emissora neste processo, afirma que: “A rádio teve um papel fundamental nesse sentido, porque a rádio fortaleceu muito...”

Em consequência a este fortalecimento dos diversos grupos em um, estes passaram a fazer shows juntos, ou seja, participar de eventos em conjunto. Também ganharam destaque, pois suas músicas começaram a serem tocadas em vários lugares da cidade.

Neste momento, podemos perceber que João mediante sua estratégia e suas habilidades procurou mostrar aos artistas que poderiam conquistar mais do que se atuassem individualmente. Passando a fortalecer os artistas, o estilo musical que sofria muito preconceito, como já apontado em outras categorias, a própria rádio RCH que se tornou um espaço de relações, repercutindo para a comunidade que passou a ouvi-los e reconhecer os artistas tocando suas músicas, e reforçando a própria cultura local.

Em outra situação, João conta que houve um incêndio no Boqueirão, e os ouvintes que já eram participativos, ligaram pra rádio informando. Além dos radialistas avisaram os bombeiros, continuaram informando na emissora, fazendo com que os moradores de diversas regiões enviassem mantimentos e doações diversas para o local.

Mas, no dia seguinte vários locutores foram visitar o local, e encontraram: “metade da favela destruída, era muito barraco queimado”. Esse fato marcou os radialistas e os motivaram a criar um evento beneficente com atividades culturais, no qual articularam apoiadores para realização do evento, sendo a Subprefeitura que realizou cadastro das famílias, ofereceu cestas básicas, e um palco para o evento, e a UNAS e a rádio divulgaram e apresentaram um show com bandas. E ainda, segundo João tiveram muitos resultados: “a gente arrecadou muito alimento, muitas roupas, cobertor... pra doar pra essas famílias”.

João relata ainda se preocupar com este local, pois apesar de ter conquistado alguns desenvolvimentos, ainda tem muitos desafios, como em sua fala: “Hoje lá, em termos de desenvolvimento melhorou muito, porque não tem mais barracos de madeira, são de alvenaria, mas ainda faltam muitos projetos mais... Não tem posto de saúde, só tem uma escola lá próximo...”

Esta experiência nos mostra primeiramente que os ouvintes enxergaram na rádio um instrumento de apoio, e de divulgação da informação, e que a emissora proporcionou a mobilização de moradores e de entidades que se integraram numa ação coletiva inicialmente beneficente. Entendemos esta mobilização como uma ação coletiva, a qual teve o poder de afetar e motivar para uma ação em prol do outro, mas que se limitou a esta ação.

É Vigotski (2009) quem nos auxilia a entender que o afetivo/volitivo é aquele que move o sujeito. E Sawaia (1998) referenciada em Espinosa mostra-nos que uma potência coletiva é constituída por potências individuais, as quais agem em prol do bem comum. Sendo o bem comum um comportamento coletivo de consentimento, e não de pacto ou contrato, ou seja, este conceito é conflitivo, e que provoca ação como fruto da vontade de todos.

Podemos entender assim, que uma das potencialidades da rádio comunitária é proporcionar a ação coletiva, mas que suas amplitudes dependerão da motivação dos radialistas e da comunidade, pois como aponta Espinosa, uma potência coletiva é posse de um comum, que para se alimentar precisa do encontro e do debate para se fortalecer.

### **3.7 Educação**

Esta categoria analítica surgiu a partir das entrevistas realizadas, não sendo algo esperado a priori, mas que se repetiu por vezes como importante elemento relacionado à RCH, entendendo que a educação é também uma das funções da emissora, e consideramos esta uma potencialidade a ser investida, já que a educação desenvolve os sujeitos, aproxima da reflexão e possibilita a criação.

A fim de melhor analisarmos a presente categoria, nos permitiremos uma breve digressão acerca da educação. Partindo dos pressupostos da teoria vigotskiana aplica ao fenômeno educacional, entendemos que a educação se estabelece em espaços formais (escolas, universidades) e não formais (rádios, comunidade, família), neste sentido, a educação como um processo dinâmico, histórico e cultural adota em cada *locus* de manifestação distintos contornos/formas. O processo de ensino e aprendizagem assumem na perspectiva socio-histórica papel fundamental de construir signos, significados e sentidos construídos no curso histórico e cultural da humanidade. (VIGOTSKI, 2010).

Educação, portanto, não é meramente a transmissão de informações, mas a possibilidade de conhecimentos, saberes e práticas converterem-se (ou não) em instrumentos que são úteis para os indivíduos. Desta forma, no que tange especificamente a relação da rádio comunitária e a educação, verificamos que a rádio se estabelece no seio social comunitário como uma importante agência que transmite/replica os conhecimentos culturais, bem como possibilitando que tanto os radialistas como os ouvintes aprendam e se desenvolvam.

Este processo de educação é possível de ser verificado quando João descreve a participação da rádio num projeto social, promovido pela UNAS com o apoio da Organização Pan-Americana da saúde (OPAS), a Organização Mundial da saúde (OMS), e o Sistema Único de Saúde (SUS):

A gente teve por muito tempo doutores, os mestres que atendiam aqui no posto e faziam a programação na rádio, então a gente tinha esse trabalho de prevenção, então vinham em determinado programa e abordavam o tema, de tuberculose e tal, falava o que causava tuberculose, como que as pessoas podiam se prevenir, quais as consequências, qual que é o tratamento, e aí a gente conseguia fazer esse trabalho bem bacana na rádio. E trazer profissionais pra poder trazer esse conhecimento pra comunidade.

Outro aspecto relacionado à educação que encontramos nas entrevistas foi a forma como eles aprenderam a ser radialistas. A maioria dos voluntários nunca havia trabalhado em rádio antes de chegar à Heliópolis, alguns sequer imaginavam a possibilidade, apenas dois (02) deles já haviam atuado em programas com rádio, um com rádio pirata e outro com rádio comercial e pirata. O que permitiu que pudessem aprender locução e a manusear equipamentos de rádio anteriormente. O restante da equipe aprendeu o trabalho aos poucos, dia após dia, com locutores que já atuavam na emissora. Suas atividades compõem: falar no microfone, manusear a mesa de som, entrevistar convidados, atender o telefone, receber convidados ou visitantes caso não tenha outro locutor na emissora, e manusear o computador que contém as músicas, vinhetas, e também acessa a internet possibilitando que conversem com os ouvintes mediante o site da emissora ou pelo facebook, e ainda possibilita ler informações diversas durante os programas. Todas essas atividades são aprendidas na prática, uns ensinando e aprendendo com os outros, transformando a educação em uma atividade coletiva. Há nesse processo um importante aspecto afetivo que faz com que a aprendizagem faça parte de um processo maior de identificação e de relação entre os sujeitos, conforme se lê na fala de João:

Nossa, passou muita gente pela programação da rádio, porque o que que a gente fazia... Como a gente, na verdade o pessoal escutava a rádio e gostava da rádio, o pessoal ia no estúdio da rádio, então ficava com a gente ali e acabava ensinando. Então a Amanda ia pra pedir música e tal, mas ao mesmo tempo ela ficava ali e ia ensinando ela a mexer né. Ai um ia passando pro outro, por isso que o programa durou tanto tempo, e existe até hoje. E a gente costuma fazer esse rodízio porque a rádio também era muito interessante, e o pessoal queria vim fazer programação na rádio. E como não tinha essa questão de, há se tem que ser profissional da comunicação pra fazer rádio... Então, é mais fácil de você envolver quem estava ali mais próximo pra poder participar né.

Neste pensamento, reforçamos que a educação não se reduz ao espaço da escola, podendo acontecer em uma rádio comunitária, seja ensinando disciplinas tradicionais, tratando de assuntos de prevenção de saúde, formando novos radialistas, ou até sendo um espaço pra criação e/ou divulgação de políticas públicas.

A função do caráter educativo nas rádios comunitárias foi apontado por Vicente (2012) e também por Griberg (1987) na história das rádios comunitárias, quando serviam de alfabetização, de discussão sobre direitos trabalhistas, etc. Assim consideramos que as RCs também são instrumentos de educação política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico de Vigotski (2000) compreendemos que a RCH é produto e produtora de subjetividades, mediante a produção de significados, e sentidos, e também é um instrumento de mediação das relações, na medida em que influencia na vida social, coletiva, e cultural.

Os sentidos atribuídos à RCH pelo radialista João mostraram estarem diretamente ligados a sua história, e a realidade da comunidade de Heliópolis, vendo no RAP e no programa desenvolvido na rádio uma forma de denúncia dos problemas da comunidade. Assim, estes sentidos foram ressignificados ao longo de sua história, vivenciados como um drama, na medida em que também esteve motivado por momentos de interesses particulares, prestígio, e somente depois tornou-se uma atividade com princípios comunitários, de luta por direitos cidadãos, pela legislação radiofônica, e de resistência as problemáticas que estavam impostas. A motivação em ser “porta voz” da comunidade, moveu-o para ações coletivas, marcadas pela procura do bem comum.

Os sentidos analisados indicaram que a RCH desenvolve funções de utilidade pública, transmitindo informações da própria comunidade, de cursos e eventos locais, recebendo e incentivando bandas ou artistas desconhecidos, e informando documentos perdidos ou pessoas desaparecidas. Também cumpre com uma função educativa, na medida em que forma os próprios locutores durante o próprio ato da atividade, realizando uma educação não tradicional, e transmitindo vinhetas educativas. Atualmente desenvolve programas marcados pela musicalidade, mas também informativos culturais e jornalísticos. Muito embora, em outros momentos da sua história desenvolveu programas educativos sobre prevenção da saúde, com o apoio de entidades locais da área da saúde. Consideramos que assim, a emissora cumpre com os princípios de uma rádio comunitária, como recomenda a legislação da radiodifusão brasileira.

A partir das considerações de Chauí (2006) reforçamos a importância dos aspectos educacionais numa rádio comunitária, pois deve ser entendida como um direito de todos, estando diretamente ligada à cultura, a qual permite a criação da sua dimensão simbólica, vinculada a uma relação histórica, com o desejo, e a criação. Sendo esta, uma estratégia de enfrentamento à alienação.

A RCH é inovadora por ser idealizada por lideranças da própria comunidade, e administrada pelos moradores da própria emissora. A atuação da RCH no auxílio à UNAS pela luta histórica por direitos dos moradores, e seu pioneirismo na conquista pela outorga, proporcionam a disseminação da sua atuação em outras comunidades do Brasil, através de cursos, seminários e oficina na área, ou na recepção destas comunidades em Heliópolis.

Concordando com o movimento histórico das rádios comunitárias, conjuntamente com os sentidos identificados nas entrevistas, observamos que a RCH é uma alternativa a mídia hegemônica, pois transmite informações locais, que não são divulgadas em outros espaços, e ainda, consideramos uma forma de resistência, quando vence o preconceito que a própria mídia produz sobre a comunidade de Heliópolis, transmitindo a realidade como ela é, ou seja, desmistificando a identidade negativa criada pela mídia.

Apesar de a emissora ter como norte o vínculo com a comunidade, percebemos que a relação entre o radialista e os ouvintes está enfraquecida, assim como a relação dos radialistas com a UNAS, entidade que a institui. Compreendemos que diversos elementos contribuíram para isso: a legislação radiofônica brasileira que limita seu alcance geográfico; a instalação no canal radiofônico de menor qualidade se comparada a utilizada antes da publicação da Lei 9.612; a falta de incentivos financeiros públicos mediante editais; a não transmissão de propagandas educativas financiadas pelo governo, destinadas somente as rádios comerciais; falta de políticas de apoio aos radialistas para formação, entre outras; a mudança da comunidade que hoje acessa a vários outros tipos de informações e atrativos via internet, a partir de aparelhos móveis e que passou a se comunicar com a emissora primordialmente via internet; o rápido crescimento da UNAS que antes utilizava somente a RCH como comunicação, mas que o fácil acesso a internet alterou sua comunicação interna e externa, fazendo com que a rádio perdesse aos poucos sua importância comunicativa para a instituição; o afastamento de militantes representantes de movimentos sociais da comunidade na emissora que influencia diretamente na falta de formação política, já que a formação dos próprios radialistas se dá na prática informalmente, e a ausência de um conselho comunitário que acaba diluindo essa relação entre os radialistas e a comunidade.

Entendemos que a instabilidade financeira da emissora, e a falta de renda estável de alguns radialistas faz com que dediquem esforços na busca por apoios

culturais, visando um retorno financeiro. O que é permitido por lei, e que não invalida sua importância, mas que influencia no enfraquecimento da função comunitária.

Apesar de os radialistas identificarem os problemas da comunidade, como de ordem da saúde, educação, moradia, coleta seletiva, lazer, entre outros, percebemos a escassez no debate entre si nas reuniões, em seus programas com profissionais, tendo a análise de sentidos, indicado uma justificativa para o fato de projetarem em outras instituições a responsabilidade da resolução, como a UNAS ou o poder público. Fortalecendo assim, o afastamento da relação entre radialistas e comunidade e a falta de debate e enfrentamento coletivo das problemáticas.

Apesar da RCH ser atravessada por estas dificuldades, ela mostra manter-se resistente a cooptação. Pois, como mostra Vicente (2012), das 592 rádios comunitárias existentes em São Paulo, apenas duas (02) buscam manter seus princípios comunitários. E como mostra Peruzzo (1998) atualmente há rádios que se intitulam comunitárias, mas atuam como comerciais, ou até mesmo atendendo a fins políticos partidários.

Neste sentido, Lane, (1989 e 1997) contribui com suas reflexões apontando que a psicologia social desde seu início tem a preocupação com a superação da desigualdade social, procurando espaços para o exercício da autonomia dos sujeitos, visando a transformação. E assim, podemos pensar nas rádios comunitárias como um espaço de superação da desigualdade, e da inclusão perversa como uma forma de exclusão, visando o enfrentamento destas contradições. (SAWAIA, 2011).

É nesta reflexão que apontamos a importância da democratização da comunicação no Brasil, pois representa a luta pela ampliação e garantia da participação da população nas decisões sobre a programação da mídia, mas também pela própria democracia no país, pois é muito comum pensar-se em democracia apenas como acesso ao voto e, muito dificilmente, como participação. Nesta concepção, defendemos que a população pode ocupar mais instâncias de participação visando a democracia, considerando que as rádios comunitárias são um espaço propício para o debate das diferentes opiniões políticas e ideológicas, mas marcamos principalmente que é necessário a luta contínua pela regulação das mídias visando atingir uma democracia mais participativa.

Porém, alertamos que a RCH não é um espaço de neutralidade, pois ela é marcada pela luta por direitos desde o seu início. Além disso, a emissora está legalmente atrelada a apenas uma instituição representativa da comunidade, conforme indica a legislação, mas identificamos a importância de permanecer em contato com

movimentos sociais locais, planejando e agindo conjuntamente aos coletivos que enfrentam os mesmos desafios, visando a transformação, a liberdade de todos. Historicamente as rádios comunitárias mostraram constituírem-se em um espaço de discussão política, da realidade brasileira, que enfrentou ditaduras militares, movendo militantes e estudantes, e consideramos este um norte que não se pode perder de vista.

Quanto a passagem das rádios comunitárias para um sistema digital, reconhecemos que podem ampliar o acesso e a democracia na comunicação, mas alertamos para a possibilidade destas serem utilizadas de forma a manter o mesmo sistema centralizado e hegemônico, sendo mais uma inclusão perversa, uma armadilha de impossibilidades, e que apenas o aumento da informação à população não garante a democratização da mesma, portanto reforçamos a importância das rádios comunitárias atuarem em redes de apoio, visando o seu fortalecimento e político.

A ideia de espaço público vem a contribuir com a reflexão sobre as RCs, pois por grande parte de sua história foi marcada por uma comunicação que anunciava as contradições e as injustiças produzidas contra as minorias, e onde se debatiam assuntos políticos atuais, levando-nos a pensar que em algum momento da história elas constituíram-se enquanto espaço público.

Mas atualmente se observa o declínio dos espaços públicos, motivados pela hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento, do silêncio, e pela confusão entre vida pública e privada em que os assuntos pessoais são levados a público, tornando íntimo também o domínio público, e matando o espaço público. Havendo assim, um esvaziamento da esfera pública baseada na hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e do silêncio. Criando assim uma ideologia da intimidade, em que as pessoas creem que as relações interpessoais íntimas são possíveis formas de resolver os problemas sociais, políticos e psicológicos erguidos por uma sociedade moderna. (SAWAIA, 2014b); (CHAUÍ, 2006)

Sawaia (2014a e 2014b) levanta a necessidade da psicologia social retomar o debate entre esfera pública e privada, para superar a dicotomia entre elas, mas sem tirá-las da territorialidade, argumentando que é preciso atrelar a noção de comunidade a sua politização em busca de territórios capazes de motivar trocas de opiniões, gostos, vontades, ideias, comunicações temáticas e gerais, referenciadas na discussão política ou nos acontecimentos de toda ordem que perpassam o cotidiano.

Visando essa superação, Sawaia (2014b) sugere que o espaço privado deve ser guiado pela ética do espaço público, e o espaço público pela ética do privado, visando

quebrar fronteiras, sem psicologizar o público, ou instrumentalizar o privado, e sem dicotomizar os espaços. Para isso, a autora baseia-se em Espinosa, a partir dos afetos como político e do sentimento de comum como garantia do debate, visando a passagem do direito natural ao direito civil, na qual uma mantém a outra viva, e não cooptada.

Partindo de Espinosa, defendemos que para enfrentar a servidão instalada, os cidadãos precisam unir-se para alcançarem juntos um poder comum capaz de impedir todos os excessos desproporcionais entre si, como os que geram a miséria e a escravidão. Em outras palavras, é a vontade comum a todos que possui mais poder que o conatus individual, sendo o coletivo um produto do consentimento e não do pacto ou contrato, porque os homens realizam-se com os outros e não sozinhos.

Seguindo esta reflexão a partir de Espinosa, Sawaia (2002), afirma que investir na potência de ação, significa fortalecer o sujeito, sem retirar a responsabilidade do Estado, significa reconhecer que não há diferenças em necessidades individual e coletiva, e que se trata de um investimento nas esferas da vida cotidiana: a pública, e a privada. Portanto, promover bons encontros é também combater a desmesura do poder, que contrai formas de objetivação distintas segundo o momento histórico. Para a autora, bons encontros “só são possíveis com justiça e sem miséria, quando não há dominação instituída e excesso desproporcional de poder”. (SAWAIA, 2002, p. 127).

A partir a análise de sentidos, dos referenciais teóricos e do levantamento bibliográfico, concluímos que a RCH atualmente dá voz a comunidade, as não dá poder a esta voz para se transformar em ação, assim, percebe-se que é possível explorar ainda mais seu potencial educativo, cultural, participativo e político. De toda forma, afirmamos que ela é um potencial para criação de espaço público, por ter sido criada pela comunidade, atravessada por suas problemáticas, e por disponibilizar um espaço de comunicação para a participação social e política dos moradores de Heliópolis, mas principalmente por possibilitar a afetação e a ação coletiva.

## REFERÊNCIAS

A Psicologia na democratização da comunicação. **Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ano 6 . nº 24. Setembro/Outubro 2009. Disponível em: <<http://www.crrpj.org.br/publicacoes/jornal/jornal24-comunicacao.pdf>>. Acessado em 12/01/2015.

AFONSO, Maria Rita Teixeira. **Mídia e Comunidade: estudo sobre produção e recepção da Rádio Heliópolis FM**. 2007. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004

Article19, AMARCBrazil e MNRCBrazil Apresentam o documento final para a Audiência Temática: Situação das Rádios Comunitárias no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2013/03/CIDH-RadCom-Documento-final-3.pdf>>. Acessado em 15/09/2014.

AROUCA, Monica do Amaral Britto. **Inúteis para o Mundo(?): dialética da exclusão, visibilidade televisivas e o paradigma do Homo Sacer na sociedade do espetáculo**. 2011. 144 p. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo - São Paulo.

\_\_\_\_\_, **Cidade Alerta: o dito e o feito**. Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA-USP, 2003.

Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). Disponível em: <<http://amarcbrazil.org/o-que-e-a-amarc/>> Acesso em: 13/01/2015.

Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe (AMARC ALC). Disponível em: <<http://amarcbrazil.org/o-que-e-amarc-alc/>> Acesso em: 13/01/2015.

Associação Mundial de Rádios Comunitárias Brasil (AMARC BRASIL). Disponível em: <<http://amarcbrazil.org/>> Acesso em: 13/01/2015.

Audiência Pública Rádios Comunitárias: desafios e perspectivas. Disponível em: <<https://audienciapublicaradioscomunitarias.wordpress.com/2014/09/04/sociedade-civil-discute-radios-comunitarias-em-audiencia-publica-3/>>. Acesso em: 10/09/2014

BARÓ, Ignacio Martín. (1987). El latino indolente: carater ideológico del fatalismo latinoamericano. Em M. Maritza (Coord.). **Psicología política latinoamericana** (135-162). Caracas: Panapo.

\_\_\_\_\_. (1981). **Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño**. Estudios Centro Americanos 394, 773-778.

BRASIL. Decreto lei-nº 2.615, de 03 de junho de 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2615.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2615.htm)>. Acessado em 15/01/2015.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm)>. Acesso em: 15/01/2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília : Secom, 2014. 151 p. : il. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gl%C3%A1ucia%20Tais%20Purin/Downloads/pesquisa-brasileira-de-midia-2014-habitos-de-consumo-de-midia-pela-populacao-brasileira%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Gl%C3%A1ucia%20Tais%20Purin/Downloads/pesquisa-brasileira-de-midia-2014-habitos-de-consumo-de-midia-pela-populacao-brasileira%20(1).pdf)>. Acessado em 30/01/2015.

Caminhada pela Paz leva 15 mil pessoas para as ruas de Heliópolis numa tarde alegre e solidária. **Jornal Heliópolis e Região.** São Paulo: Ano 3 sem nº. Junho de 2015-Disponível em <[http://issuu.com/unas\\_heliopolis/docs/jornalheliopolis\\_julho2015/1?e=18413742/14324143](http://issuu.com/unas_heliopolis/docs/jornalheliopolis_julho2015/1?e=18413742/14324143)>. Acesso em 12:01/2015

Conselho Federal de Psicologia. In: Bock; Ana Mercedes Bahia et al. (Orgs.) **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade.** 2.ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. 392 p. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/livro\\_midiapsicologia\\_final\\_web.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/livro_midiapsicologia_final_web.pdf)>. Acessado em 07/01/2015.

CAMACHO, Gridvia Kúnkar. **Bolívia : a experiência autogestionária das rádios mineiras.** In: GRINBERG, Máximo Simpson. A comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Mauro Sá Rego. **Rádios Livres e Rádios Comunitárias no Brasil.** Periferia 2, nr. 2 2012. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8O6aqPBp5XUJ:www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/download/3444/2364+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em 08/01/2015.

DANIEL, Maira Graciela. **Dilemas da Construção do Espaço Público e seus Vínculos com os Fluxos Comunicativos Primários: A Experiência da Rádio Comunitária no Bairro Restinga.** 2008. 128 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul.

DETONI, Marcia. **Rádios Comunitárias: revolução no ar.** In: BENETON, Rosana; FILHO, André B.; PIOVESAN, Angelo. (Orgs.). Rádio: sintonia do futuro. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 277-287. (Coleção Comunicação-Estudos).

Diário oficial da União. República Federativa do Brasil – Imprensa Nacional. Disponível em: <[http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/2011-2/10/DO1\\_2011\\_10\\_11\[1\].pdf](http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/2011-2/10/DO1_2011_10_11[1].pdf)>. Acesso em: 05/08/2015.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Pres. Campos Salles (EMEF Pres. Campos Salles). Disponível em: <<https://campossalles.wordpress.com/tcc-implementacao-de-uma-metodologia-de-ensino-com-base-nos-principios-da-escola-da-ponte/>>.

ESPINOSA, Baruch. (1957) **Ética**. 3º ed. São Paulo: ATENA. (Original publicado em 1677).

ESPINOSA, Baruch. (1977). **Tratado Teológico Político**. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/>> Acesso em: 12/01/2015.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

GUATTARI, Félix. **Milhões e milhões de Alices no ar**. In: MEDITSCH, Eduardo (org). Teorias do rádio: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In. LANE, Silvia T. M. & CODO, Wanderley (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

\_\_\_\_\_, (Org.). Questões teóricas e metodológicas em psicologia social. *Psicologia e Sociedade*. 06, 21-31, 1989.

LEAL, A. G. Sayonara. **Rádio Comunitária, Espaço Público e Democracia: Estudos de casos na França e no Brasil**. 2007. 421 p. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UNB). Brasília. (a)

LEAL, A. G. Sayonara; RIBEIRO, Lavina Madeira. **Mídias Alternativas e Esfera Pública: Democracia e Reconhecimento nas Rádios Comunitárias no Brasil e na França**. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v.12, n.23, p.65-96. 2007.

Lei da Mídia Democrática. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/>. Acesso em: 10/02/2015.

LÓPEZ, Miguel; HOEBERICHTS, Anouk. **La Radio: Actor Clave en el Desarrollo Humano**. Sustainable Development Dimensions, FAO (Roma), 1999. Disponível em <<http://www.fao.org/sd/spdirect/CDan0023.htm>> Acesso em: 21/12/2014.

LOURENÇO, André Luís. **Rádios Comunitárias como Arenas Públicas**. 2010. 119 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Bauru.

LUZ, Maria Moraes Pereira. **A especificidade do jornalismo nas rádios comunitárias: a construção da notícia cidadã no contexto neoliberal**. 2008. 145p.

Dissertação de Mestrado do curso de Comunicação. Universidade de Brasília (UNB). Brasília.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Ana Paula; PURIN, Gláucia T. **Psicologia e Políticas Públicas: reflexões a partir da economia solidária na cadeia produtiva de resíduos sólidos**. 2013. 38p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia) -Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

MENDES, Soraia da Rosa. **Esfera Pública e Direitos Humanos Fundamentais: Um Estudo das Rádios Comunitárias, segundo j. Habermas**. 2006. 101 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

Ministério das Comunicações. **Dados do setor de radiodifusão**. Disponível em: <<http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria>>. Acessado em 15/01/2015.

Ministério das Comunicações. **Caderno da 1ª CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação**. 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/comunicacao/caderno-propostas-1a-confecom>. Acesso em 05/11/2014.

MOORE, Don. **Radio Quillabamba**. The Journal of the North American Shortwave Association. Perú. 1991. Disponível em:<<http://www.pateplumaradio.com/south/peru/quilla.html>> Acesso em: 21/11/2014.

Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC). Disponível em: <<http://movimentonacionalderadiocomunitarias.blogspot.com.br/>>. Acessado em 20/12/2015>. Acessado em 20/01/2015.

PERUZO, Cicília M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 1998b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 21/10/2014.

PRIM, Lorena de Fátima. Aspectos Psicossociais da Agricultura de Grupo na Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: um estudo sobre a AGRIMA - Associação de Agricultores Monte Alegre. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Psicologia Social da PUC/SP, São Paulo, 2004, p. 94-123.

PRIM, Lorena de Fátima; PURIN, Gláucia Tais. A Atuação da Psicologia no Processo de Incubagem de uma Associação de Recicladores: conquistas e desafios. In: MARCHI, Rita de Cássia; PRIM, Lorena de Fátima; ANDRADE, Edinara Terezinha (Orgs). **Economia Solidária na ITCP/FURB: reflexões e experiências em busca da Inclusão Social**. 1 ed. Blumenau: Meta, 2013.

Rádio Comunitária Heliópolis FM (RCH FM). Disponível em: <<http://www.radioheliopolisfm.com.br/>>. Acessado em 20/12/2015.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes. **Das rádios livres às rádios comunitárias: aspectos históricos**. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 48, p. 83-97, Curitiba, 2014. Disponível em: <[http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo\\_4/tcc\\_48\\_hist\\_da\\_ccao/pdf\\_48/art\\_5.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_48_hist_da_ccao/pdf_48/art_5.pdf)>. Acessado em 10/01/2015.

SAWAIA, Bader B. O ofício da psicologia social à luz da ideia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, Andréia; [et al.] (Orgs). **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Abrapsosul, 1997. p. 78-91.

\_\_\_\_\_. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina H. Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. P. 35-53.

\_\_\_\_\_. **A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito**. Revista Psicologia Social e Sociedade da Abrapso, São Paulo, v. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão**. SAWAIA, Bader B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 156 p.

\_\_\_\_\_. **Participação social e subjetividade**. In: SORRENTINO, Marcos et al. (Orgs.) *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. 1 ed. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002. 229 p.

\_\_\_\_\_. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: SOUZA, Lídio de; TRINDADE, Zeidi Araujo. (Orgs). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 210 p.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372. 2009.

\_\_\_\_\_. **Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social?** *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe. 2, p. 4-17. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Os afetos, a psicologia social e o espaço público**. Palestra proferida no I Colóquio Luso-Brasileiro: filosofia do espaço público e os afetos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2014b.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Não basta estar no ar, tem que ser comunitária: Dinâmicas de (Des)engajamento em uma organização militante**. 2014. 192p. Tese de Doutorado d curso de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Rio Grande do Sul.

SILVA, Ana Carolina Ferreira Rodrigues. **Vozes da Baixada: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti**. 2007. 92p. Dissertação de Mestrado do curso de Sociologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro-RJ.

SILVA, Sérgio Pinheiro. **Rádio Comunitária: os desafios do ambiente educativo da Rádio Heliópolis FM, SP**. 2011. 195 p. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo.

TELES, Adenilson. Nas **Ondas Comunitárias**. O Movimento das Rádios Comunitárias em Santa Catarina. 1999. 58 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo) - Universidade do vale do Itajaí, Itajaí.

TEIXEIRA, Graziela Dias. **A Relação entre Rádio Comunitária e Formação de uma Esfera Pública**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 247-278. 2004

TEIXEIRA, Graziela Dias. **Rádio Comunitária: um instrumento de inserção na esfera pública?** In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. UNICAMP, São Paulo. 2003. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D760%26Itemid%3D171&ei=KDTWVIE2DYjxaOT2gOAC&usq=AFQjCNGrPZDzxyaZOBwsQqu9LR9MVgSO2w&sig2=6f5w67QqdAw3ebh\\_MxbsyQ&bvm=bv.85464276,d.ZGU](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D760%26Itemid%3D171&ei=KDTWVIE2DYjxaOT2gOAC&usq=AFQjCNGrPZDzxyaZOBwsQqu9LR9MVgSO2w&sig2=6f5w67QqdAw3ebh_MxbsyQ&bvm=bv.85464276,d.ZGU)>. Acessado em 08/01/2015.

Tum tum ancestral do coração. **Agenda cultural da periferia**. São Paulo: Ano 09 nº 89. Maio 2015 - Disponível em: <[http://www.agendadaperiferia.org.br/pdfs/agendadaperiferia\\_MAI015\\_final.pdf](http://www.agendadaperiferia.org.br/pdfs/agendadaperiferia_MAI015_final.pdf)>. Acesso em: 12/01/2015

União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS). Disponível em: <<http://unas.org.br/>>. Acessado em 01/02/2015.

VICENTE, Eduardo. **O rádio comunitário em São Paulo: Um breve olhar sobre o cenário atual**. Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y de la Comunicación. V. 14, n. 2. 2012.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Configurações e tendências das rádios comunitárias da região administrativa de Bauru, no interior paulista**. Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y de la Comunicación. V. 14, n. 2. 2012.

Zandonade, Vanessa. Rádio comunitária de Heliópolis [recurso eletrônico]: da criação à regularização entre ruídos e sintonias (1997-2008). 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109269/ISBN9788579834370.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02/08/2015.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. O significado histórico da crise na Psicologia. In: **Teoria e método em psicologia**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

\_\_\_\_\_, **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_, Manuscrito de 29. Educação & Sociedade. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Julho/2000, p. 21-44.

\_\_\_\_\_, **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Quarta Aula: A questão do meio na pedagogia. **Psicologia USP**, São Paulo, 2010, 21(4), p.681-701.

\_\_\_\_\_, (2004). **A transformação socialista do homem** . (N. Dória, Trad.). URSS: Varnitso. Disponível em:  
<<http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>>.  
(Trabalho original publicado em 1930). Acesso em: 20/11/2014.

## ANEXOS

Anexo a) - A Psicologia na democratização da comunicação.

A Psicologia também esteve presente na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM). Mediante representantes do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de Alagoas, Distrito Federal, Goiânia, Bahia, Pará, Amapá, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, e o Conselho Estadual de Psicologia de Roraima, tendo estes, participado de grupos de trabalho para analisar e votar as propostas eleitas pelas conferências regionais, estaduais e nacional.

Além disso, a psicologia esteve representada pelo Conselho Federal de Psicologia na diretoria executiva do FNDC, desde 1999, discutindo a temática da democratização da comunicação. Considerando ainda que na CONFECOM o representante titular do FNDC foi uma psicóloga do CRP de Rio de Janeiro.

Publicou-se em setembro/outubro de 2009, o Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, com título “A Psicologia na Democratização da Comunicação”, a qual teve a sua temática voltada para a CONFECOM.

Dentre varias matérias no jornal, deixa claro a perversa concentração midiática no Brasil na mão de poucos grupos familiares, mediante a existência dos “Barões da Mídia Brasileira”, donos de imensos conglomerados comunicacionais que englobam emissoras de rádio, televisão ou jornais e revistas. Ou mostrando que, embora sejam expressamente proibidos pela Constituição Federal de 1988 o monopólio ou o oligopólio no campo da comunicação, o que a realidade comprova é justamente o inverso, pois ao longo da história no Brasil, as concessões de rádio e televisão sempre foram utilizadas como barganha política, e parte dessas concessões foram cedidas à grupos políticos. Isso ocorre porque as outorgas de televisão são aprovadas por decreto do presidente da República, enquanto as concessões de rádio são aprovadas pelo ministro das Comunicações por meio de uma portaria.

Dessa forma, quando a mídia está centralizada nas mãos de poucos grupos familiares permite-se que estes controlem a divulgação da informação, limitando as visões sobre os fatos, se transformando em uma comunicação hegemônica, e voltada para interesses capitalistas. Se tornando assim, a mídia uma mediadora das relações humanas, ditando comportamentos e relacionamentos.

De forma geral, a revista apresenta a necessidade da visão crítica da atuação do psicólogo e da verdadeira dimensão do problema, buscando romper com esta reprodução de subjetividade, atuando na mudança da sociedade, tornando-a mais justa e humana. Fazendo com que a psicologia defendesse na CONFECOM a necessidade da comunicação ser pensada no campo dos direitos humanos, na qual a sociedade tenha o direito tanto de recebê-la quanto de produzi-la, ou seja, de expressar livremente suas opiniões, e de realizar o controle social da mídia participando da decisão e da produção do que é veiculado pelos meios de comunicação.

Nessa perspectiva, o CFP, o CRP-RJ e o CRP-SP realizaram, em 2007, o Seminário Mídia e Psicologia, que contribuiu para levar essa pauta de debates para o âmbito nacional. O evento resultou em uma publicação que reúne as discussões realizadas. As discussões da Psicologia acerca da democratização da comunicação são bastante variadas, mas focam na produção de subjetividades mediante a produção de conteúdo das mídias. Entre os debates, estão a leitura crítica da mídia, o desenvolvimento de pesquisas e a inclusão no currículo escolar de discussões para que as pessoas aprendam a ler ou a ver as coisas na televisão não necessariamente aceitando-as.

## Anexo b) Pesquisa brasileira de audiência da mídia rádio.

Em 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicizou a primeira edição da “Pesquisa Brasileira de Mídia: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira,” trazendo um retrato representativo e preciso sobre o uso que os brasileiros declaram fazer, atualmente, dos meios de comunicação social. A pesquisa foi realizada em outubro e novembro de 2013, por 200 pesquisadores que aplicaram 75 perguntas a 18.312 brasileiros em 848 municípios, atingindo todos os 26 estados do país e seu Distrito Federal.

A pesquisa indicou que é predominante a presença da TV nos lares do país, representando 97% dos entrevistados. Em seguida, está à presença das rádios representando 61% dos entrevistados, o hábito de acessar a internet sendo 47% dos entrevistados, e por último está à leitura de jornais e revistas impressos alcançando, respectivamente, 25% e 15% dos entrevistados. Os dados apresentados são confirmados pelos entrevistados quando indicam o meio de comunicação preferido, dentre os vários meios que utilizam. Assim, o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%.

A partir da pesquisa é possível observar uma tendência para os próximos anos, pois os jovens, na faixa de 16 a 25 anos, apontam que a preferência pela TV é menor, caindo de 97% para 70%, e aumentando sua preferência pelo uso da internet, subindo de 13,1% para 25%, ficando o rádio com preferência de apenas 4% e os demais com menções próximas de 0%. Assim como em outros países, vê-se que no Brasil há um crescimento da adesão aos meios digitais de comunicação nos próximos anos.

Os dados mostram que, em geral, a região do país que mais ouve rádio é a Região Sul com 27% de ouvintes, na qual a proporção de pessoas que nunca ouvem rádio corresponde a 35%. Considerando o Rio Grande do Sul o estado que mais ouve rádio no país com 35% de ouvintes. Já as Regiões Centro-Oeste e Norte correspondem às regiões que menos utilizam o meio rádio, 52% e 51% respectivamente, afirmam nunca ouvir rádio, na qual a proporção de entrevistados que ouvem rádio todos os dias são apenas 16% e 12% respectivamente.

Figura 01 – Frequência do Uso do Rádio.

## FREQUÊNCIA DE USO DO RÁDIO

**Pergunta** – Quantos dias por semana, de segunda a domingo, o(a) sr(a). ouve rádio? (Espontânea)

- 1 DIA POR SEMANA OU MENOS
- 2 DIAS POR SEMANA
- 3 DIAS POR SEMANA
- 4 DIAS POR SEMANA
- 5 DIAS POR SEMANA
- 6 DIAS POR SEMANA
- 7 DIAS POR SEMANA/TODOS OS DIAS
- NUNCA/NÃO OUVI
- NÃO SABE/NÃO RESPONDEU



Valores apresentados em porcentagem (%).

Base: toda a amostra.



GÊNERO



FAIXA ETÁRIA



RENDA FAMILIAR



ESCOLARIDADE



PORTE DO MUNICÍPIO



ATIVIDADE

BR	6	7	6	4	14	2	21	39	1
MASC.	6	7	6	4	15	2	21	38	1
FEMIN.	7	7	6	4	14	2	20	40	1
16 » 25	7	9	7	4	13	2	15	43	1
26 » 35	7	8	6	4	14	2	18	40	1
36 » 45	6	6	7	4	16	2	20	37	2
46 » 55	6	6	5	4	15	2	24	37	1
56 » 65	5	6	5	4	15	2	26	36	1
> 65	6	5	5	3	11	2	26	40	2
< 1 SM	7	8	5	4	15	1	23	38	1
1 < 2 SM	6	7	7	4	14	2	20	40	1
2 < 5 SM	6	7	5	4	15	2	21	39	1
> 5 SM	7	5	6	3	16	2	21	39	1
< 4ª SÉRIE DO FUNDAMENTAL	5	6	5	4	13	2	24	39	1
< 8ª SÉRIE DO FUNDAMENTAL	6	7	6	4	15	2	22	37	1
MÉDIO	7	7	6	4	14	2	19	39	1
SUPERIOR	7	6	6	3	14	1	15	44	2
< 20 MIL HAB.	6	6	6	5	14	2	23	38	1
20 < 100 MIL HAB.	5	7	6	4	14	2	20	40	1
100 < 500 MIL HAB.	7	7	6	4	16	1	18	40	1
> 500 MIL HAB.	8	7	5	3	13	2	21	38	2
AGRICULTURA	4	7	6	5	13	2	22	40	1
COMÉRCIO/SERVIÇOS	7	7	6	4	15	2	19	39	1
INDÚSTRIA/CONSTRUÇÃO	6	7	5	3	16	2	21	38	1
INATIVOS	7	7	5	4	12	2	22	40	1
ATIV. DOMESTICA	6	6	7	4	14	1	22	39	1

Conforme figura acima sobre a frequência de uso do rádio, aferiu-se que 21% dos brasileiros ouvem rádio todos os dias da semana, enquanto 39% nunca o fazem. Porém, quando expostos a este meio, declaram ouvir em média 3h por dia (de 2ª a 6ª e no final de semana).

Outras diferenças significativas entre estratos demográficos podem ser identificadas quando analisados os resultados relativos à intensidade de uso. Primeiramente, esses resultados mostram que, em média, as mulheres tendem a se expor ao meio rádio com mais intensidade que homens tanto de segunda a sexta-feira quanto nos finais de semana. Enquanto homens normalmente ouvem rádio, em média, por 2h59 de 2ª a 6ª e por 2h45 nos finais de semana, a audiência feminina mantém uma média de 3h14 em ambas as circunstâncias.

A partir da figura 01, verifica-se que na segmentação por idade há um constante, ainda que ligeiro aumento na frequência de uso do rádio todos os dias, conforme aumenta a faixa etária do entrevistado, sendo a população com mais de 65 anos os que mais ouvem rádio (26%) e os jovens sendo os que menos ouvem (15%). Já na segmentação por escolaridade existe um aumento na frequência de uso de rádio conforme aumenta a escolaridade, referente os entrevistados que ouvem rádio todos os dias. Sendo a população com menos escolaridade que ouve com mais frequência o meio rádio, correspondendo a 24% os entrevistados com até a 4ª série do ensino fundamental, e 15% os entrevistados com até ensino superior. As demais segmentações de gênero, renda familiar, porte do município e atividade sobre a frequência de uso do rádio, mostram um padrão bastante próximo ao nacional.

Figura 02 – Intensidade de Uso do Rádio de Segunda a sexta-feira.

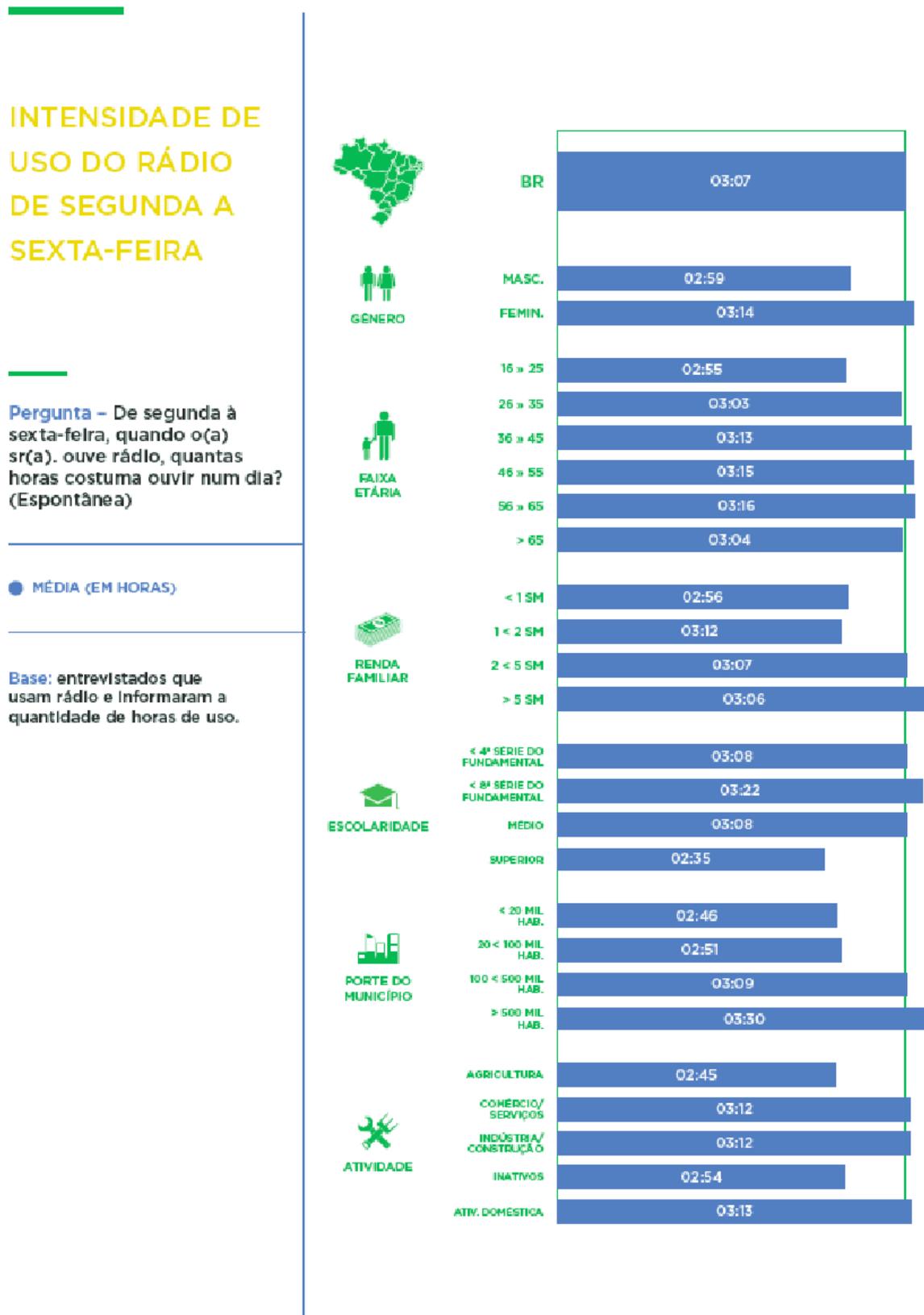


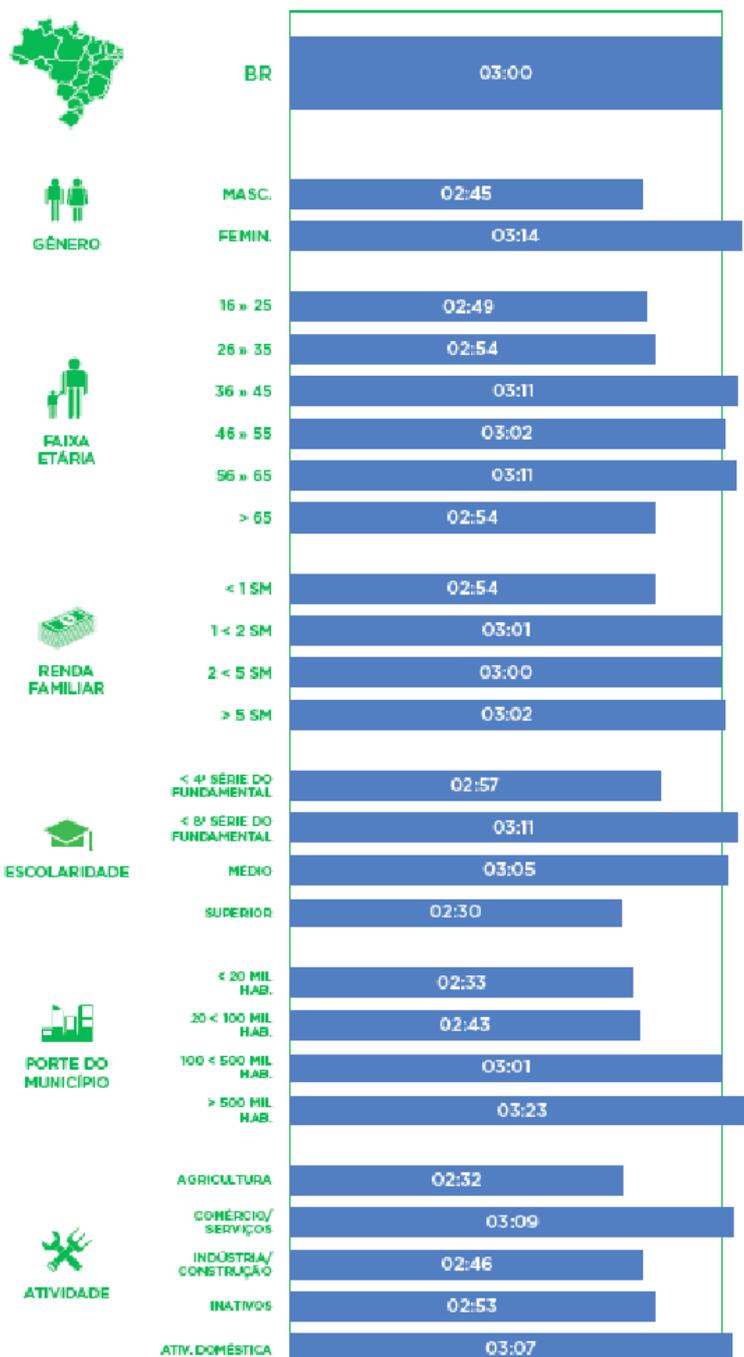
Figura 03 – Intensidade de Uso do Rádio aos finais de semana.

## INTENSIDADE DE USO DO RÁDIO NOS FINAIS DE SEMANA

**Pergunta** – E nos finais de semana, quando o(a) sr(a), ouve rádio, quantas horas costuma ouvir num dia? (Espontânea)

● MÉDIA (EM HORAS)

**Base:** entrevistados que usam rádio e informaram a quantidade de horas de uso.



Observa-se na Figura 02 quanto ao recorte pelo porte do município que quanto maior a cidade, mais duradoura tende a ser cada exposição ao meio rádio. De 2ª a 6ª, nos pequenos municípios (até 20 mil habitantes), os entrevistados ouvem em média à 2h46 de transmissão por dia, essa média aumenta gradualmente conforme aumenta o porte da cidade, atingindo o patamar de 3h30 nos municípios com mais de 500 mil habitantes. A partir da Figura 03, percebe-se o mesmo fenômeno nos finais de semana, quando se observa uma média de 2h39 para pequenos municípios e 3h23 para os grandes aglomerados urbanos.

Nota-se a partir da Figura 02 que as mulheres ouvem a mídia rádio mais horas durante a semana (3,14 horas), do que os homens (2,59 horas). O mesmo fenômeno acontece na Figura 03, pois as mulheres ouvem a mídia rádio mais horas durante o final de semana (3,14 horas), do que os homens (2,45 horas).

Apesar de esta pesquisa não diferenciar a frequência e intensidade de uso das rádios comerciais e comunitárias, a mesma apresenta que a rádio, de forma geral, é a terceira mídia mais ouvida pelos brasileiros, independente da renda familiar e atividade. Sendo mais ouvida em metrópoles, sendo preferida mais por pessoas com maior escolaridade, escolhida com mais frequência por idosos, e ouvida por mais tempo pelo gênero feminino.

## Anexo c) Roteiro de entrevistas

## Roteiro Entrevista semi-dirigida aos radialistas/diretores da Rádio Comunitária Heliópolis FM

Data: \_\_\_/06/2015 Hora início:\_\_:\_\_ Hora fim:\_\_:\_\_

## História/perfil radialistas

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo:  Masculino  Feminino

Reside do bairro: \_\_\_\_\_ Desde: \_\_\_\_\_ formação: \_\_\_\_\_

Me conte um pouco da sua história, desde quando mora em Heliópolis, o que o trouxe até aqui?

O que faz além de ser radialista/diretor na RCH?

O que o trouxe até a RCH FM?

## Programa

O que levou você à participar da RH?

Há quanto tempo está na RH? Como você se vê na RH?

Quais atividades você realiza na RH? Já teve outra função na radio? Quais?

Como é o programa que você coordena? (horário, como se chama, qual público alvo, estilo de música, estilo de informação, tema discutido geralmente, etc.).

Como você decide e planeja o programa para transmitir?

Quem mais ouve seu programa?

Você recebe convidados no programa? Como planeja e quais são os critérios?

De todos os convidados que já participaram, qual teve mais repercussão na comunidade?

Como você mede essa repercussão?

A comunidade participa de alguma forma do seu programa? O que geralmente os ouvintes falam para você?

Sempre fez este programa ou já teve outros? Como eram?

Como radialista, você enfrenta desafios na RH? Quais?

## Radio Heliópolis

A RH possui estatuto? Qual a função da RH na comunidade?

O que a comunidade mais gosta de ouvir? Podes explicar essa percepção?

Já fizeram uma pesquisa pra saber a opinião da comunidade?

A comunidade enfrenta problemas? Quais?

A RH discute estes problemas em seus programas? (S/N) Por que?

Existe um conselho comunitário que ajuda a pensar na programação da RH?

De que forma?

Programação

Quem e como é planejada a programação da RH?

Qual a faixa etária da população que vocês mais focam na programação?

Tem alguma programação voltada para as crianças e adolescentes?

A programação é fixa durante o ano todo?

O que faz com que a programação da radio se altere? (incêndio-necessidade , saída de radialista-oferta)

Programação - Unas

Você conhece os projetos das Unas?

Qual a função da RH nos projetos da Unas?

A radio se comunica com os diversos projetos coordenados pela Unas?

Vocês estão mais vinculados a alguns projetos do que outros especificamente?

A radio colabora para estes projetos?

Finalização

Existem desafios na RH?

O que você imagina para o futuro da RH?

Você acha que isso é possível?

Como fazer para alcançar isto?

Gostaria de falar mais alguma